



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA  
POLÍTICA | PPG-CP  
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM CIÊNCIA  
POLÍTICA EM PARCERIA COM A FACULDADE  
CATÓLICA DE RONDÔNIA.**



**GILMAR DOS SANTOS NASCIMENTO**

**MULTIPARTIDARISMO E GOVERNABILIDADE EM RONDÔNIA:  
A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NA TRANSIÇÃO  
DEMOCRÁTICA**

**PORTO ALEGRE  
2019**

**GILMAR DOS SANTOS NASCIMENTO**

**MULTIPARTIDARISMO E GOVERNABILIDADE EM RONDÔNIA:  
A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NA TRANSIÇÃO  
DEMOCRÁTICA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Professor Dr. Paulo Sérgio Peres.

**PORTO ALEGRE  
2019**

**GILMAR DOS SANTOS NASCIMENTO**

**MULTIPARTIDARISMO E GOVERNABILIDADE EM RONDÔNIA:  
A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO NA TRANSIÇÃO  
DEMOCRÁTICA**

Tese de doutorado apresentada para obtenção do título de doutor em Ciência Política do programa de Pós-graduação em Ciência Política.  
Área de Concentração: Políticas Públicas na Amazônia.

**DATA:** 05 DE SETEMBRO DE 2019.

**RESULTADO:** APROVADO

**BANCA EXAMINADORA:**

**PROF. DR. PAULO SÉRGIO PERES**  
Orientador –PPGCP/UFRGS

**PROFA. DRA, AMANDA SANTOS MACHADO**  
Universidade Federal do Paraná.

**PROF. DR. RODRIGO RICARDO MAYER**  
Participante Externo

**PROFA.DRA. SILVANA KRAUSE**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**PORTO ALEGRE – RS/2019**

CIP - Catalogação na Publicação

Nascimento, Gilmar dos Santos  
MULTIPARTIDARISMO E GOVERNABILIDADE EM RONDÔNIA: A  
Configuração do Sistema Partidário Estadual na Transição Democrática /  
Gilmar dos Santos Nascimento.  
-- 2019.  
176 f.  
Orientadora: Paulo Sérgio Peres.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Multipartidarismo. 2. Rondônia. 3. Partidos. 4. Transição Democrática.  
I. Peres, Paulo Sérgio, orient.  
II. Título.

# Dedicatória

Ao migrante amazônico, que comprou a ideia de terra da promessa e hoje constrói sua história nessa parte da Amazônia Ocidental, batizada de Rondônia;

Aqueles que deixaram lacunas na minha Vida, ao partirem sem avisar, Josué, Gessy e Anderson.

A Dom Moacir Grechi.... Humilde nas grandes atitudes e defensor dos povos amazônicos.

Minha Mãe, Aurora, presença marcante na minha construção como ser.

# Agradecimentos

Os agradecimentos têm numa trajetória a função de reconhecimento, gratidão e respeito. Nele fala-se amplamente como específico. Aqui começaremos pela dimensão mais ampla;

Aos gestores da Faculdade Católica de Rondônia, que mediaram junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, as condições para que em Rondônia acontecesse um curso de formação de pesquisadores para Ciência Política e para um pensar amazônico;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa do coordenador do Dinter, Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano, sempre presente em todas as etapas da formação;

Às instituições de Rondônia envolvida nesse projeto, confiaram e colaboraram para sua concretude;

Às Instituições que abriram suas janelas históricas para que pudéssemos colher dados e ver quanto é necessária uma política de arquivo;

Àqueles que através de suas memórias e história de vida, contribuíram para reconstrução de momentos da história política subnacional;

Ao professor Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas, que disponibilizou sua pesquisa sobre Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo (1986-2010);

À Banca de qualificação, professoras Dra. Lilian Maria Moser e Dra. Amanda Santos Machado, pelas contribuições que procurei agregar ao texto;

Existe nessa gratidão pessoas que são parte da jornada e continuaram na caminhada, especialmente o professor Dr. Fabio Rycheki Hecktheuer, um sonhador/realizador que adotou Rondônia e hoje é um homem amazônico;

Não poderia deixar de mencionar aqueles mais próximos que emanavam energia para trilhar o caminho, Alécio, Helena de Jesus, Aide, Vinicius, Lady Lana, presente nesse projeto meio solitário, mas coletivo;

Ao amigo que fiz trilhando a história da Educação Legislativa, e percorrendo outras histórias, João Paulo Saraiva Leão;

Ao Centro Universitário Aparício Carvalho.

Meus agradecimentos também se direcionam ao corpo docente do doutorado, ampliaram e contribuíram muito na nossa formação.

Aos servidores administrativos do Programa, sempre solícitos em contribuir com as nossas atividades... tanto em Porto Velho – RO, quanto em Porto Alegre.RS

Ao professor Dr. Paulo Sérgio Peres, pelas sugestões e marcantes orientações, fundamental nesse processo, a quem agradeço profundamente.

## RESUMO

O **objetivo geral** desta tese é apresentar uma **análise descritiva** da formação do sistema multipartidário de Rondônia durante o processo de transição democrática e de seus impactos na governabilidade. Suas **variáveis de interesse** são o formato e a dinâmica do sistema partidário e as relações entre os Governadores e a Assembleia Legislativa. O **problema de pesquisa** consistiu na busca de respostas para duas perguntas articuladas: como se configuraram o formato e a dinâmica do sistema partidário em Rondônia nas eleições de 1982 a 2002, tomando-se como parâmetros os resultados eleitorais para Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual? Que perfil de relação se estabeleceu entre os Governadores e a Assembleia Legislativa dado o ambiente de fragmentação partidária que emergiu naquele período? Para responder a tais questões, o estudo se apoia em conceitos centrais da **teoria de sistemas partidários** e utiliza como **material empírico** resultados eleitorais, documentos históricos e oficiais e entrevistas. Os **resultados** mostram que a evolução do sistema partidário de Rondônia levou à formação de um multipartidarismo altamente fragmentado. Esse quadro partidário, somado à consolidação das famílias políticas passaram a controlar os partidos e as regiões do estado, criou um ambiente político complexo no qual tornou-se consideravelmente difícil a obtenção de governabilidade, pois a formação e a gestão de coalizões legislativas majoritárias e coesas mostrou ser uma atividade difícil e de custos elevados.

**Palavras-chave:** Sistema Partidário de Rondônia. Política Subnacional. Executivo e Legislativo.

## ABSTRACT

The general objective of this thesis is to present a descriptive analysis of the formation of the multipartisan system of Rondônia during the process of democratic transition and its impacts on governability. Its variables of interest are the format and dynamics of the partisan system and the relations between the governors and the Legislative Assembly. The research problem consisted in the search for answers to two articulated questions: how the format and dynamics of the partisan system in Rondônia were configured in the elections from 1982 to 2002, taking as parameters the electoral results for governor, Senator, Federal deputy and State congressman? What relationship profile has been established between the governors and the Legislative Assembly given the environment of partisan fragmentation that emerged in that period? To answer such questions, the study relies on central concepts of the theory of partisan systems and uses as empirical material electoral results, historical and official documents and interviews. The results show that the evolution of Rondônia's partisan system led to the formatting of a highly fragmented multipartisanism. This partisan framework, coupled with the consolidation of political families began to control the parties and regions of the state, created a complex political environment in which it became considerably difficult to obtain governability, because the formation and management of majority and cohesive legislative coalitions proved to be a difficult and costly activity.

**Keywords:** Rondônia's partisan system. Subnational policy. Executive and legislative.

## LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDS	Partido Social Democrata
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PL	Partido Liberal
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PPR	Partido Progressista Reformador
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PH	Partido Humanista
PDC	Partido Democrata Cristão
PMN	Partido Mobilização Nacional
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PST	Partido Social Trabalhista
PSN	Partido da Solidariedade Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PR	Partido da República
PV	Partido Verde
TER	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Resumo dos Aspectos Analisados, suas Características e sua Operacionalização Empírica.....	40
QUADRO 2	Desenho da Pesquisa e suas Componentes Metodológicas.....	43
QUADRO 3	Candidatos a Deputado Estadual de Rondônia Eleitos em 1982.....	49
QUADRO 4	Candidatos a Deputado Estadual de Rondônia Eleitos em 1982.....	50
QUADRO 5	Resultado das Eleições de 1986 para Governador de Rondônia.....	60
QUADRO 6	Candidatos Eleitos para Deputado Estadual em Rondônia, em 1986..	62
QUADRO 7	Deputados Federais Eleitos por Rondônia em 1986.....	63
QUADRO 8	Resultado da Eleição para Senador por Rondônia em 1986.....	64
QUADRO 9	Primeiro Gabinete do Governador Santana [1987].....	68
QUADRO 10	Segundo Gabinete do Governador Santana [1988].....	70
QUADRO 11	Resultados Eleitorais na Disputa para Governador de Rondônia em 1990.....	79
QUADRO 12	Deputados Estaduais Eleitos em Rondônia em 1990.....	82
QUADRO 13	Deputados Federais Eleitos por Rondônia em 1990.....	84
QUADRO 14	Candidatos ao Senado por Rondônia, em 1990.....	85
QUADRO 15	Gabinetes Formados pelo Governo de Osvaldo Piana [1991-1994]...	89
QUADRO 16	Resultados da Eleição para Governador de Rondônia, em 1994.....	95
QUADRO 17	Deputados Estaduais Eleitos em Rondônia, em 1994.....	98
QUADRO 18	Deputados Federais Eleitos por Rondônia, em 1994.....	100
QUADRO 19	Resultado da Eleição para o Senado em Rondônia, em 1994.....	101
QUADRO 20	Gabinetes Formados Pelo Governo de Valdir Raupp [1995-1998]....	105
QUADRO 21	Resultado da Eleição para Governador de Rondônia, em 1998.....	113
QUADRO 22	Resultado da Eleição para Deputado Federal de 1998.....	114
QUADRO 23	Resultado da Eleição para Senador em Rondônia, em 1998.....	116
QUADRO 24	Deputados Estaduais Eleitos em Rondônia, em 1998.....	117
QUADRO 25	Famílias que Controlam a Política e os Partidos em Rondônia [1986-2018].....	120
QUADRO 26	Gabinetes Formados Pelo Governo de José Bianco [1999-2000].....	122

QUADRO 27	Gabinetes Formados Pelo Governo de .....	123
QUADRO 28	José Bianco, após a Reestruturação das Secretarias [2000-2002].....	128
QUADRO 29	Resultado da Eleição para Governador em Rondônia, em 2002.....	130
QUADRO 30	Resultado da Eleição para Senador, em 2002.....	132
QUADRO 31	Deputados Federais Eleitos por Rondônia em 2002.....	133
QUADRO 32	Deputados Estaduais Eleitos em Rondônia, em 2002.....	138
QUADRO 33	As Três Principais Forças Partidárias na Disputa do Cargo de Governador de Rondônia, no Primeiro Turno [1986-2002].....	149
QUADRO 34	Gabinetes Formados Pelo Governo de Ivo Cassol [2003-2006].....	150

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Resultado da Eleição para o Senado em Rondônia, em 1982.....	52
TABELA 2	Votação dos Partidos na Eleição para Deputado Federal de 1982.....	53
TABELA 3	Cargos Conquistados pelos Partidos nas Eleições de 1986 em todo o País, em Números Absolutos.....	73
TABELA 4	Cargos Conquistados pelos Partidos nas Eleições de 1990 em todo o País, em Números Absolutos.....	78
TABELA 5	Cargos Conquistados pelos Partidos nas Eleições de 1990 em todo o País, em Números Absolutos.....	86
TABELA 6	Cargos Conquistados pelos Partidos nas Eleições de 1994 em todo o País, em Números Absolutos.....	101
TABELA 7	Cargos Conquistados pelos Partidos nas Eleições de 1998 em todo o País, em Números Absolutos.....	119
TABELA 8	Cargos Conquistados pelos Partidos nas Eleições de 2002 em todo o País, em Números Absolutos.....	140
TABELA 9	Evolução das Bancadas Partidárias Eleitas para a Assembleia Legislativa de Rondônia, em Número Absoluto de Cadeiras [1982-2002].....	145
TABELA 10	Evolução das Bancadas Partidárias Eleitas em Rondônia para a Câmara dos Deputados, em Número Absoluto de Cadeiras [1982-2002].....	146
TABELA 11	Evolução das Bancadas Partidárias Eleitas em Rondônia para o Senado [1982-2002].....	148

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Votação Agregada dos Partidos nas Eleições para as Prefeituras em 1982.....	58
-----------	---	----

## LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1	Ambientes Formativos dos Partidos e das Lideranças na Transição Democrática.....	47
Fluxograma 2	Ambientes Formativos dos Partidos e das Lideranças na Transição [1986].....	66
Fluxograma 3	Ambientes Formativos dos Partidos e das Lideranças na Transição [1978-1990].....	93
Fluxograma 4	Ambientes Formativos dos Partidos e das Lideranças na Transição [1966-1994].....	108
Fluxograma 5	Ambientes Formativos dos Partidos na Transição Democrática [1966-1998].....	127
Fluxograma 6	Ambientes Formativos dos Partidos na Transição Democrática [1966-2002].....	141

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 1 .....</b>	<b>21</b>
<b>O Estudo de Sistemas Partidários Subnacionais e o Caso de Rondônia.....</b>	<b>21</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>21</b>
<b>2. Contextualização do Problema .....</b>	<b>28</b>
2.1. A Ocupação Desordenada de Rondônia e suas Consequências Políticas .....	28
2.2. A Transformação do Território em Estado.....	31
<b>3. Enquadramento Teórico .....</b>	<b>34</b>
<b>4. Metodologia .....</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>44</b>
<b>Multipartidarismo. Restringido: A Estrutura de Competição Fechada das Primeiras Eleições .....</b>	<b>44</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>44</b>
<b>2. A Eleição de 1982 e a Configuração Partidária Inicial.....</b>	<b>45</b>
<b>3. As eleições de 1986 e o Realinhamento do Sistema Partidário .....</b>	<b>54</b>
<b>Capítulo 3 .....</b>	<b>74</b>
<b>Multipartidarismo Moderado: A Emergência da Estrutura de Competição Aberta.....</b>	<b>74</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>74</b>
<b>2. As Eleições de 1990 e a Emergência do Multipartidarismo Competitivo.....</b>	<b>75</b>
<b>3. As Eleições de 1994 e a Consolidação do Multipartidarismo .....</b>	<b>94</b>
<b>Capítulo 4 .....</b>	<b>111</b>
<b>Multipartidarismo com Subsistemas Fragmentados:.....</b>	<b>111</b>
<b>A Consolidação da Estrutura de Competição Aberta.....</b>	<b>111</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>111</b>
<b>2. As Eleições de 1998 e Reconfiguração da Bipolaridade na Disputa para Governador .....</b>	<b>112</b>
<b>3. As Eleições de 2002 e o Final da Transição para o Multipartidarismo Fragmentado .....</b>	<b>128</b>
<b>4. A Configuração do Sistema Partidário de Rondônia.....</b>	<b>143</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>152</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>155</b>

## APRESENTAÇÃO

Esta tese tem como proposta a análise descritiva da configuração do sistema multipartidário de Rondônia durante o período da transição democrática, compreendido entre 1982 e 2002<sup>1</sup>, com o intuito de avaliar seu grau de fragmentação e seus impactos na interação do Executivo com o Legislativo do estado. Como mostrarei, formou-se um perfil de sistema partidário bastante fragmentado que favorece a ocorrência de frequentes crises de governabilidade. Em realidade, a evolução da política institucional de Rondônia contraria a tese bastante difundida de que o desenho constitucional adotado no processo de redemocratização propiciou a emergência de governadores tão poderosos que poderiam ser considerados “barões da federação” (ABRÚCIO, 1998). Segundo essa tese, além do poder de interferir na política nacional, os governadores sempre conseguem impor suas agendas diante de Assembleias Legislativas desprovidas de coordenação e capacidade de resistência.

Como veremos, o processo de governo de Rondônia refuta essa tese. Em geral, os Governadores poucas vezes contam com o apoio de uma base legislativa, quase sempre formam secretariados cuja maioria dos membros não possui filiação partidária. Assim, para garantir que seus projetos sejam ao menos colocados em pauta, os Governadores se veem na situação de ter que construir acordos até com interlocutores de outras arenas institucionais e setores da sociedade. Para ter chances de aprovação das matérias encaminhadas, o esforço requerido costuma ser ainda maior. Ameaças de *impeachment*, negociação de propinas em troca de votos no Plenário, gravação de deputados que supostamente exigiam contrapartidas para evitar o afastamento do Governador ou para viabilizar sua agenda na Assembleia, são eventos que marcaram as relações entre Executivo e Legislativo no estado nesse período, sem, contudo, resultar em governabilidade prolongada.

Estudos sobre outros estados já refutaram essa tese, reforçando a necessidade de análises focadas em casos subnacionais. Borges (2007), por exemplo, contestou a visão de que a política estadual é simplesmente o *locus* onde operam as máquinas políticas paroquias. Os achados de sua pesquisa mostraram que, entre 1998 e 2006, a competitividade eleitoral nos Estados aumentou consideravelmente, tendo como resultado uma elevada “circulação das oligarquias”. Ocorre que os processos de municipalização de recursos, como os da saúde e da educação, criaram uma ligação direta entre a União e os Municípios, minando em parte a

---

<sup>1</sup> Considerou-se aqui o ano de 2002 por ter sido aquele que representou um momento diferente na política brasileira com ascensão de um partido de esquerda e a vitória de um candidato oriundo do sindicalismo à presidência do Brasil, consolidando a democracia.

capacidade dos governadores de estabelecer relações de patronagem ou clientelismo nessas áreas.

Em outro estudo, Nunes (2008) questionou a tese do “ultrapresidencialismo” com dados de votações nominais das iniciativas do governador em Minas Gerais entre 1995 e 2005. Seus dados mostraram que a legislatura daquele estado seguia a mesma lógica identificada na Câmara dos Deputados por Figueiredo e Limongi (1999), ou seja, com centralização decisória e alta coesão partidária. Apesar da tendência “governista” dos partidos em geral, os governadores lidam com dificuldades nas votações custosas – aquelas que requerem votação nominal. A análise concluiu que, se assim o quisesse, o Legislativo mineiro teria capacidade para controlar o Executivo estadual. Em estudo posterior, Nunes (2011) comparou Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e inferiu que a política institucional desses estados tende a gerar coalizões de governo baseadas em acordos partidários, assim como no presidencialismo de coalizão em âmbito nacional.

Sem dúvida a Constituição de 1988 estabeleceu uma separação efetiva dos Poderes Legislativo e Executivo, em virtude da adoção do presidencialismo, e esse mecanismo foi replicado nas instâncias subnacionais em decorrência do arranjo federativo. Nos estados e municípios, há Poder Executivo e Poder Legislativo; ambos são eleitos diretamente pela população, têm legitimidades próprias e mandatos fixos. A fórmula de representação proporcional também foi replicada nas eleições para Vereador e Deputado Estadual, seguindo o modelo das eleições para Deputado Federal. Isso estimula a emergência do multipartidarismo nos três níveis de governo – nacional, estadual e municipal.

Sem dúvida, também, a combinação de presidencialismo com multipartidarismo e federalismo resulta num modelo institucional que estabelece muitas instancias com poder de veto, que são ocupadas por diversos atores partidários e grupos políticos locais e regionais. Nesse cenário, o titular do Poder Executivo, embora tenha à sua disposição diversos recursos, incluindo-se poderes legislativos, somente pode se tornar um ator poderoso se puder contar com o apoio de uma base parlamentar majoritária e coesa. Ou seja, governadores não são barões, são jogadores estratégicos que se veem na posição de ter que formar coalizões legislativas. Quando essa estratégia falha – quando as coalizões não são formadas, ou não são coesas, ou ainda, não são gerenciadas com habilidade –, o Legislativo mostra que tem poder suficiente para dificultar a governabilidade ou até mesmo inviabilizar o governo, em qualquer nível da federação.

Com efeito, os governadores serão bem-sucedidos no que se refere à governabilidade quando forem hábeis o suficiente para estabelecer um acordo cooperativo com um grupo de

partidos no Legislativo que possam lhe assegurar a maioria dos votos parlamentares. Se fizerem isso, encontraremos nos estados uma dinâmica semelhante ao presidencialismo de coalizão da esfera nacional. Quando, pelo contrário, houver tensão insuperável entre os governadores e suas Assembleias Legislativas, haverá crises de governo que, se não forem resolvidas num dado período de tempo, podem resultar em crises institucionais – ou seja, num conflito insuperável entre os Poderes, com impactos sociais significativos. Isso é válido também para os prefeitos e os Presidentes da República.

De fato, formar coalizões é a estratégia dominante para as situações de prevalência de muitos atores com poder de veto, como é o caso sistemas partidários muito fragmentados. Nos estados, isso não é diferente – o Executivo depende do apoio da maioria dos membros do Legislativo, mas os Deputados Estaduais, por sua vez, também dependem de apoio do Governador para levar políticas para suas bases eleitorais. Necessariamente, o Deputado tem uma preocupação mais paroquial, pois é indispensável o atendimento das demandas de seus eleitores, que geralmente estão reunidos numa área geográfica mais delimitada. Nesse jogo de trocas, Governadores não possuem mais poderes do que os Deputados, o que significa que a melhor estratégia para todos é a cooperação.

Nos poucos estudos realizados sobre a política subnacional, as evidências mostram, portanto, que os Governadores, longe de serem poderosos, dependem da formação de coalizões legislativas, o que, no geral, ocorre. Governadores e Assembleias costumam estabelecer relações cooperativas, pois a maioria dos parlamentares estão em partidos que decidem integrar o governo. Em Rondônia, entretanto, embora o imperativo do governo de coalizão também exista, os Governadores costumam enfrentar dificuldades para formar maiorias coesas que apoiem seus projetos. Essas dificuldades envolvem características da história política local e o formato e a

dinâmica do sistema partidário do estado. Como mostrarei nesta tese, a formação do multipartidarismo local se deu em ritmos e perfis diferentes, de acordo com o cargo em disputa. Manifestou-se no estado um padrão semelhante de evolução já descrita no nível nacional por Lima Jr. (1983, 1997), qual seja, a configuração de subsistemas com graus diferenciados de fragmentação partidária e de volatilidade eleitoral.

Dessa maneira, os efeitos da fragmentação dos subsistemas partidários de Rondônia, juntamente com fatores contextuais, convergem para produzir um resultado discrepante do padrão nacional e de alguns estados no que refere às relações entre Executivo e Legislativo, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Ao invés de cooperação, os atores investem no conflito. Isso reforça a relevância de se estudar, de maneira mais detida, a

política subnacional (BORGES, 2007). Os resultados desse tipo de investigação permitirão não apenas um conhecimento mais sistemático sobre a evolução da política institucional de Rondônia, como também a discussão mais geral acerca do presidencialismo de coalizão e dos efeitos do desenho constitucional em ambientes políticos específicos. Concentrar o foco do estudo no formato e na dinâmica do sistema partidário possibilita esse tipo de avaliação.

O estudo descritivo da evolução do formato do sistema partidário e de seus impactos na governabilidade está organizada da seguinte forma. No primeiro capítulo, apresento e contextualizo o problema de pesquisa cuja análise resultou nesta tese. Também apresento o enquadramento teórico e a metodologia. Nos três capítulos seguintes, analiso as eleições e a configuração do sistema partidário de 1982 a 2002, com o foco voltado para a competição para Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. Na conclusão, destaco as contribuições do estudo.

# Capítulo 1

## O Estudo de Sistemas Partidários Subnacionais e o Caso de Rondônia

### 1. Introdução

Desde a implantação da República, formou-se uma tradição de estudos histórico-institucionais dedicados à análise dos atores, processos e estratégias que caracterizaram a política brasileira. No âmbito dessa ampla agenda de pesquisas, historiadores, sociólogos e cientistas políticos contribuíram para a formação de um estoque de conhecimento considerável a respeito dos partidos, das eleições e do processo de governo no país desde a Primeira República. Na Ciência Política, em específico, estabeleceu-se uma polêmica a respeito do desenho constitucional adotado no atual período democrático. Esse debate agrupou, de um lado, os críticos da combinação de presidencialismo com multipartidarismo e, de outro, os que defendiam que o Presidente da República dispõe de instrumentos constitucionais que lhe permitem superar os obstáculos desse arranjo institucional fragmentado e, assim, alcançar uma elevada taxa de governabilidade (cf. PERES; CARVALHO, 2012; RODRIGUES, 2002; PALERMO, 2000).

Com efeito, a partir de meados dos anos 1990, a maior ênfase das pesquisas sobre a dinâmica da política brasileira recaiu sobre as bases institucionais do que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão, uma terminologia proposta por Abranches (1988) num estudo que se tornou referência para todo o debate desde então (e.g.: FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; SANTOS, 2003; LIMONGI, 2006; MELO; PEREIRA, 2013; ABRANCHES, 2018). Agora, os analistas estavam interessados em coletar evidências que corroborassem a hipótese de que as prerrogativas institucionais dos Presidentes brasileiros lhes asseguravam elevada governabilidade, num contexto de cooperação entre o Executivo e a maioria dos membros da Câmara dos Deputados (PERES; CARVALHO 2012; PALERMO, 2000). Devido a isso, parte substancial dessas análises se concentrou no processo legislativo e na interação das legendas partidárias com a Presidência da República, tendo como enquadramento analítico as teorias positivas sobre o funcionamento do Congresso Norte-Americano e, desse modo, tomando como unidade observacional as regras do processo decisório, as coalizões de governo e o comportamento do parlamentar (SANTOS, 2006). As

controvérsias empíricas que movimentaram essa agenda de investigação giraram em torno da real taxa de disciplina partidária, do tipo de atuação dos Deputados nas Comissões Legislativas, do poder de agenda dos líderes partidários, do Presidente da Câmara e do Presidente da República, bem como do perfil e da tramitação dos Projetos de Lei, visando, principalmente, à mensuração da taxa de governabilidade obtida pelo Poder Executivo (CORRÊA; PERES, 2018).

Incontestavelmente, foram produzidos dados e análises que contribuíram de modo significativo para a compreensão mais apurada do funcionamento das instituições políticas brasileiras (PERES; CARVALHO, 2012; RODRIGUES, 2002). Entretanto, pode-se dizer, esse conhecimento ainda é parcial e restrito (cf. LIMA JR. 1997; 1983; SANTOS, 2001a; ROCHA; KERBAUY, 2014a; TOMIO; RICCI, 2018a). Ele é parcial porque se refere quase exclusivamente à relação entre a Presidência da República e a Câmara dos Deputados, ou seja, além de se ter concentrado no nível federal, privilegiou-se a relação do Executivo com apenas uma das Casas Legislativas – a Câmara Alta. Ademais, a maior parte das preocupações se voltaram para o processo legislativo, deixando em segundo plano outras arenas relevantes, como o sistema partidário e o sistema judiciário (PERES; CARVALHO, 2012). Inclusive, os estudos sobre a atuação do Poder Judiciário no processo de governo ganharam maior densidade gradualmente e apenas nos últimos anos (ARANTES, 2004; CARVALHO, 2004), ao contrário das análises sobre os sistemas partidários, que possuem alguma tradição de pesquisas um pouco mais estabelecida (e.g.: SOARES, 1973; SOUZA, 1976; BENEVIDES, 1981; 1990; FLEISCHER, 1981; LIMA JR, 1983; 1991; 1997; HIPOLITO, 1985; NICOLAU, 1996; PINTO; MARRENCO, 2002; PERES, 2002; 2005; SANTOS, 1986; BRAGA, 2006; 2010; MELO, 2007; 2010; BOHN; PAIVA, 2009; TAROUCO, 2010; CARREIRÃO, 2014; PERES; SILVA, 2016).

O conhecimento produzido é restrito porque, com destacadas exceções (e.g.: TOMIO; RICCI, 2018; 2010; SANTOS; ANASTASIA, 2016; FREITAS, 2015; ROCHA; KERBAUY, 2014; ROCHA; COSTA, 2012; SILVA, 2014; LIMA, 2011; ANASTASIA; 2004; SANTOS 2001; BORGES; 2000; LIMA JR, 1997; 1983), pouca atenção foi dada à política subnacional. Mesmo no caso dos estudos que abordaram esse nível da política federativa, poucos foram os estados e municípios analisados, sem contar que se privilegiou de maneira quase exclusiva as Regiões Sul e Sudeste – algo que também caracteriza a literatura sobre o sistema partidário, que geralmente recorre a abordagens de escopo nacional (FLEISCHER, 1981; LIMA JR, 1991; NICOLAU, 1996; PINTO; MARENCO, 2002; PERES, 2002; 2005; BRAGA, 2006, 2010; MELO, 2007, 2010; BOHN; PAIVA, 2009; TAROUCO, 2010; CARREIRÃO, 2014;

PERES; SILVA, 2016) ou, como em raras vezes, com o foco concentrado em apenas algumas dessas unidades federativas (LIMA JR, 1983; 1997).

Em razão disso, não dispomos de um conhecimento mais amplo e aprofundado acerca dos processos, dos atores e de suas estratégias no âmbito dos estados e municípios brasileiros como um todo, em especial daqueles que se situam nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De fato, o Norte foi a região mais negligenciada pelos cientistas políticos, de tal modo que não dispomos de um conhecimento mais sistematizado acerca do perfil e do funcionamento de suas instituições representativas – os partidos, as eleições e as relações entre Executivo e Legislativo. Destarte, persiste o estereótipo, já cristalizado no senso comum, de que os estados do Norte seguem à margem do jogo institucional, pois em seus estados prevalece a lógica da política tradicional, com níveis elevados de instabilidade eleitoral, de fragilidade partidária e de violência política. Todavia, a carência de estudos empíricos invalida qualquer conclusão minimamente fundamentada sobre a Região – sem abordagens exploratórias que façam uma incursão inicial nesse campo praticamente desconhecido para organizar informações preliminares que possam subsidiar análises explicativas posteriores, não será possível compreender como se formou seu perfil partidário, como se estruturaram suas elites políticas e como se desenvolveu seu processo de governo. Consequentemente, tampouco será possível corroborar ou refutar essa percepção já arraigada sobre a lógica da política regional.

Aliás, quando falamos de uma Região enquanto unidade de análise, já admitimos uma premissa que carece de sustentação, qual seja, a de que o processo político é invariável em todos os seus estados. Essa postura é enganosa porque, em realidade, há uma diversidade considerável de histórias e trajetórias de lideranças políticas em cada localidade, com consequentes estratégias contextuais e, obviamente, com resultados dessemelhantes. Embora o desenho constitucional seja uniforme em todo o país – com o mesmo sistema eleitoral e a imposição da divisão dos poderes – e os partidos sejam de caráter nacional, é presumível que a manifestação desses incentivos institucionais em cada contexto seja díspar em função das particularidades de cada estado. Em outros termos, o arcabouço institucional interage com contextos subnacionais específicos, pois seu percurso histórico, suas elites políticas, seus problemas estruturais, seus eleitores, etc., em maior ou menor medida, são singulares.

Por esse prisma, poderíamos supor que cada estado, e, no limite, cada município, corresponde a um ecossistema político, que interagem com os demais, só que de uma forma própria (PERES; LENINI, 2017). Devemos admitir, então, que as relações entre os Governadores e as Assembleias Legislativas são igualmente influenciadas pelo desenho

constitucional como um todo, que, por sua vez, interage com as especificidades ambientais de cada contexto, uma vez que cada Região e cada estado tem sua história política, suas características sociais, culturais e econômicas. Nos termos colocados por Lima Jr. (1997, p. 301-302), “[...] os efeitos da institucionalidade, que, embora seja variável no tempo, é uma constante em determinado momento para todos os estados, são mediados pelo contexto político local em que se dão as eleições.” Ou, ainda, como observado por Santos (2001, p. 14), “a combinação de sistema presidencialista com organização federativa [...] é acompanhada de significativa variedade no que concerne aos sistemas partidários de cada estado e região.”

Isso significa que estados e municípios são um terreno fértil para uma agenda de pesquisas que replique a lógica das análises já empreendidas no caso da política nacional. Dado que o mesmo arranjo institucional que estrutura o comportamento dos atores na esfera política mais ampla é reproduzido nos estados e municípios, podemos supor que as premissas teóricas da literatura sobre os efeitos do desenho constitucional na política nacional devem ser igualmente válidas para o nível subnacional. Até aqui, entretanto, quase todos os estudos trouxeram evidências empíricas da ocorrência desses efeitos no sistema partidário e no processo legislativo no plano nacional ou, quando muito, em alguns poucos estados da federação. Esse teste mais crítico, voltado à diversidade da política subnacional e suas diferentes respostas ao mesmo arcabouço institucional, ainda não foi realizado de maneira mais aprofundada.

Mas, avançar nesse tipo de análise depende de estudos focados na política subnacional, o que implica o exame da evolução das instituições representativas em cada estado da federação. Isso porque tais estudos dariam subsídios para abordagens comparativas voltadas à identificação das semelhanças e diferenças dos resultados, mediante a aplicação de um mesmo molde institucional a realidades políticas distintas. Somente assim seria possível conferir se ocorrem variações significativas nos resultados e, no caso de se detectar tal oscilação, identificar as variáveis contextuais responsáveis por essas discrepâncias em relação ao padrão geral. Em suma, enquanto não dispusermos de estudos concentrados na política subnacional, a simultaneidade dos efeitos institucionais do desenho constitucional nos níveis federativos permanecerá como uma hipótese à espera do teste empírico.

Consequentemente, o avanço do conhecimento a respeito da política institucional brasileira depende da ampliação e do aprofundamento da agenda de pesquisas sobre a política nas unidades federativas, em especial, como já mencionado, da Região Norte, cujos estados foram negligenciados pela literatura especializada. Essa lacuna poderá ser preenchida com

uma agenda de investigação que parta do pressuposto de que os mesmos efeitos do desenho constitucional devem ser observados nessas unidades federativas. Ou seja, a variável composta “desenho constitucional” [sistema eleitoral, sistema partidário e divisão dos Poderes] impactaria a política estadual no que se refere (a) à fragmentação eleitoral e partidária e (b) às relações entre Executivo e Legislativo no que tange à formação de governos de coalizão e à governabilidade.

Diante disso, minha proposta nesta tese é contribuir para o esforço de superação desse hiato empírico da literatura por meio de um estudo descritivo focado no caso de Rondônia. Um território até o início da abertura democrática, que faz fronteiras com três estados [Amazonas, Acre e Mato Grosso] e com a Bolívia, Rondônia é o terceiro maior PIB regional, além de possuir o quarto melhor índice de IDH da Região, o terceiro PIB per capita, a terceira menor taxa de analfabetismo e a segunda maior taxa de alfabetização do Norte e Nordeste. Sua localização fronteiriça, o perfil variado de sua população – composta por migrantes de diversos estados do país –, assim como seus valiosos e disputados recursos naturais, são fatores que corroboram a relevância política do estado e justificam sua análise mais cuidadosa. Mais do que isso, sua conversão em estado fez parte da estratégia do governo civil-militar para a promoção de uma transição lenta e gradual, mantendo-se o controle da bancada partidária majoritária no Congresso, o que significava assegurar o domínio sobre o colégio eleitoral que escolhia os Presidentes da República.

Ademais, Rondônia também foi palco da formação do mercado eleitoral multipartidário que contribuiu para a pulverização e a interiorização de suas elites políticas, num processo de fragmentação partidária crescente que impôs dificuldades às relações entre o Executivo e o Legislativo locais. Sem embargo, isso denota uma situação de especial interesse para o estudo dos efeitos gerais e contextuais do desenho institucional num ambiente político com uma história e uma trajetória próprias. Considerando-se que o sistema eleitoral, a legislação partidária e a divisão dos Poderes foram aplicadas uniformemente no país, podemos esperar a reprodução de algum padrão na estrutura de competição do mercado de votos e do processo de governo observado nos planos nacional e rondoniense. Paralelamente, mantendo-se a analogia já aludida do ambiente institucional como um ecossistema político (PERES; LININE, 2017), podemos esperar, também, a manifestação de peculiaridades que caracterizam a adaptação evolutiva do arranjo institucional mais amplo ao habitat político e social do estado.

Mais especificamente, portanto, minha proposta é analisar a formação do sistema multipartidário de Rondônia ao longo do processo de transição democrática, bem como seus

impactos na governabilidade. Depreende-se disso que a tese consiste num estudo descritivo focado em duas **variáveis de interesse**: (1) o formato e a dinâmica do sistema partidário e (2) as relações entre os Governadores e a Assembleia Legislativa. Tendo isso em consideração, o **problema de pesquisa** consistiu na busca de respostas para duas perguntas articuladas:

- Como se configuraram o formato e a dinâmica do sistema partidário em Rondônia nas eleições de 1982 a 2002, tomando-se como parâmetros os resultados eleitorais para Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual?

- Que perfil de relação se estabeleceu entre os Governadores e a Assembleia Legislativa dado o ambiente de fragmentação partidária que emergiu naquele período?

Por evolução institucional entenda-se a perspectiva de que os efeitos do desenho constitucional devem ser compreendidos no contexto de sua adaptação a cada ambiente político. Em termos empíricos, o formato e a dinâmica do sistema partidário rondoniense são analisados com base na fragmentação partidária das eleições para todos os cargos citados; já o padrão de relacionamento que se estabeleceu entre Executivo e Legislativo – se cooperativo ou conflituoso –, é analisado por intermédio das composições partidárias das Secretarias de governo e sua rotatividade, detectada pelas sucessivas mudanças nos gabinetes e, ainda, pela ocorrência de crises de governo.

A resolução do problema de pesquisa, por sua vez, demandou a consecução dos seguintes **objetivos**:

A) Descrever, comparativamente, o desempenho dos partidos nos ciclos eleitorais desde 1982 até 2002, para os cargos de Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual.

B) Identificar quando e como se deu a passagem do bipartidarismo para o multipartidarismo no estado.

C) Descrever a evolução da fragmentação partidária e a formação de um conjunto de partidos que lideraram o mercado eleitoral no período.

D) Analisar a continuidade eleitoral do MDB e da Arena no quadro institucional democrático por intermédio de seus partidos herdeiros, o PMDB, o PDS/PPR/PPB, o PFL e o PSDB.

E) Analisar a mudança da estrutura de competição fechada e dominada por dois herdeiros da Arena e do MDB, que deu espaço para uma estrutura de competição aberta a partidos novos de direita e de esquerda [PTB, PDT e PT].

F) Mapear as famílias políticas que se formaram e que passaram a controlar regiões do estado e legendas partidárias.

G) Analisar as coalizões de governo e as composições das Secretarias Estaduais como indicadores de cooperação/conflito entre Executivo e Legislativo.

Esses objetivos são desdobramentos das duas perguntas da pesquisa, que se baseiam na suposição, destacada por Duverger (1970), de que o sistema partidário impacta diretamente o processo governamental. Desde então, formou-se um consenso na literatura especializada de que quanto maior o número de partidos no Parlamento, maiores as dificuldades enfrentadas pelo Executivo para alcançar a governabilidade. Ocorre que legislativos multipartidários exigem governos multipartidários, mas a formação de coalizões e sua gestão envolvem uma difícil e delicada engenharia política sujeita a falhas de coordenação (HIROI, 2013; BERTHOLINI; PEREIRA, 2017). Essa relação de cooperação, portanto, desenvolve-se quase sempre no limiar do conflito que, quando emerge, resulta em crises de governo que, algumas vezes, podem se transformar em algo mais grave, como uma crise institucional. Por isso, é relevante descrever como a formação do multipartidarismo durante o processo de transição evoluiu de modo a resultar numa elevada fragmentação partidária e, assim, examinar como esse formato do sistema de partidos impactou o processo de governo.

Isso é válido para qualquer Região, e mais ainda para o Norte. O caso de Rondônia ainda não foi analisado, sequer descritivamente, de maneira mais sistemática, o que é injustificável. Afinal, diversas lideranças locais têm projeção nacional, e seus posicionamentos produzem algum impacto na política de todo o país. Consideremos, por exemplo, as bancadas regionais na Câmara dos Deputados e no Senado. Embora o Norte eleja o menor número de Deputados Federais, uma vez que cada um dos seus nove estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins – têm direito a apenas oito cadeiras naquela Casa Legislativa, sua bancada é composta por 65 parlamentares, o que corresponde a cerca de 13% da Câmara dos Deputados. Isso significa que sua bancada está à frente da que elege o Centro-Oeste, que tem direito a 42 parlamentares. Por outro lado, é verdade que seu quinhão naquela Casa Legislativa está muito aquém das bancadas das Regiões Sul [77 Deputados], Nordeste [151 Deputados] e Sudeste [180 Deputados], porém, ainda assim, seu peso na política nacional está longe de ser desprezível em termos quantitativos, especialmente quando avaliamos sua situação no Senado, uma instância de representação federativa cujo número de cadeiras é o mesmo para todos os estados. Nesse caso, enquanto o a Região Norte elege 21 Senadores, o Nordeste elege 27, o Centro-Oeste elege 12, o Sudeste elege 12, e, o Sul, 9; o que coloca os estados do Norte na posição de segunda maior bancada do Senado brasileiro.

## 2. Contextualização do Problema

### 2.1. A Ocupação Desordenada de Rondônia e suas Consequências Políticas

Na primeira metade dos anos 1980, o Brasil estava vivendo um período de crise econômica e de forte mobilização pelo fim do regime autoritário. Foi precisamente nesse contexto que o governo federal decidiu transformar o território de Rondônia em estado.<sup>2</sup> No entanto, a proposta para essa conversão retrocede aos anos 1970, quando, por intermédio do Deputado Federal Jeronimo Santana, a oposição apresentou o primeiro Projeto de Lei [nº 543/71] sobre o tema, seguido de outros dois nos próximos dez anos – PL 64-A/76 e PL 319/81. Àquela época, a justificativa apresentada para não se levar adiante tais projetos era sempre a mesma: tratava-se de uma área estratégica de segurança nacional.

Com efeito, a década 1970 inaugurou as ações efetivas de endurecimento dos governos militares. Em relação ao Norte, adotou-se, ainda, uma política que seria determinante para o perfil social, econômico e político da região. Tratava de um projeto desenvolvimentista pautado pelo deslocamento de grandes contingentes populacionais para aquele território, orientado pela doutrina da segurança nacional. No início, tudo era controlado pelo INCRA, por meio dos Projetos Integrados de colonização (PICs), mas alguns outros planos compuseram essa política e foram implementados paralelamente, como, por exemplo, a) o polo Amazônia, visando à construção de infraestruturas (estradas, aeroportos, telecomunicações) e a alocar incentivos fiscais e linhas de crédito subsidiado, a fim de atrair empresas na região; b) a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); e c) o projeto Amazonas, sempre sob intervenção do Banco Mundial que, na defesa da propriedade privada e precavendo-se contra uma possível ação comunista na região, financiaria uma série de obras dessa natureza.

Nesse processo, a Região Norte foi guindada à condição de “Nova fronteira agrícola”, amplamente difundida e apoiada por programas oficiais. Naqueles anos, a máquina de propaganda do Estado autoritário difundia aos quatro cantos a ideia de que a migração era um meio de mobilidade social. Vendia-se a imagem da Região Norte como a terra prometida, das oportunidades, a nova fronteira do desenvolvimento, uma espécie de El dourado. O imaginário desse potencial migrante foi alimentado pelo governo nacional com todos os incentivos, entre os quais a promessa de lotes de terra. Em realidade, esse era o maior

---

<sup>2</sup> A breve reconstrução histórica realizada nesta seção se baseia nos estudos de Foroni (2014), Colferai (2009), Perdigão e Bassegio (1992), Coy (1988), Turchi (1982) e Comblin (1980).

chamariz, alardeado como se houvesse “muita terra sem homens para muitos homens sem terra”. Assim, com esse slogan, além de outros igualmente criativos que os governos militares difundiram, deu-se a largada para a corrida para o Norte.

De fato, esse tipo de propaganda fez com que levas e mais levas de pessoas se deslocassem em busca da prosperidade; mais e mais pessoas iam chegando, motivadas pelas notícias dos que vieram primeiro; cada vez mais, grupos abriam “picadas” para adentrar mais a fundo no território, formando as chamadas “linhas” –eram dias e mais dias em cima de caminhão com mistura de gentes, objetos e animais, até alcançarem seu destino, sempre mais adiante. No entanto, em pouco tempo, essa política já mostrava seus limites. A maioria dos que diariamente chegavam não conseguia terra e, assim, era incorporada em outras atividades – nas madeireiras, nas derrubadas e nas oficinas mecânicas. Apenas um número menor de pessoas que chegaram no início conseguiu ter seus lotes de terra e, assim, realizar o sonho de ter propriedade. Muitos não conseguiam nem uma coisa e nem outra e, sem orientação, ficavam amontoados nas estações ou em galpões de Igrejas, como acontecia na Paróquia de Rolim de Moura.<sup>3</sup>

Dessa maneira, no auge da ocupação, as autoridades foram obrigadas a admitir que não havia terra para todos. Num suplemento especial, de 13 de setembro de 1984, o jornal O Globo destacava que a BR-364 seria a via de integração da Região Norte ao restante do Brasil, em especial, do território Federal de Rondônia; porém, já no título da matéria, alertava para o problema: “Não há terras para todos, mas continua chegando gente”. A reportagem destacava, acima de tudo, a preocupação do governo com o aumento sempre crescente de migrantes que chegavam ao estado, sem condições de absorvê-los. A parca infraestrutura e os problemas sociais que o futuro estado enfrentaria já despontavam em suas avaliações. Apesar do alerta e do reconhecimento do governo federal de que o afluxo de gente chegava ao esgotamento, a migração continuou, pois ficou difícil desfazer a crença que havia sido depositada na corrida à propriedade.

Enfim, estava claro que eram muitas pessoas para pouca terra, e as contradições dessa política logo emergiram. A estratégia geopolítica do Estado burocrático brasileiro impôs na Amazônia uma ocupação, ao mesmo tempo dirigida e atabalhoada, que fechou os olhos para o povoamento desordenado e o extrativismo vegetal predatório. A atividade econômica central desse processo era a derrubada da floresta, o que fez com que as aglomerações populacionais

---

<sup>3</sup> Nascido para ser um projeto de colonização dirigida, o núcleo que viria originar Rolim de Moura, passou por uma forte migração em que as instituições do Governo Federal não conseguia manter, chegava mais gente do que a capacidade de aloca-los. As Igrejas passaram a ser referência daqueles que chegavam. (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992).

emergissem nas localidades onde havia mais florestas a serem tombadas. Inclusive, para garantir a posse da terra, era essencial fazer benfeitorias e, para isso, as árvores deviam vir ao chão. Como é óbvio, à medida que a densidade demográfica se acentuava, tais problemas se agravavam de maneira proporcional. Então, a partir de um dado ponto, a explosão demográfica, associada à carência de infraestrutura, resultou em conflitos e violência permanentes.

Rondônia sofreu especialmente os efeitos dessa forte expansão populacional. Vieram pessoas em busca de novos horizontes, de terra, de melhorar de vida. O território passou a ser o sonho de inúmeras famílias que se deslocaram para as novas paragens do poente – sonhos realimentados, esperanças renovadas e uma floresta a ser desbravada, tudo isso os esperava. Majoritariamente, migraram massivos contingentes populacionais dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. Acima de tudo, o êxito do marketing oficial foi comprovado com a chegada de colonos que rumavam para o interior, as chamadas regiões “fora da BR”. Aliás, foi com os migrantes que surgiram os povoados de praticamente todo o interior do futuro estado, e que, posteriormente, seriam alçados à condição de distritos e municípios. Neles, surgiram os atores que viriam a ocupar os espaços da política local. Como observou Moura (apud COLFERAI, 2009, p. 88), “Rondônia foi sacudida pelo mais espetacular movimento humano. O silêncio das florestas foi interrompido. A propaganda do governo tinha dado certo. Mobilizou o país inteiro com comunicação pesada para implantar o maior projeto de reforma agrária! a colonização da Amazônia”.

Desse modo, o encanto da floresta virgem seduziu muitos forasteiros e aventureiros com fome de enriquecer, num processo migratório cuja expressão era a busca da posse da terra e a extração da madeira. Contudo, em termos práticos, o que ocorreu em Rondônia foi uma ocupação baseada na expropriação das terras das comunidades tradicionais. Concomitantemente, os agentes estatais oficializavam a devastação da selva virgem, enquanto resolviam demandas sulistas por meio do processo de modernização agrícola que, nos médio e longo prazos, deixaram muitos de fora da cadeia produtiva. Esse processo foi justificado pelo discurso da “terra vazia” que deveria ser povoada, desbravada e civilizada para que se tornasse produtiva, numa lógica de apropriação da terra que, em alguma medida, remete ao modelo do período colonial português, com a diferença de que, agora, era dirigido pelo Estado autoritário e burocrático brasileiro.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Ao analisar esse processo, Coy (1988, p. 175-176) destacou os seguintes aspectos: “A escolha de Rondônia como região prioritária de colonização tem várias razões: a localização da região na continuidade da direção do movimento das frentes pioneiras do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso) rumo ao Norte; a

## 2.2. A Transformação do Território em Estado

Como vimos, nas décadas de 1970 e 1980, o Governo Federal mobilizou um considerável instrumental de propaganda para convencer a população do Centro-Sul do país a migrar para a região Norte. Para isso, apresentou-a como um verdadeiro oásis para o enriquecimento fácil, para a realização do sonho de ascensão social. O modelo de ocupação distribuiu a terra tendo como contrapartida a obrigação de fazê-la produzir, inclusive em pequenas propriedades. No começo, tudo funcionou como previam os ideólogos do governo – centenas de famílias deixaram suas cidades, a maioria formada por pequenos proprietários, trabalhadores rurais, desempregados, subempregados, e todos se dirigiram para o Norte.

Rondônia, até então território, seria parte central dessa reordenação geopolítica e, ao mesmo tempo, palco das contradições desse projeto, com efeitos negativos para o meio ambiente, para as relações sociais e para a economia local. Isso ocorreria especialmente em virtude de sua elevação à condição de estado da federação. Essa evolução institucional começou a ser delineada mais claramente a partir do deslocamento do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, então Prefeito da Capital do Amazonas, para o território, com a responsabilidade de assumir seu governo e prepara-lo para a alteração de seu *status* constitucional. Essa incumbência foi dada diretamente pelo Presidente General João Batista de Figueiredo e pelo então Ministro do interior, Mario Andreazza. Conseqüentemente, o futuro estado de Rondônia teria sua origem vinculada a uma decisão tomada no âmbito da ditadura militar, visando à consecução de dois objetivos: (1) ocupar as regiões de fronteira para garantir a integração nacional e (2) assegurar a condição majoritária do partido do governo, a Arena, no Congresso Nacional. Pode-se dizer que este segundo objetivo era o mais relevante àquela altura, pois iniciava-se, de maneira titubeante e repleta de precauções, aquele que seria o lento e gradual processo de transição democrática no Brasil. Nesse contexto, sem dúvida, Rondônia poderia prover o governo do suporte partidário necessário para o controle político do Parlamento e, por extensão, da eleição Presidencial. Isso porque o PDS, herdeiro direta da Arena quando do

---

existência da estrada Cuiabá Porto Velho mantendo esta extensão da frente pioneira; a situação jurídica das terras de Rondônia facilitando a colonização oficial pela existência de uma porcentagem relativamente elevada de terras públicas; a existência de terras mais férteis do que dentro da média da região amazônica (sobretudo no centro de Rondônia onde está localizado o primeiro núcleo de colonização, o PIC Ouro Preto, em 1970), etc. O sistema de colonização começa então pela construção rudimentar de estradas de penetração, e pela delimitação de lotes retangulares cobertos por floresta virgem. Dos 100 ha distribuídos aos colonos (com exceção do PAD Burareiro onde 250 ha foram distribuídos), 50 deveriam ter sido conservados como “reserva florestal”. As técnicas agrícolas aplicadas são sempre as mais simples (plantio direto após queimada); as culturas de subsistência (arroz, milho, feijão) são completadas por uma série de culturas de mercado (cash-crops) propostas por instituições governamentais (como no caso do cacau ou da borracha) ou trazidas pelos colonos (como no caso do café) ”.

retorno do pluripartidarismo, dominava a política local, especialmente em decorrência do empenho pessoal do Coronel Teixeira na estruturação do partido na região.

Em 17 de agosto de 1981, a estratégia do governo foi acionada definitivamente. O Presidente da República, João Batista Figueiredo, encaminhou naquela dada ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar N.221, prevendo a criação do estado de Rondônia. Aprovada em primeira discussão, em 16 de dezembro do mesmo ano, suportada pela aprovação da Lei Complementar 41, em 22 de dezembro, a nova condição de Rondônia tornou-se realidade. Com ela, estabeleceu-se um novo arranjo institucional tanto no antigo território como no quadro constitucional do país.

Em 4 de janeiro de 1982, deu-se a instalação oficial do estado, sendo nomeado – e não eleito –, o próprio Coronel Jorge Teixeira, que viria a ser seu primeiro governador. A indicação para o cargo ia no sentido contrário do processo de abertura, mas era indispensável à estratégia do regime autoritário para manter o controle da transição. Era necessário, entretanto, justificar a situação, o que foi providenciado pelo próprio governo. Na mensagem encaminhada ao Congresso Nacional quando da proposição da criação do estado, indicava-se que ele receberia vultuosos recursos federais e que, por isso, sua administração deveria ficar sob a responsabilidade de quem fosse da confiança do Presidente Figueiredo. Como o Coronel Teixeira já estava à frente do Poder Executivo do território e havia sido diretamente indicado pela Presidência da República, foi automática sua permanência no cargo, agora como governador. Sua posse ocorreu no mesmo dia da fundação do estado e, entre seus principais atos iniciais, destacam-se a estruturação do Judiciário e a criação do Tribunal de Contas estadual.<sup>5</sup>

Assim, a mudança institucional promovida pela criação do estado não significou qualquer alteração na composição do governo local. Mudanças nesse sentido somente viriam a ocorrer a partir de meados dos anos de 1990, quando novas lideranças políticas, principalmente do interior do estado, exerceriam controle sobre as principais siglas partidárias e disporiam de capital eleitoral suficiente para alimentar suas famílias políticas. O próprio quadro bipartidário anterior persistiria durante algum tempo, pois não apenas as primeiras eleições da transição manteriam a reserva de mercado eleitoral aos partidos herdeiros da Arena e do MDB, como as duas principais figuras políticas que foram fundamentais na

---

<sup>5</sup> O Poder Judiciário local foi criado pela referida Lei Complementar, Artigos 6º a 14º, nos quais se descreve sua composição por sete desembargadores, sendo que quatro deles deveriam ser indicados pelo governador. Conjuntamente com o Presidente do Poder Judiciário, cabia também ao governo criar as condições para o funcionamento do órgão. Ainda na Lei Complementar Nº 41, de 1981, nos artigos 3º e 4º, dispunham-se os critérios para o estabelecimento de uma Assembleia Constituinte, definia-se o número de Deputados Estaduais e Federais, assim como de Senadores, de acordo com o que estabelecia a Constituição Federal.

construção organizacional dessas legendas persistiram como os eixos gravitacionais da política rondoniense por algum tempo. Assim como na maioria dos estados brasileiros, o multipartidarismo seria implantado de fato, e não apenas de direito, a partir das eleições gerais de 1994-1998. A partir disso, surgiu um quadro de elevada fragmentação partidária, assim como das elites e famílias políticas, que dificultaram as relações entre os Governadores e a Assembleia e contribuíram para as frequentes crises de governo.

### 3. Enquadramento Teórico

O objeto de análise desta tese é o sistema partidário de Rondônia nos planos eleitoral e governamental. Isso significa que a presente investigação se alinha com os estudos sobre sistemas de partidos que, por sua vez, baseiam-se na teoria de sistemas partidários (PERES, 2009). *Grosso modo*, assim como qualquer sistema, um sistema partidário é um conjunto de partidos em interação competitiva – um todo cujo perfil é o resultado agregado das relações entre suas partes constituintes (DUVERGER, 1970; SARTORI, 1984). Wolinetz (2005, p. 51), por exemplo, define o fenômeno e o conceito deste modo: “a competição dos partidos pelos cargos eletivos e pelo controle do governo é o que forma um sistema partidário”.

A interação, portanto, é a unidade de análise de qualquer investigação sobre sistemas partidários. Analisa-los é abordar a interação competitiva de suas unidades fundamentais – os partidos (PERES, 2005). Essa interação pode ser examinada observando-se a distribuição relativa dos votos, das cadeiras representativas, dos recursos de campanha, dos recursos obtidos para a manutenção da estrutura organizacional, das alianças interpartidárias, dos conflitos com outras legendas, das suas bases sociais, das suas posições ideológicas, entre outros fatores (DUVERGER, 1970; MAIR, 1997; MAINWARING, 1999). O propósito da investigação, assim, é saber como os partidos se situam uns diante dos outros nesses quesitos e, desse modo, ser capaz de descrever os perfis de sistemas partidários que surgem dessa comparação (MAIR, 1997).

Do ponto de vista analítico, um sistema pode ser estudado em suas propriedades estáticas e dinâmicas (PERES, 2013). No primeiro caso, analisa-se seu formato, compreendido em duas dimensões – seu grau de fragmentação e seu nível de polarização ideológica. Tratam-se aqui de duas dimensões consideradas cruciais para a democracia (DUVERGER, 1970; SARTORI, 1984; MAIR, 1997, 2005; MAINWARING, 1999), pois elas afetam as relações entre Executivo e Legislativo. No caso da fragmentação partidária, os analistas lidam com o problema da contagem do número de partidos, um aspecto relevante porque além de ser um indicador da existência ou não de um regime democrático – conforme Duverger (1970), sem a existência de pelo menos dois partidos competitivos, não há democracia –, a quantidade de partidos que ocupam o Parlamento forçará os governos a formarem coalizões, independentemente do regime ser parlamentarista ou presidencialista (DUVERGER, 1970; SARTORI, 1984). Suspeita-se, inclusive, que juntar presidencialismo com multipartidarismo resulte numa “combinação explosiva” para a estabilidade dos

governos (MAINWARING, 1993) – muito embora haja posições contrárias a essa conclusão (CHEIBUB, 2006).

Mas, a simples contagem para se detectar quais partidos são os maiores e, portanto, quais têm mais influência no processo decisório, não esgota o problema de se examinar os impactos da fragmentação partidária na governabilidade. Muitas vezes, um partido com pequena representação no Parlamento pode ser decisivo para a formação de um governo de coalizão majoritária, e essa situação pode se tornar mais frequente à medida que a dispersão na distribuição das cadeiras legislativas se eleva – a existência de um quadro pulverizado de partidos pequenos lhes confere um grande poder de barganha com o Executivo, uma vez que eles se tornam o fiel da balança da posição majoritária da coalizão (SARTORI, 1984). Além disso, o grau de polarização ideológica é um fator que potencializa os efeitos da fragmentação multipartidária, apesar de que seus efeitos também possam se fazer presentes em sistemas de fragmentação reduzida ou bipartidários. Não obstante, como regra geral, supõe-se que quanto maior a polarização ideológica, maiores os riscos de que ela se converta em radicalização e, assim, imponha uma crise institucional ao sistema político (SARTORI, 1984). A fragmentação partidária dificulta a governabilidade e provoca constantes crises de governo e, mais do que isso, quando essa fragmentação é excessiva e conduz à polarização ideológica radicalizada, o sistema político pode ser levado à paralisia (SANTOS, 1986). Uma crise institucional se estabelece, então, e ameaça se tornar uma crise do regime democrático.

No segundo caso, ou seja, quando se estuda a dinâmica dos sistemas partidários, considera-se sua evolução histórica em dois eixos: sua formação, que resulta numa determinada configuração, e seu nível de estabilidade durante certo período. Ao estudar o processo de formação de um sistema partidário, as preocupações centrais são identificar a esfera institucional de onde vieram seus membros fundadores (DUVERGER, 1970) e as clivagens sociais que estão associadas aos partidos (LIPSET and ROKKAN, 1967). Duverger (1970) identificou, por exemplo, que os partidos que formam o sistema partidário normalmente se originam do próprio sistema parlamentar, os partidos de quadros, ou da sociedade civil, os partidos de massas. A origem, segundo o autor, influencia a modalidade de estrutura organizacional que cada partido adota e, por consequência, seu tipo de comportamento nas eleições e no processo de governo. Por consequência, a análise do perfil do sistema partidário depende de um estudo sobre a formação dos partidos que o compõem, pois daí decorrem suas formas de interação (PERES, 2009).

Lipset and Rokkan (1967), por sua vez, preferem analisar a formação do sistema partidário com uma perspectiva mais sociológica. Para eles, os partidos são, sempre, a

expressão de clivagens sociais, pois eles são organizações que defendem interesses e valores que se vinculam a determinados grupos e setores da sociedade civil. Dessa forma, os programas e ideologias que dão perfil ao sistema partidário devem ser buscados em suas raízes sociais, uma vez que são elas que serviram de estímulo para a criação dessas organizações políticas visando justamente à realização de suas visões de mundo. Em países caracterizados por divisões sociais religiosas, o sistema partidário será a expressão desse tipo de conflito; em países nos quais a sociedade está dividida entre os interesses do trabalho, por um lado, e do capital, por outro, o sistema partidário se formará tendo como protagonistas organizações partidárias trabalhistas e burguesas. Então, estudar a formação do sistema partidário é examinar seu enraizamento social.

Como se pode notar, o estudo sociológico da formação do sistema partidário se relaciona com o estudo do número de partidos. Se estes são a expressão das clivagens, haverá tantos partidos relevantes quanto clivagens relevantes. Em oposição a essa perspectiva, o próprio Duverger (1970) chamou a atenção para o fato de que, embora as clivagens tenham algum peso na formação dos sistemas partidários, as variáveis que exercem maior efeito na fragmentação eleitoral são as regras eleitorais ou, nas palavras do autor, as formas de escrutínio. A fórmula de representação majoritária, segundo ele, restringe o número de partidos no longo prazo, enquanto a fórmula proporcional, por não exercer efeitos restritivos, favorece o multipartidarismo. Mas, mesmo a representação majoritária, quando combinada com eleição em dois turnos, também pode facilitar a emergência de um multipartidarismo moderado. Estudos posteriores, entretanto, procuraram mostrar que o número de partidos é resultante da interação das duas variáveis – a estrutura de clivagens sociais e o sistema eleitoral (AMORIM NETO; COX, 1997).

No que se refere ao estudo da estabilidade dos sistemas partidários, temos uma perspectiva dinâmica mais contínua, porque não se trata apenas de analisar seu período de formação, mas seu funcionamento em todos os ciclos eleitorais. A premissa comumente adotada pela literatura especializada é a de que sistemas partidários estáveis são consolidados e, assim, asseguram maior previsibilidade política, maior vínculo entre eleitores e partidos e melhor funcionamento da democracia representativa (BARTOLINI; MAIR, 1990; MAINWARING; SCULLY, 1995; MAIR, 1997; MAINWARING, 1999). Essa estabilidade, no geral, é auferida pela identificação da distribuição dos votos aos partidos a cada sequência eleitoral – sistemas estáveis são aqueles em que os eleitores continuam votando nos mesmos partidos e, inversamente, sistemas instáveis são aqueles em que, a cada nova eleição, os

eleitores votam em partidos diferentes. Por essa ótica, a instabilidade da votação agregada dos partidos é um indicador de volatilidade eleitoral (PEDERSEN, 1979).

Contudo, essa instabilidade, algumas vezes, pode estar relacionada com uma estrutura de competição mais aberta (MAIR, 1997) ou com o processo de implantação de um sistema multipartidário (PERES, 2005). Isso significa que a instabilidade eleitoral não pode ser vista como indicador de crise de um sistema partidário (PERES, 2013). Tampouco deve ser tomada como evidência de volubilidade dos eleitores; afinal, em sistemas partidários instáveis como o brasileiro – no qual há um processo frequente de entradas e saídas de partidos, de mudanças de siglas e, ainda, de migração de políticos entre as legendas – o que temos é uma inconstância na oferta partidária e de candidaturas, e não na demanda do eleitorado (PERES; SILVA, 2016; PERES, RICCI; RENNÓ, 2011).

Em alguma medida, a análise da dinâmica de estabilidade/instabilidade também se articula com a fragmentação partidária. Para além das preocupações mais básicas de se avaliar o processo de crise de representação ou de adaptação dos sistemas partidários ao mercado eleitoral (cf. MAIR, 1997), é possível supor que algum montante da volatilidade eleitoral seja decorrente da variedade da oferta partidária, ou seja, do número de partidos (PEDERSEN, 1979). Um sistema fragmentado é competitivo em dois sentidos – ele apresenta uma quantidade maior de opções para o eleitor e, ao mesmo tempo, esses partidos têm chances de conquistar alguma representação. Essas chances serão maiores a depender das regras eleitorais, nomeadamente, da adoção de representação proporcional com um número elevado de vagas em disputa, o que quer dizer uma alta magnitude do distrito.

Em países com sistemas eleitorais mistos – combinam-se a representação proporcional com a majoritária –, temos uma complexidade que deve ser considerada, especialmente quando essas fórmulas são adotadas para a eleição de cargos representativos diferentes e em eleições concomitantes. No caso brasileiro, por exemplo, as eleições para os cargos executivos e também para o Senado, são regidas pela fórmula majoritária, com o adendo de que se prevê segundo turno nas eleições para Presidente da República, Governo e Prefeitos de cidades grandes. No caso do cargo de Senador, há alternância de vagas a cada ciclo eleitoral, com uma ou duas cadeiras em disputa. Já as vagas para o Legislativo – [Deputado Federal, Deputado Estadual, Vereador], seguem a fórmula proporcional, mas a magnitude dos distritos eleitorais, ou seja, o número de vagas, é bastante variável. Cada estado e cada município estabelece seu número de parlamentares e, na Câmara de Deputados, há estados que elegem no mínimo oito e os que elegem, no máximo, setenta representantes.

Isso significa que temos incentivos institucionais que variam conforme o cargo em disputa, o que afeta o formato e a dinâmica do sistema partidário em cada um desses níveis de competição. Provavelmente, o número de partidos e o grau de instabilidade eleitoral serão diferentes nas eleições majoritárias e proporcionais. No caso das majoritárias, ter ou não segundo turno, como já observou Duverger (1970), faz diferença na formatação do sistema partidário, que pode se traduzir em bipartidarismo ou multipartidarismo moderado. No caso das eleições proporcionais, embora haja estímulo ao pluripartidarismo, o grau de fragmentação, em princípio, pode variar conforme a magnitude do distrito eleitoral – no estado de Rondônia, por exemplo, são eleitos oito Deputados Federais e vinte e quatro Deputados Estaduais, uma diferença considerável e que pode impactar o tipo multipartidarismo que emergirá na disputa de cada cargo, se moderadamente fragmentado ou muito fragmentado.

Como observou Cox (1997), dado que o efeito da fórmula eleitoral depende da magnitude do distrito  $[M]$ , o número de partidos será igual a  $M+1$ . Essa expectativa teórica aplicar-se-ia ao caso brasileiro do seguinte modo. A eleição para Governador contempla dois turnos, o que significa que, no primeiro turno, são disputadas duas vagas; então o número de forças partidárias competitivas  $[Fp]$  esperado é  $M+2$ , ou seja,  $Fp = 3$ . No caso do Senado, quando se disputa uma vaga,  $Fp = 2$ ; quando se disputam duas vagas,  $Fp = 3$ . No que se refere à eleição proporcional, o número teoricamente possível de forças competitivas também segue a mesma lógica – em Rondônia, as eleições para Deputado Federal poderia ter  $Fp = 9$ , enquanto a disputa pelo cargo de Deputado Estadual poderia ter  $Fp = 25$ . Esses números evidenciam a elasticidade de um sistema partidário quanto ao seu número de partidos competitivos em relação à magnitude do distrito eleitoral. Eleições proporcionais abrem mais espaço para a fragmentação, mas ela variará de acordo com a quantidade de cargos disputados. Por isso faz sentido supor que a eleição para cada cargo, por seguir uma combinação diferente de fórmula eleitoral com magnitude do distrito, poderá levar a um perfil diferente de interação partidária.

Nesse caso, temos que considerar que um sistema partidário pode ser avaliado em múltiplas dimensões, que correspondem a subsistemas. Podemos falar, então, de subsistemas partidários, que correspondem aos perfis de conjunto que emergem da interação dos mesmos partidos em diferentes planos de competição. Em outras palavras, embora sejam os mesmos partidos que disputam todas as eleições, em cada uma delas teremos um perfil interativo que pode ser diferente no que se refere à fragmentação partidária e à volatilidade eleitoral. Assim, nas eleições para Governador, pode emergir um padrão diferente daquele que aparece nas

eleições para Deputados, assim como daquele que se observa nas eleições para Senador. Mesmo nas eleições para Deputados, podem emergir padrões distintos nas eleições para a Câmara e para a Assembleia.

Em termos operacionais, os diferentes padrões no formato e na dinâmica dos subsistemas partidários estão associados à estrutura de competição que caracteriza o ambiente político que abriga o sistema partidário como um todo. A estrutura de competição compreende o grau de abertura do mercado eleitoral para a entrada e saída de partidos, a viabilidade de novas legendas nesse mercado e a possibilidade de alternância nas posições de liderança na conquista de votos (MAIR, 1997). Sendo assim, a estrutura de competição pode ser fechada ou aberta – numa estrutura fechada, ocorrem poucas alterações no quadro partidário ao longo do tempo e a competitividade dos novos partidos é reduzida; numa estrutura aberta, pelo contrário, a competitividade geral, inclusive dos novos partidos, é elevada, assim como a dispersão dos votos.

Consequentemente, ocorrem constantes alterações no quadro partidário ao longo das sucessivas eleições.

Conforme Mair (1997, p. 213), propositor dessa classificação, “estruturas de competição fechadas são claramente características dos tradicionais sistemas bipartidários [...]. Inversamente, abertura e ausência de previsibilidade tendem a caracterizar sistemas mais fragmentados [...]”. Porém, continua o autor, “dado que estruturas fechadas requerem necessariamente o desenvolvimento de normas e convenções estáveis no padrão de competição e na formação de governo, esse processo é, obviamente, dependente do tempo e, mais profundamente, não é algo que pode caracterizar sistemas partidários emergentes”.

No caso brasileiro, porém, o sistema partidário que emergiu com a redemocratização, foi o prolongamento parcial do anterior – Arena e MDB se converteram em PDS e PMDB, dando origem, pouco depois, por processos de cisão partidária, ao PSDB e ao PFL respectivamente. Essa dinâmica, sem dúvida, faz da formação do atual sistema partidário brasileiro um caso ímpar; afinal, ele continha a inércia da dinâmica do arranjo institucional e organizacional do bipartidarismo do regime autoritário (PERES, 2005). Devido a isso, ele já surgiu com uma estrutura de competição fechada, e apenas no médio prazo sua evolução possibilitou a efetiva implantação do multipartidarismo (LIMA Jr., 1997), com uma estrutura de competição aberta. Com efeito, assim que o mercado eleitoral competitivo se estabeleceu, emergiu, de maneira associada, um quadro de fragmentação partidária e instabilidade eleitoral elevadas, mas com considerável variabilidade entre os estados e as sucessivas eleições (PERES; RICCI; RENNÓ, 2011).

Este estudo focará no formato e na dinâmica e considerará o sistema partidário de Rondônia em múltiplos níveis, ou seja, seus subsistemas, que correspondem às diferentes disputas eleitorais. Interessa analisar a formação do sistema partidário no processo de transição em dois aspectos – o controle das diversas legendas pelas famílias políticas que passaram a dominar a política local, e os níveis de fragmentação partidária e de volatilidade eleitoral no processo de mudança da estrutura de competição, fechada e bipartidária, para uma aberta e multipartidária. Ainda, os impactos desse sistema multipartidário aberto, fragmentado e dominado por famílias políticas de diversas regiões do estado no processo governamental. Desse modo, as concepções de subsistemas partidários, fragmentação partidária, volatilidade eleitoral são centrais para a análise descritiva tanto do formato e da dinâmica do sistema partidário que se formou em Rondônia entre 1982 e 2002 como das frequentes crises de governabilidade no estado. O **Quadro 1** sintetiza o enquadramento teórico do estudo.

**QUADRO 1 – Resumo dos Aspectos Analisados, suas Características e sua Operacionalização Empírica**

<b>Aspectos Analisados/ Dimensões</b>	<b>Características Investigadas/Indicadores</b>	<b>Operacionalização/Variáveis</b>
Formato	Fragmentação	Dispersão dos Votos
		Famílias Políticas
Dinâmica	Evolução da Composição Partidária	Partidos Herdeiros do Bipartidarismo Autoritário
	Instabilidade	Novos Partidos
Estrutura da Competição Aberta	Acesso à Representação	Alta
	Fragmentação Eleitoral	Moderada ou Alta
	Competitividade dos Novos Partidos	Alta
	Mudança do Quadro Partidário	Frequente
Estrutura de Competição Fechada	Acesso à Representação	Baixo
	Fragmentação Eleitoral	Baixa
	Competitividade dos Novos Partidos	Baixa
	Mudança do Quadro Partidário	Rara

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011).

#### 4. Metodologia

A análise desta tese considera três aspectos centrais: os partidos, as eleições e a governação. Devido à inexistência de uma tradição de pesquisas sobre a evolução do sistema partidário rondoniense é inevitável que este seja um estudo de caráter descritivo, baseado não numa hipótese para teste, mas sim em perguntas que correspondem às variáveis de interesse da pesquisa, que são, vale repetir, a configuração do formato e da dinâmica do sistema partidário e o padrão de relação entre Executivo e Legislativo.

Em termos operacionais, o formato corresponde à configuração do sistema partidário no que se refere à proliferação de legendas e à dispersão da representação. Esses indicadores já foram mobilizados anteriormente nos estudos de Limar Jr. (1983; 1997) para classificar os subsistemas partidários brasileiros de 1946-64 e o atual, conforme seu grau de fragmentação. Avaliando os casos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia e Ceará, ele concluiu haver dois perfis de subsistemas partidários – moderadamente fragmentados e altamente fragmentados (LIMAR Jr., 1997). Por dinâmica, deve-se entender a passagem do mercado eleitoral fechado, de duopólio da Arena e do MDB, para um mercado eleitoral aberto e competitivo, com multipartidarismo efetivo, representado não apenas pela dispersão sucessiva dos votos, mas pelo conseqüente aumento da volatilidade eleitoral. Esses critérios foram utilizados por Peres (2005) na análise da formação do mercado eleitoral multipartidário no Brasil durante a transição democrática, que envolveu a continuidade da lógica bipartidária nas primeiras eleições da transição democrática, assim como a prevalência dos partidos herdeiros da Arena e do MDB no novo sistema partidário depois da abertura.

Por sua vez, o padrão de relação entre Executivo e Legislativo é examinado sobretudo por meio de três aspectos, quais sejam: (a) o perfil partidário/apartidário das Secretarias, indicado pela filiação do titular da pasta ou não a algum partido, (b) a instabilidade do Gabinete, detectada pela mudança de Secretários ao longo do mandato, e (c) as tensões entre os Governadores e a Assembleia Legislativa, identificadas por episódios históricos de confronto e de crises de governo e até institucionais.

Com relação ao material empírico, foram utilizados dados eleitorais, documentos e entrevistas com personagens centrais que preferiram permanecer anônimas – ao todo, foram seis entrevistados. Tais materiais empíricos possibilitaram a incursão exploratória na política partidária e eleitoral de Rondônia no período estudado, compreendendo as eleições e as

relações entre Executivo e Legislativo no processo de transição democrática, de 1982 a 2002. O **Quadro 2** apresenta as componentes do desenho da pesquisa e da análise.

### QUADRO 2 – Desenho da Pesquisa e suas Componentes Metodológicas

Componentes	Descrição
<b>Problema de Pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como se configuraram o formato e a dinâmica do sistema partidário em Rondônia nas eleições de 1982 a 2002, tomando-se como parâmetros os resultados eleitorais para Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual?</li> <li>▪ Que perfil de relação se estabeleceu entre os Governadores e a Assembleia Legislativa dado o ambiente de fragmentação partidária que emergiu naquele período?</li> </ul>
<b>Variáveis de Interesse</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formato e dinâmica do sistema partidário</li> <li>▪ Relações entre os Governadores e a Assembleia Legislativa</li> </ul>
<b>Dimensões Eleitorais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Eleição para Governador</li> <li>▪ Eleição para Senador</li> <li>▪ Eleição para Deputado Federal</li> <li>▪ Eleição para Deputado Estadual</li> </ul>
<b>Dimensões Governamentais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formação das Secretarias</li> <li>▪ Reformas no Gabinete [Mudança de Secretários e de Secretarias]</li> <li>▪ Conflitos com o Legislativo</li> </ul>
<b>Dimensões Partidárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fragmentação Eleitoral</li> <li>▪ Evolução da Composição de Legendas do Sistema Partidário</li> <li>▪ Volatilidade Eleitoral</li> <li>▪ Domínio de Famílias Políticas sobre as Legendas</li> </ul>
<b>Fonte dos dados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Documentos</li> <li>▪ Entrevistas</li> <li>▪ Dados eleitorais TSE</li> </ul>
<b>Procedimentos de Análise</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise Documental [Jornais, Documentos Históricos e Oficiais e Entrevistas]</li> <li>• Cálculo de Índices [Volatilidade Eleitoral]</li> <li>• Comparação de Resultados Eleitorais [Dispersão dos Votos]</li> <li>• Classificação das Secretarias de Governo</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011).

Essa delimitação temporal se baseia nas seguintes justificativas. Em primeiro lugar, foi nessa época que se formaram tanto o quadro partidário como as lideranças e as famílias políticas que vieram predominar no contexto posterior à transição. Em segundo lugar, a identificação de 2002 como o ano de conclusão da redemocratização seguiu um critério convencional, ou seja, não se tratou de uma escolha arbitrária de qualquer data, mas de uma convenção que se baseia numa justificativa tanto lógica como factual.

Como se sabe, a transição brasileira foi “lenta e gradual”, sem envolver um momento de ruptura brusca entre o regime autoritário e a democracia, mas sim um processo com idas e vindas, com sucessivas mudanças institucionais e liberalizações. Por isso, a identificação do episódio que marcou o final da transição e que, por consequência, indica a plena instalação da democracia, é um tema sujeito a controvérsias. Embora a adoção da atual Constituição tenha sido um evento relevante, assim como a eleição direta do primeiro Presidente depois do regime autoritário, no final dos anos de 1990, esta tese considera que a transição da democracia se concluiu quando foi eleito um Presidente de esquerda que viria a receber a faixa Presidencial de um antecessor, de centro-direita, que também havia sido eleito. Por isso a escolha da eleição de 2002 como o evento de encerramento da transição e consolidação final, a mudança ideológica e social do grupo político no poder, com a chegada à Presidência de uma liderança sindical que havia sido perseguida pela ditadura, sem nenhum contratempo ou torção na institucionalidade, representa mais nitidamente a complementação do estabelecimento da ordem democrática.

No caso de Rondônia, o período da transição democrática ensejou dois processos simultâneos na formação do sistema partidário. Um deles foi a passagem da estrutura de competição fechada, herdada do bipartidarismo anterior, para uma estrutura de competição aberta e, desse modo, multipartidária. O outro processo foi a configuração de subsistemas partidários distintos quanto à fragmentação eleitoral – nas competições para Governador e Senador, emergiu um multipartidarismo com três forças relevantes; nas disputas para Deputado Federal, surgiu um multipartidarismo com fragmentação moderada, com a presença de até cinco legendas competitivas; já nas eleições para Deputado Estadual, formou-se um multipartidarismo com fragmentação bastante elevada, com uma dispersão acentuada dos votos em mais do que cinco legendas. Portanto, o período de transição democrática corresponde ao período de transição simultânea do sistema partidário rondoniense, que se tornou mais complexo, com subsistemas que mostraram níveis diferentes de fragmentação. Por isso é essencial estabelecer e justificar o período temporal que estabelece o início e o fim da transição.

## CAPÍTULO 2

### **Multipartidarismo. Restringido: A Estrutura de Competição Fechada das Primeiras Eleições**

#### **1. Introdução**

Neste capítulo, analiso os anos iniciais da formação do sistema partidário de Rondônia. Veremos como foi central tanto as duas principais lideranças do período, como a herança de capital eleitoral, redes políticas e estrutura organizacional deixada pela Arena e pelo MDB na construção das duas legendas que monopolizaram o mercado eleitoral do começo do processo de transição democrática. Jorge Teixeira, um militar que havia sido nomeado o primeiro Governador do estado, atua intensamente para dar ao PDS, um prolongamento da Arena no novo ambiente multipartidário, uma posição de liderança nos processos eleitorais e, assim, na Câmara dos Deputados e, especialmente, na Assembleia Legislativa. Jerônimo Santana, um deputado de oposição, surgia como a maior liderança do PMDB, em grande medida, um prolongamento do MDB. Ambos conseguiram assegurar as fatias de mercado eleitoral que eram controladas pelos seus partidos genitores, de maneira que o duopólio que caracterizava o bipartidarismo do regime autoritário se reproduziu no contexto da redemocratização, mantendo-se uma estrutura de competição fechada.

Porém, o PMDB apresentava uma dinâmica de crescimento, enquanto o PDS continuava sua curva de declínio, já observada no desempenho da Arena antes da abertura do regime. Na eleição subsequente, esse movimento se confirmou de maneira mais acentuada. Apesar de não haver fragmentação partidária elevada na Assembleia Legislativa, o Governador Teixeira enfrentou resistências no Parlamento estadual devido ao seu estilo autoritário de governar. Esse desgaste impactou sua popularidade, que se reduziu de maneira expressiva e, sem dúvida, prejudicaria o desempenho do PDS. Somando-se a isso, no plano nacional, o partido sofreu drástica perda eleitoral provocada pela cisão interna que levou à criação do PFL, um partido herdeiro indireto da Arena (PERES, 2005) e que já começava com considerável espaço no mercado de votos do estado. Lentamente, a estrutura de competição, ainda fechada, começava a sofrer rachaduras que, mais adiante, levaria ao multipartidarismo efetivo, com o detalhe de que esse pluralismo de legendas adviria da

ampliação da concorrência causada pela proliferação de partidos herdeiros da Arena e do MDB.

## **2. A Eleição de 1982 e a Configuração Partidária Inicial**

Como já discutido anteriormente, quando ainda era um território federal chamado de Guaporé, o governador do futuro estado Rondônia era nomeado pela Presidência da República e, a partir de 1947, fazia eleição para escolher apenas um Deputado Federal. O PSD [Partido Social Democrático] preencheu essa vaga, com Aluízio Ferreira, em 1947 e 1950, e, em 1954, com Joaquim Rondon. Em 1956, o território receberia o nome de Rondônia, mas continuaria tendo direito a uma cadeira na Câmara dos Deputados. Em 1958, Aluízio Ferreira voltou a ser eleito para o cargo, mas agora pelo PTB [Partido Trabalhista Brasileiro]; em 1962, Renato Medeiros conquistou a vaga para o PSP [Partido Social Progressista].

Depois do golpe de Estado de 1964, e já após a implantação do bipartidarismo compulsório, Paulo Nunes Leal foi eleito Deputado Federal pela Arena [Aliança Renovadora Nacional], em 1966. A partir de então, a única vaga de Rondônia para a Câmara dos Deputados se tornaria objeto de intensa disputa entre Arena e MDB [Movimento Democrático Brasileiro] ao longo do período autoritário. Jerônimo Santana venceria as disputas de 1970 e 1974, pelo MDB; em 1978, no âmbito do chamado “pacote de abril”, Rondônia passou a ter duas cadeiras de Deputado Federal e Jerônimo Santana manteve a vaga que havia conquistado nas duas vezes anteriores, enquanto a Arena asseguraria a segunda, com Isaac Newton. A quota de representação de Rondônia só viria a aumentar substantivamente na eleição de 1982, em decorrência da elevação de sua condição política a estado da Federação. Desde então, teria direito a oito Deputados Federais e, ainda, a eleger três Senadores e seus Deputados Estaduais para as vinte e quatro cadeiras da sua Assembleia Legislativa. Em 1986, ocorreria sua primeira eleição direta para o cargo de Governador.

Sem dúvida, esse período foi crucial para a estruturação organizacional do MDB e da Arena no estado, partidos criados em virtude do Ato Institucional nº 02, de 1965.<sup>6</sup> Ainda na

---

<sup>6</sup> Em seu artigo 18, afirmava-se: “ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros. Parágrafo único: Para a organização dos novos Partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações”. Em 1979, o governo Figueiredo modificou a legislação partidária e eleitoral e restabeleceu o pluripartidarismo, surgindo, no mesmo ano, a ARENA, que mudaria o nome para Partido Democrático Social [PDS], e o MDB, que também alteraria sua sigla para PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro]. A volta do pluripartidarismo, como se sabe, não foi apenas o reestabelecimento da livre competição, um direito político, portanto, mas também uma estratégia do governo federal para dividir a oposição que estava concentrada no MDB. Nesse cenário, foi criado o Partido dos trabalhadores [PT], que logo estabeleceria seu diretório em Rondônia.

condição de território, Rondônia reproduziu a mesma bipolaridade nacional entre governistas e oposicionistas e, nesse ambiente bipartidário, fortaleceu-se a figura do Deputado Jerônimo Santana,<sup>7</sup> que fazia oposição ao governo civil-militar. Sem dúvida, o crescimento das forças oposicionistas na região foi um dos fatores preponderantes na decisão tomada pelo Presidente Figueiredo sobre o envio do Coronel Jorge Teixeira<sup>8</sup> para administrar o território. Cabia-lhe, nessa função, assegurar que o partido do governo elege-se a maioria dos Senadores e Deputados Federais na disputa de 1982. A missão foi cumprida e, durante seu mandato, de 1979 a 1985, ele se dedicou intensamente à tarefa de fazer com que o PDS fosse a força partidária predominante no estado. Tal empenho, aliás, foi explicitado na própria fundação do partido Em Rondônia, como atesta seu discurso na instalação do diretório Regional do PDS.<sup>9</sup>

Como já ressaltado, esse esforço de construção partidária, apoiado no capital eleitoral da Arena, era algo estratégico para o regime autoritário no processo de transição democrática e marcaria o ambiente político do estado. Sua nova condição constitucional foi estabelecida justamente no início da abertura política que, entre outras coisas, implantava o pluripartidarismo. Contudo, a estrutura bipartidária montada durante o autoritarismo havia fincado suas raízes, tanto em termos organizacionais como no que se refere aos alinhamentos políticos das elites e dos eleitores. Dessa forma, os anos iniciais da transição seriam marcados pela bipolaridade entre PDS e PMDB, partidos herdeiros do quadro anterior.

Portanto, no início da transição democrática, e ainda antes do fim do bipartidarismo, o ambiente político institucional de Rondônia evoluía para a configuração representada no

---

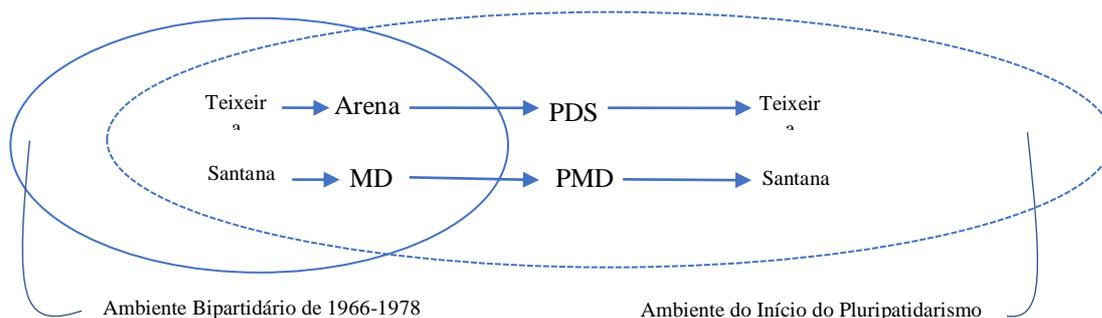
<sup>7</sup> Jerônimo Garcia Santana nasceu em Jataí (GO) no dia 29 de outubro de 1934. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1963, tendo realizado cursos de extensão em Sociologia Jurídica, Filosofia e Ciência Política. Chegou a Porto Velho no início da década de 1970, atuando como advogado. Já à sua chegada, ele encontrou a cidade em rebuliço devido à expulsão dos garimpeiros de cassiterita de suas "catas" e do Território Federal, pelas forças armadas. Na mesma hora, abraçou a causa dos garimpeiros e viu crescer sua popularidade. Isso terminou levando-a à Câmara dos Deputados pela primeira vez, além de ter contribuído consideravelmente para reconduzi-lo ao cargo por mais duas oportunidades.

<sup>8</sup> Natural do Rio de Janeiro, Jorge Teixeira, também conhecido como Teixeirão, foi oficial do Exército, mais precisamente, paraquedista oficial do Estado Maior. Criou e foi o primeiro comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva, sua especialidade, além de ter dirigido o Colégio Militar de Manaus, onde acabou assumindo o cargo de Prefeito, em 1973. Já na reserva, foi indicado para governar Rondônia, com a incumbência de levar o território à categoria de estado da Federação. Teixeira foi o último governador do território e o primeiro governador do estado de Rondônia. Tornou-se, assim, a primeira grande liderança política da Arena e do PDS no contexto da transição democrática no estado.

<sup>9</sup> "Hoje nós estamos lançando o nosso partido político, que é o partido do Governo. É mais uma parcela do nosso Estado. Eu tenho dito várias vezes, que o Estado é constituído por suas várias parcelas: a parcela econômica, a parcela social, a parcela política etc. A responsabilidade desta parcela vai caber muito mais aos senhores membros do diretório e aos senhores que escolheram Rondônia para viver. Essa responsabilidade tem que ser dividida por todos nós, porque aqui acontece um fato interessante: pela primeira vez, vai ser organizado o código político do novo Estado. Em 82 teremos eleições, talvez não para Governador, ainda será nomeado pelo Presidente da República. Serão eleitos Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais, que vão, numa Assembleia Constituinte elaborar a primeira Carta do novo Estado de Rondônia" (RONDÔNIA, 1984, p. 04).

**Fluxograma 1.** Pensando cada ambiente institucional como um conjunto de partidos, o que temos é uma sobreposição de dois ambientes que são dois conjuntos aos quais pertencem os mesmos partidos, apesar da mudança de siglas. Essa ilustração mostra também que, se por um lado, a transição significou a alteração do ambiente eleitoral no estado, imposto por mudanças institucionais que alteraram a estrutura legal que regulamenta a competição, por outro, ao invés de rupturas radicais, os primeiros anos da redemocratização representaram a continuidade das lideranças políticas e dos grupos partidários como protagonistas do processo eleitoral no estado. Em outras palavras, devemos ter em conta as continuidades entre os sistemas partidários do regime autoritário e da transição democrática. PDS e PMDB foram antes a manutenção da polarização política anterior do que propriamente a inflexão no padrão bipolar que havia sido estabelecido anteriormente pela Arena e o MDB.

### **Fluxograma 1 – Ambientes Formativos dos Partidos e das Lideranças na Transição Democrática**



Fonte: Elaborado pelo autor, conforme Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011).

As lideranças políticas, conseqüentemente, persistiram e protagonizaram a dinâmica bipartidária no estado. O Coronel Teixeira assumia a posição de liderança do grupo político que se aglutinava em torno do partido governista, a Arena, tendo como opositor o grupo político que se reunia em torno do MDB, liderado por Santana. Ambos agiram tenazmente a fim de fortalecer seus grupos políticos locais; inclusive, até por ter a máquina de governo em suas mãos, o Governador Jorge Teixeira conseguiu fazer melhores articulações, chegando a cooptar importantes lideranças do PMDB do interior do estado para o seu partido.<sup>10</sup> Mais do

<sup>10</sup> O médico cearense Claudionor, assumindo a liderança no eixo da rodovia BR-364 do Movimento Democrático Brasileiro, tornando-se amigo do então deputado federal Jerônimo Garcia de Santana, até que em 1982 foi cooptado pelo governador Jorge Teixeira, depois que este cumpriu a promessa de construir um hospital em Ji-Paraná, ingressando então no Partido Democrático Social, o PDS. Em 1982 Claudionor Roriz foi eleito presidente regional do PDS, e no mesmo ano candidato indicado por Teixeira para ocupar uma das três vagas que o partido elegeu para o Senado Federal, onde aparentemente ele não se adaptou, preferindo aceitar o convite do prefeito José Bianco para assumir a secretaria municipal de Saúde ji-paranaense, citado então como o primeiro caso de um senador que se licenciava para assumir uma secretaria municipal. Em 1985,

isso, sua atuação seria decisiva para manter a preponderância do PDS em Rondônia nesse início da transição do bipartidarismo para o multipartidarismo.<sup>11</sup> Por seu turno, Jeronimo Santana procurou conquistar o máximo de capital eleitoral para o MDB antes do processo de abertura. Para tanto, posicionou-se como um feroz crítico ao governo militar, devido especialmente às crises econômica e social que assolavam o País, cujos impactos eram visíveis no novo estado. Sem embargo, com a reforma que implementou o multipartidarismo, foi automática a transferência de sua liderança regional à nova legenda.

Em suma, a adoção do multipartidarismo não impôs uma drástica alteração do sistema partidário num único momento divisório de dois ambientes diferentes, mas sim um processo de transição gradual do bipartidarismo para o multipartidarismo, com o surgimento de algumas novas legendas e a continuidade das duas principais, por meio de seus herdeiros partidários diretos, reproduzindo um padrão que se verificava também nacionalmente (PERES 2005). Isso significa que a reforma que implementou o multipartidarismo não impediu a automática transferência do capital político dessas lideranças regionais ao PDS e o PMDB. Por extensão, devido à inércia da bipolaridade estabelecida anteriormente, nas primeiras eleições pluripartidárias, em 1982, a estrutura da competição em Rondônia permaneceu restringida à dinâmica bipartidária. Os embates foram travados entre os candidatos daquelas duas legendas, que conseguiram conquistar todas as cadeiras da Assembleia Legislativa.

Como mostra o **Quadro 3**, num universo de vinte e quatro vagas, o PDS elegeu quinze deputados estaduais [62,5%], enquanto o PMDB elegeu nove [37,5%]. Em termos geográficos, oito candidatos [33,3%] foram eleitos pela Capital do estado, um número expressivo, mas que indicava que 2/3 do Parlamento local seria preenchido com políticos do interior. Iniciava-se um processo de interiorização da política rondoniense, cujo impacto maior viria a ser, um pouco mais adiante, com a emergência das novas lideranças políticas que sucederiam a Teixeira e Santana.

---

de volta ao PMDB, foi considerado o principal arquiteto da vitória do advogado Jerônimo Santana, para a prefeitura de Porto Velho. (Abuquerque,2019 e Matias,1998).

<sup>11</sup> Como observou Foroni (2014, p. 29): “Jorge Teixeira tinha a função de instalar o Diretório Regional do PDS em Rondônia, tarefa que ele fez pessoalmente, escolhendo os políticos para fazerem parte do partido, enquanto buscava uma figura política forte na região para liderar o diretório e o escolhido foi Claudionor Roriz. Os partidários na época não entenderam essa escolha de Teixeira, afinal havia dentro do PDS políticos que poderiam ter essa função, porém essa atitude contraditória do governador mostrava o quão político ele era. Ele sabia que em Rondônia o PMDB era a maioria e que a imagem do regime militar estava desgastada, e por esse motivo buscou um nome forte que defendesse os interesses da maioria da população, para fazer parte do seu partido (PDS) e, assim, trazer consigo os eleitores e mudar a característica regional de ser oposição”.

**QUADRO 3 – Candidatos a Deputado Estadual de Rondônia Eleitos em 1982**

<b>Eleitos</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>%</b>	<b>Domicílio Eleitoral</b>
José de Abreu Bianco	PDS	8.156	4,72	Ji Paraná
Tomaz Guilherme Correia	PMDB	5.441	3,15	Jaru
Genivaldo José de Souza	PDS	5.311	3,07	Ouro Preto do Oeste
João Dias Vieira	PMDB	4.901	2,83	Ji Paraná
Sadraque Muniz	PMDB	4.706	2,72	Ji Paraná
Francisco Nogueira Filho	PDS	4.372	2,53	Guajará Mirim
Jacob de Freitas Atallah	PDS	4.362	2,52	Porto Velho
Oswaldo Piana Filho	PDS	4.025	2,33	Porto Velho
Jô Yutaka Sato	PDS	3.785	2,19	Colorado do Oeste
Manoel Messias da Silva	PDS	3.728	2,16	Cacoal
Arnaldo Lopes Martins	PDS	3.720	2,15	Vilhena
José Ronaldo Aragão	PMDB	3.638	2,10	Cacoal
Augusto Sérgio Carminato	PMDB	3.381	1,96	Colorado do Oeste
José Rodriguesdo Prado	PDS	3.206	1,85	Ariquemes
Silvernani Cesar dos Santos	PDS	3.195	1,85	Jaru
José Zuca Marcolino Sobrinho	PDS	3.144	1,82	Ji Paraná
Marvel Faber Pelúcio Falcão	PDS	3.126	1,81	Pimenta Bueno
Walderedo Paiva dos Santos	PDS	2.966	1,72	Porto Velho
Cloter Saldanha Mota	PMDB	2.909	1,68	Porto Velho
Heitor Luiz da Costa Júnior	PDS	2.777	1,61	Porto Velho
Jerzy Badocha	PMDB	2.701	1,56	Porto Velho
Amizael Gomes da Silva	PDS	2.677	1,55	Porto Velho
Amir Francisco Lando	PMDB	2.590	1,50	Porto Velho
Ângelo Angelim	PMDB	2.536	1,47	Vilhena

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TER-RO

Essa eleição teve ainda outro aspecto relevante, qual seja, os Deputados Estaduais assumiram seus cargos na condição de Constituintes. Durante seis meses, eles trabalharam em diferentes comissões temáticas para a elaboração da Constituição estadual – até então, o Governador legislava por Decretos-Lei. Em 07 de junho de 1983, a Comissão de Revisão Constitucional da Assembleia Legislativa de Rondônia aprovou o documento final. Estava estabelecida, assim, a estrutura institucional do estado, que, em parte, já havia sido posta pela Lei Federal de sua criação. A Constituição estadual foi promulgada em 06 de agosto de 1983 e, para ressaltar o significado político do ato, estiveram presentes na cerimônia os Ministros Ibrahim Abi Ackel e Mário Andreazza, o Deputado Paulo Maluf e autoridades municipais.

Na disputa das vagas para a Câmara dos Deputados, manifestou-se o mesmo padrão de competição fechada que reproduzia a lógica bipartidária do período autoritário. Igualmente nesse caso, todas as oito cadeiras disponíveis ficaram sob o controle do PDS e do PMDB, como indicado na **Quadro 2**. O PMDB ficou com três vagas [37,5%] e o PDS, mantendo seu predomínio também nessa esfera eleitoral, ficou com cinco [62,5%]. Foram eleitos cinco candidatos pela Capital [62,5%], num movimento inverso ao observado na eleição para Deputado Estadual, na qual o interior conquistou um número maior de vagas. O destaque nessa esfera de competição foi Ji Paraná, que teve dois candidatos de sua região eleitos para a Câmara dos Deputados. Mesmo na eleição para Deputado Estadual o município mostrou ser um polo político emergente no estado, ao conquistar quatro vagas e ser a região do interior que mais elegeu representantes para a Assembleia Legislativa.

#### **QUADRO 4 – Candidatos a Deputado Federal Eleitos por Rondônia em 1982**

<b>Eleitos</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação</b>	<b>%</b>	<b>Domicílio Eleitoral</b>
Múcio Athaide	PMDB	24.338	13,92	Porto Velho
Chiquilito Erse	PDS	20.506	11,72	Porto Velho
Olavo Pires	PMDB	14.265	8,16	Porto Velho
Rita Furtado	PDS	11.428	6,53	Porto Velho
Leônidas Rachid	PDS	11.137	6,37	Porto Velho
Francisco Sales	PDS	9.772	5,59	Ariquemes
Assis Canuto	PDS	9.382	5,36	Ji Paraná
Orestes Muniz	PMDB	7.548	4,32	Ji Paraná

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Matias (1998).

Na eleição para as três vagas ao Senado, a dominância do PDS foi completa. O partido elegeu os três Senadores. Na **Tabela 1** são dispostos os dados referentes a todas as candidaturas, de modo que é possível perceber que, embora o PMDB tenha sido competitivo, as diferenças nas votações que recebeu ficaram consideravelmente distantes das obtidas pelo PDS. Somados os votos dos eleitos, o PDS totaliza cerca de 57%, enquanto os candidatos do PMDB chegaram a cerca de 39%. Jerônimo Santana, até então deputado pelo PMDB, foi o quarto mais votado e mostrou ter potencial para um desempenho melhor na próxima competição – de acordo com a Legislação, o Senador mais votado teria oito anos de mandato e, os demais, apenas quatro, o que abria espaço para que o PMDB e Santana buscassem aumentar seu capital eleitoral visando à conquista da vaga na competição subsequente. Os demais candidatos, todos do PT, atingiram, juntos, pouco mais de 4% dos votos, ficando muito aquém da possibilidade de sequer alcançar no curto prazo algum grau de

competitividade nessa estrutura ainda marcada pelo bipartidarismo nas disputas para o Senado.

**TABELA 1 – Resultado da Eleição para o Senado em Rondônia, em 1982**

Candidatos	Número	Votação	%
Odacir Soares [PDS]	10	96.657	19,26 [Eleito]
Galvão Modesto [PDS]	12	94.794	18,89 [Eleito]
Claudionor Roriz [PDS]	11	94.143	18,76 [Eleito]
Jerônimo Santana [PMDB]	50	67.188	13,39
Carlos Augusto Godoy [PMDB]	52	66.374	13,23
Djair Prieto [PMDB]	51	64.954	12,95
Odair Cordeiro [PT]	30	5.957	1,19
Onofre Airton Kojo [PT]	32	5.887	1,17
Josias Galvão de Lima [PT]	31	5.824	1,16

Fonte: Matias (1998).

De modo geral, essas eleições confirmavam as lideranças de Jorge Teixeira, no PDS, e do Deputado Federal Jerônimo Santana, à frente do PMDB, no novo quadro partidário. A polarização do bipartidarismo foi capitalizada por essas lideranças e, assim, transposta ao novo ambiente político multipartidário da transição democrática. Em outros termos, a dicotomia “partido do governo versus partido da oposição” foi automaticamente transferida à competição entre PDS e MDB no estado.<sup>12</sup> Com efeito, essas eleições confirmavam, também, o duopólio partidário das siglas herdeiras da Arena e do MDB, assim como transferência da vantagem dos arenistas aos peessedebistas. A propósito, graças a essa posição vantajosa legada pela estrutura de competição fechada do bipartidarismo autoritário, o governador Teixeira pôde assegurar a predominância do PDS na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados e, principalmente, no Senado.

Não obstante, no plano nacional, o predomínio do PDS já começava a ser ameaçado, especialmente porque essa sigla já surgiu desgastada devido à sua identificação com a Arena e os governos militares. Esse desgaste foi agravado devido às críticas do movimento que reivindicava eleições diretas para Presidente ao partido, considerado conservador e

<sup>12</sup> Inclusive, esse foi o eixo da campanha eleitoral, conforme demonstra o discurso de Teixeira ao assumir a condição de governador do estado: “Minha gente, aí está, realmente, o que eu tinha prometido a vocês. Eu vinha aqui dias antes da eleição e dizia a vocês que, como Governador, eu não podia pedir o voto de vocês, eu apenas pedia a vocês que julgassem o trabalho do governador. Eu quero também transmitir a todos vocês as palavras que eu recebi, através do Ministro Mário Andreazza e do presidente Figueiredo. Ele mandou Dizer: Teixeira, transmita ao povo de Rondônia o meu agradecimento. (...) Foi o Estado que deu, de uma vez, três Senadores. Vocês deram ao Presidente Figueiredo três Senadores de uma vez, conforme eu havia pedido” (Rondônia, 1984, pp. 29-30).

antidemocrático. Os dados da **Tabela 2** evidenciam essa dinâmica, ao mostrar os resultados agregados da votação para Deputado Federal no país.

**TABELA 2 – Votação dos Partidos na Eleição para Deputado Federal de 1982 [%]**

Estado/Região	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT
Rondônia	57,8	38,7	--	--	3,5
R. Norte	49,2	48,1	--	0,9	1,9
R. Nordeste	64,7	34,5	0,1	0,1	0,6
R. Centro-Oeste	39,7	59,3	0,3	--	0,6
R. Sudeste	33	43,4	8,2	9	6,5
R. Sul	42,4	47,1	9,3	0,4	0,8
Brasil	43,2	43	5,8	4,4	3,5

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Indubitavelmente, em termos nacionais, tratou-se de uma disputa bipolar, uma vez que PDS e PMDB concentraram cerca de 86% dos votos e numa partilha praticamente equivalente desse eleitorado. Mas, como pode ser observado, na maioria dos estados e regiões, o PMDB avançava rumo à liderança da estrutura de competição, embora esta ainda fosse restrita a dois partidos. Na Região Norte, apenas no Amapá [79,3%] e em Roraima [74,3%] o PDS recebeu uma proporção de votos maior do que a recebida em Rondônia – inclusive, nos demais estados o PMDB foi o mais votado. As votações do PDT e PTB foram desprezíveis no estado; por outro lado, o PT conquistou em Rondônia uma proporção de votos que foi mais elevada do que a obtida em todas as regiões, exceto no Sudeste. Em termos regionais, somente no Nordeste a votação do PDS [64,7%] foi superior à de Rondônia – em realidade, em nenhum dos estados dessa região o PMDB teve votação superior à do PDS. No Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste, o PMDB já liderava a disputa ainda bipolar no início da implantação do multipartidarismo. Mesmo na Região Norte, as proporções de voto recebidas pelos dois partidos era praticamente a mesma.

De qualquer forma, a história político-institucional do estado de Rondônia tinha seu início marcado por dois fatos que condicionaram sua evolução: (1) tensões entre o Executivo, de tradição autocrática, e o Legislativo, interessado em negociações pluralistas visando ao aumento de seu poder de barganha junto ao governo, e (2) a polarização política envolvendo personalidades e lideranças que se agruparam em torno do PDS e do PMDB. A eleição desse primeiro grupo de políticos no novo estado, começou a se desenhar o conjunto de forças políticas de Rondônia, baseadas nas regiões e municípios do interior. Concretamente, os

grupos políticos que se aglutinaram ao redor do PDS tinham como principal liderança o Governador Jorge Teixeira, como já destacado, que “apadrinhava” novas lideranças, como os Deputados Federais eleitos Chiquilito Erse, Rita Furtado, Assis Canuto, José Bianco, Deputado Estadual Osvaldo Piana. Por sua vez, a grande expressão política do PMDB, o Deputado Jerônimo Santana, patrocinava as novas lideranças eleitas por sua legenda – Deputados Federais e Deputados Estaduais que começaram a despontar como lideranças na Capital e no interior do estado, como Olavo Pires, Orestes Muniz, Ronaldo Aragão e Tomaz Correia.

### **3. As eleições de 1986 e o Realinhamento do Sistema Partidário**

Desde suas primeiras eleições gerais, o ambiente político-institucional de Rondônia evoluiu de modo a articular ainda mais sistemicamente elementos do contexto local com o nacional. Uma convergência de fatores desses dois cenários levou à crescente corrosão do PDS, concomitantemente ao crescimento do PMDB. Em termos locais, ao mesmo tempo em que o Governador Teixeira era reconhecido como a principal figura do partido no estado, e um dos responsáveis diretos pelo seu notável desempenho nas eleições, sua liderança começou a ser questionada até mesmo pelos seus colegas de legenda. Ocorre que os Deputados Estaduais recém-eleitos começaram a mostrar certo incômodo com o poder quase absoluto do Governador – como Rondônia ainda não dispunha de uma Constituição, o Chefe do Executivo tinha a prerrogativa de legislar, conforme estabelecido na Lei de criação do estado. Devido a isso, as relações do Governador com a futura Assembleia Legislativa se deterioraram rapidamente, inclusive com os deputados peessedebistas.

Uma das controvérsias que provocaram tensões entre Executivo e Legislativo foi a inexistência de algum dispositivo legal sobre quem teria a incumbência de substituir o Governador no caso de seu impedimento ou de seu afastamento por motivo de viagem, por exemplo. A vigência de uma Assembleia eleita com um governador indicado pela Presidência da República do governo autoritário deixava esse impasse sem resolução clara, pelo menos até a promulgação da Constituição estadual. Até então, havia a nomeação do Governador, mas não a figura do Vice-Governador. Na ausência do titular da pasta, cabia ao próprio Governador a escolha de seu interino, geralmente algum Secretário. A Assembleia, porém, começou a reivindicar que o Governador interino deveria ser o Presidente da Casa Legislativa, o que provocou um impasse entre os dois Poderes.

O ápice do conflito, contudo, foi a expedição do Decreto-Lei, N.71, de 05/08/83, que criava os municípios de Rolim de Moura e Cerejeiras. Tratou-se de uma manobra procedimental de Teixeira para evitar o veto dos parlamentares à iniciativa porque, no dia seguinte à edição, ou seja, 06 de agosto, a Assembleia Legislativa seria constituída e, desse modo, poderia deliberar sobre o assunto. O Governador aproveitou-se então do último dia do seu poder de decreto para adotar essa medida polêmica, que foi vista como uma manobra visando a garantir seu predomínio político nas eleições municipais de 1985. Essa estratégia, porém, não trouxe o resultado esperado – o PMDB acabou conquistando as Prefeituras dos municípios que o Governador acabara de criar, além do Executivo da Capital. O próprio Jerônimo Santana venceu a disputa em Porto Velho, enquanto Valdir Raupp e Adelino Neiva

de Carvalho conquistaram as Prefeituras de Rolim de Moura e de Cerejeiras, respectivamente. Com isso, o PMDB passava a dominar áreas do estado até então consideradas propensas a votar no PDS (FREITAS, 2015). Além disso, tal ato acirrou ainda mais a animosidade dos parlamentares em relação ao Executivo.

Destarte, as tensões entre Governador e Assembleia Legislativa resultaram numa crise interna à organização estadual do PDS. Um grupo de políticos filiados ao partido, nomeadamente os Deputados Federais Francisco Sales, Leonidas Rachid, Rita Furtado e Assis Canuto e os Senadores Galvão Modesto e Odacir Soares, passaram a criticar abertamente o estilo de administração de Teixeira, alheio ao Legislativo e aos parlamentares estaduais. Esses pedessistas, conhecidos como o “Grupo de Brasília”, chegaram até a divulgar suas reivindicações pela imprensa,<sup>13</sup> visando a pressionar o Governador publicamente. Eles exigiam maior participação dos aliados no governo, incluindo-se a possibilidade de aparição dos parlamentares na inauguração de obras, ocasiões em que Teixeira costumava capitalizar, de maneira exclusiva, sua imagem política. Por sua vez, o Governador tentou contemporizar e até desqualificar os queixosos,<sup>14</sup> chegando a sugerir que esses políticos, na verdade, queriam criar uma espécie de governo paralelo.<sup>15</sup>

Diante das resistências de Teixeira, esse grupo manifestou suas queixas ao próprio Presidente da República, desencadeando uma crise no PDS estadual.<sup>16</sup> Acuado, Teixeira foi obrigado a buscar alguma negociação tanto com esse grupo como com a Assembleia Legislativa; mas, ao mesmo tempo, julgou-se traído por seus correligionários, especialmente aqueles que receberam seu apoio nas eleições. Fustigado, ele então resolveu promover uma pequena reforma no seu secretariado, abrindo espaço para a inclusão de alguns parlamentares

---

<sup>13</sup> Publicado na edição de 27/09/1983, do Jornal Alto Madeira. Vários outros pontos foram incluídos na pauta de reivindicações, mas todos eles tinham um caráter bastante pontual e localizado, visando ao atendimento dos interesses mais específicos de algumas categorias funcionais.

<sup>14</sup> “Inventaram que eu havia sido chamado às pressas para o gabinete do Presidente. Eu falo com ele quando quiser e estou com audiência marcada para o breve. (...). Nesse problema todo, o que me magoa é que há pessoas que não chegariam nunca onde estão sem o apoio que eu lhes dei. Veja o caso do Modesto, que hoje é Senador. Quem era ele? Um funcionário do Inkra que eu trouxe de Manaus e coloquei como executor do órgão em Rondônia, e depois como Senador”. Entrevista concedida pelo Governador Teixeira ao Jornal Alto Madeira, edição de 27/09/1983.

<sup>15</sup> “Pedir de uma só vez que eles indiquem os secretários de Indústria e Comércio, Cultura, Administração, além da diretoria do Departamento de Estradas e Rodagem e as presidências da Codaron e da Companhia de mineração... A proposta como está colocada é inaceitável. Essas mudanças serão feitas, mas não posso sair tirando [quem já está no cargo] apenas porque [eles] me pedem auxiliares.” Entrevista concedida pelo Governador Teixeira ao Jornal Alto Madeira, edição de 27/09/1983.

<sup>16</sup> Como relatou o Deputado Estadual Heitor Costa, do PDS: “Sentimos que nesta hora procuram sufocar, amordçar e monopolizar todos os políticos deste Estado. Não sou dissidente, apenas luto e sempre lutarei pela independência da classe política, mas tantas são as pressões exercidas que daqui a pouco não haverá mais alternativa que não a dissidência e o rompimento. Em nada que ocorra na área administrativa do Estado, a classe política tem qualquer participação. Não sou contra o governador, mas favorável a que a classe política assuma sua representatividade” (Alto Madeira, 1983).

no primeiro escalão da sua administração. Inclusive, para reduzir a animosidade dos próprios pedessistas, o Deputado Estadual Walderedo Paiva foi convidado a assumir a Secretaria de Justiça, o que até poderia favorecer o diálogo do governo com o “Grupo de Brasília”, com o qual era vinculado.

Porém, tais iniciativas vieram tardiamente e não surgiram o efeito desejado. Ao que parece, Teixeira, um Governador militar, nomeado pela Presidência da República num momento em que não havia Assembleia Legislativa, não tinha se dado conta da mudança do ambiente político provocada pela transição democrática. Até aquele momento, governar era um ato unilateral, sem a necessidade de negociações políticas com outro Poder, sem o controle do Parlamento; mas agora, o processo de governo tornava indispensável o cultivo de alianças mais substantivas com o Legislativo, com os partidos, com os parlamentares; tornava-se necessária a formação de coalizões coesas num governo compartilhado, assim como seria o caso das relações entre Executivo e Legislativo no plano nacional. Mas, sua inabilidade para agir de maneira correspondente ao novo arranjo institucional do estado, no âmbito da transição para a democracia multipartidária competitiva e com divisão dos Poderes, contribuiu para o aprofundamento da crise de governo devido, que se transformaram numa crise institucional.

Nesse cenário, o Parlamento estadual já discutia abertamente a substituição do governador. Imediatamente, a Assembleia Legislativa se transformou na arena de disputa pela nomeação do novo interventor – de um lado, os pedessistas consideravam que a vaga era deles, por direito, e, do outro, os pemedebistas reivindicavam o cargo para si, em especial no contexto da Nova República. Ao final, a nomeação do novo governador, em 1985, representou tanto o fortalecimento do Legislativo, porque foi indicado para o cargo um Deputado Estadual, Ângelo Angelin, como a confirmação do predomínio político dos peemedebistas, uma vez que se tratava de um parlamentar integrante do PMDB, líder da aliança democrática que elegeu Tancredo e Sarney, que contou com o PFL, formado por dissidentes do PDS.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Apesar da difícil relação entre essas duas siglas no estado, em virtude especialmente da polarização que vinha sendo desenhada desde o embate entre Arena e MDB, o novo Governador conseguiu manejar a política local e tocar seu mandato até o final. Em seu governo “tampão”, o maior desafio foi precisamente administrar essa aliança localmente contraditória; ainda, o novo Governador viu-se sempre acossado pelo PMDB, ávido por mais espaço político e de olho nas eleições de 1986. Devido a isso, seu governo rompeu a aliança com o PFL, o que levou à exoneração do Secretário Arnaldo Egydio Bianco, irmão do Deputado José de Abreu Bianco, da Secretaria de Administração. Em seu lugar, foi colocando um técnico de carreira administrativa. Sobre o episódio, a imprensa registrou o seguinte: “Angelin afirma não concordar com as atitudes do ex-secretário, que estava fazendo um governo paralelo e até emitindo notas oficiais à sua revelia. Dentro dos princípios que norteiam a Nova República, não se pode admitir que se dissemine o caos e a insegurança entre o

Em realidade, o PDS foi sensivelmente prejudicado no plano nacional pela cisão que levou à criação do PFL. Divergências internas quando das articulações para o lançamento das candidaturas civis à Presidência da República, em 1985, provocaram um racha no PDS que levou ao surgimento dessa nova legenda, uma herdeira indireta da Arena. Fundado por lideranças políticas parlamentares consolidadas, o Partido da Frente Liberal já emergiu como uma força partidária altamente competitiva que disputaria o mesmo mercado eleitoral do PDS.

O impacto dessa cisão partidária já se fez sentir nas eleições municipais de novembro de 1985. O processo eleitoral ocorreu em duzentos e um municípios nos quais os Prefeitos ainda eram nomeados pelos governadores. Naquele momento, cerca de dezoito milhões de eleitores de cidades consideradas estratégicas – capitais de estado, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional – foram às urnas para escolher quem deveria assumir o Executivo local para um mandato de apenas dois anos, até 1988, quando então seriam uniformizadas todas as eleições municipais. O PMDB saiu-se amplamente vitorioso, obtendo dezenove Prefeituras de capitais, num total de cento e vinte e sete Executivos municipais conquistados. Em todo o país, o partido soube capitalizar os dividendos eleitorais de seu investimento de longo prazo na defesa da redemocratização.

Como se pode notar no **Gráfico 1**, a votação agregada dos partidos na competição pelas duzentas e uma Prefeituras espalhadas pelo país mostra que, enquanto o PMDB apresentou expressivo crescimento e conquistou a liderança das preferências eleitorais, o PDS viu seu capital de votos dividido com o PFL, em proporções praticamente equivalentes. Em resumo, dois processos estavam em curso – em primeiro lugar, o partido herdeiro do MDB tornava-se a legenda mais competitiva do mercado eleitoral daquele período, pois a votação conjunta do PDS e do PFL somava pouco mais de 24%; em segundo lugar, a direita sofria um processo de drástica fragmentação eleitoral.

---

funcionalismo público, o que Arnaldo Bianco fazia ao negar informações sobre pagamento da diferença salarial dos servidos”. (Jornal Alto Madeira, 12 de novembro de 1985).

### Gráfico 1 – Votação Agregada dos Partidos nas Eleições para as Prefeituras em 1982

[%]



Fonte: Superior Tribunal Eleitoral

Com efeito, os resultados das eleições municipais já antecipavam a crescente perda de espaço político do PDS no mercado eleitoral do país como um todo e em Rondônia, em específico. Com dificuldades para gerir a política partidária local, Teixeira sequer pôde arregimentar todos os Deputados de seu estado para votar em seu aliado e padrinho político, Mário Andreazza, na convenção que deu vitória a Paulo Maluf para ser o candidato à Presidência pelo PDS no colégio eleitoral. A divergência foi tão acentuada que os políticos dissidentes chegaram a apoiar Tancredo Neves, candidato da oposição. Para agravar ainda mais a situação do Governador Teixeira, Sarney, com quem ele havia se indisposto,<sup>18</sup> seria indicado para ocupar a posição de Vice-Presidente na candidatura do PMDB à Presidência. Sarney não apenas assumiu a liderança do recém-criado Partido da Frente Liberal e lançou-se candidato à Vice-Presidência da República, como viria a ser o Presidente em decorrência da morte de Tancredo Neves, que nem chegou a assumir o cargo.

Apesar de a eleição ter sido indireta, o que frustrou o movimento “Diretas Já”, a vitória da chapa do PMDB/PFL significava um ponto de virada na política nacional, o início do que se denominou de “Nova República”. Trata-se de uma etapa decisiva do processo de transição, pois a Presidência da República seria ocupada por um civil e seria aberto o caminho para uma nova Constituição e para a realização de eleições diretas para Presidente. Para

<sup>18</sup> Teixeira havia se recusado a receber Sarney, à época Presidente do PDS, no Palácio de Governo de Rondônia. O governador avaliou que o partido estava rachado e que Sarney liderava um movimento de aproximação da candidatura do PMDB. Como Teixeira era um fiel apoiador do Presidente Figueiredo, ele considerou necessário marcar posição contra essa estratégia.

Teixeira e seu grupo, entretanto, esses acontecimentos eram uma ameaça ao seu domínio político e, realmente, foi o que ocorreu – logo que assumiu a Presidência, Sarney cedeu às pressões dos políticos de Rondônia e, como já mencionado, exonerou Jorge Teixeira, em maio de 1985.

Sem embargo, a remoção do Governador refletia a própria conjuntura nacional e a condição de rompimento da política local com a presença de um militar na chefia do Executivo. Mesmo com uma ficha de serviços prestados e considerado um bom administrador, o Coronel Jorge Teixeira viu encerrar-se ali seu período de liderança política. Consequentemente, descartada sua principal peça de articulação no jogo político estadual, o PDS decidiu não lançar candidato próprio ao governo de Rondônia na eleição de 1986; ao invés disso, sua estratégia foi coligar-se com o PFL. Em princípio, essa era aliança que parecia óbvia, pois o PFL era composto principalmente por ex-membros do PDS; mas, ao mesmo tempo, tratava-se de uma coligação constrangedora, afinal, era um tanto difícil explicar para o eleitorado essa reaproximação depois do conflito que levou ao racha partidário.

O PMDB, por sua vez, lançou a candidatura de Jerônimo Santana, que persistia como a principal liderança da legenda. Embalado pelo fim melancólico do Governo indicado pelos militares, pela campanha das eleições diretas e pela ascensão da Nova República, Santana aparecia como a liderança que estava no devido lugar e na hora correta. Aquele era seu momento maquiaveliano – ele tinha a virtude necessária para assumir o governo e soube aproveitar a Fortuna daquela conjuntura favorável. Sua biografia política contemplava três mandatos de Deputado Federal e um mandato como Prefeito da Capital do estado, cargo do qual se afastou para concorrer a Governador. Vinculado a grupos societários, ele havia sido um advogado defensor de seguimentos populares até entrar na política partidária e assumir a defesa da democracia como um destacado opositor local à ditadura. Acima de tudo, sua liderança marcaria a história política de Rondônia, pois ele se tornaria a personagem central das eleições subsequentes – mesmo quando não concorreu, exerceu influência nessas disputas.

Em suma, enquanto Teixeira saía de cena em razão da perda de capital político, Santana chegava ao ápice do seu prestígio no estado, o que, forçosamente, traduziu-se no seu favoritismo naquela competição eleitoral. Conforme os dados exibidos no **Quadro 5**, o PMDB venceu a eleição de 1986 para governador por uma expressiva margem de votos. Ao todo, sete candidatos concorreram ao cargo, numa disputa marcada por uma fragmentação eleitoral moderada. Não obstante três partidos concentraram quase 90% dos votos [PMDB,

PDT E PFL], seguidos por outras duas legendas que conseguiram obter, cada uma, votações em torno de 5% [PT e PSB]. Provavelmente, essa fragmentação contribuiu para a vitória de Santana por uma larga diferença em relação ao segundo colocado, uma vez que se os partidos de esquerda [PDT, PT e PSB] tivessem coordenado uma única candidatura, em princípio, poderiam ter somado cerca de 32% dos votos. Talvez pelo fato de ter sido a primeira eleição em que os rondonienses votariam para governador, as lideranças partidárias não investiram muito na coordenação das candidaturas visando à redução do número de competidores e, por extensão, ao aumento de sua competitividade.

#### QUADRO 5 – Resultado das Eleições de 1986 para Governador de Rondônia

Governador/Partido	Vice-Governador/Partido	Votos	%
Jerônimo Santana [PMDB]	Orestes Muniz [PMDB]	153.334	48,27
Jacob Atallah [PDT]	Renato Coutinho [PDT]	69.090	21,75
Odacir Soares [PFL/PDS]	José de Abreu Bianco [PFL]	57.448	18,09
Manoel de Jesus [PT]	Pedro Pereira da Silva [PT]	17.777	5,60
José Zuca [PSB]	Luiz de Deus [PSB]	13.488	4,25
Flávio Donin [PTB]	Reinaldo Vieira [PTB]	3.351	1,06
José Alves [PH]	Francisco Lima [PH]	3.140	0,99

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia -TRE-RO.

\*Nota Explicativa: Somente foram contabilizados os votos válidos.

*Grosso modo*, essas eleições mostravam que a liderança política de Teixeira dependia de dois fatores: (a) da lógica da competição bipartidária nucleada pelo PDS e o PMDB e (b) do apoio do governo autoritário, que assegurou sua posição no cargo de governador e, assim, o suprimento de recursos estatais para a realização de políticas distributivas que mantinham sua base eleitoral. A deterioração do regime autoritário, o processo de transição e a disputa entre civis pela Presidência da República fraturou o PDS, dividiu sua base de apoio e colocou a máquina estatal mais distante do seu alcance. Os tempos haviam mudado e Jerônimo Santana estava mais bem adaptado ao novo contexto; seu partido, o PMDB, permaneceu unido pelo menos até o final dos anos 1980, quando também sofreria um processo de cisão que levaria à criação do PSDB.

Os dados mostram, ainda, que o início do multipartidarismo efetivo envolveu um rearranjo do comportamento eleitoral. O antigo partido do governo autoritário, o PDS, e sua dissidência, o PFL, perderam espaço, enquanto o centro, com o PMDB, e a esquerda,

representada pelo PDT, cujo candidato ficou em segundo lugar na disputa, e também pelo PT e pelo PSB, cresceram.

Todavia, não podemos esquecer, sobretudo, que a vitória eleitoral do PMDB no estado estava em sintonia com a ascensão do partido na política nacional. Indiscutivelmente, o PMDB foi premiado naquelas eleições em virtude dos efeitos do Plano Cruzado junto à população. O congelamento de preços, que derrubou momentaneamente a hiperinflação e mobilizou a maior parte dos brasileiros em defesa das políticas de controle contra os reajustes dos produtos, rendeu ao PMDB a conquista de 22 governadorias de estado além das maiores bancadas no Senado e na Câmara dos Deputados, onde chegou a obter 487 cadeiras. Na disputa pelas várias Assembleias Legislativas, o partido elegeu, ao todo, 953 Deputados Estaduais. Ademais, sua presença maciça na 48ª Legislatura do Congresso Nacional foi especialmente relevante porque os eleitos seriam os membros da Assembleia Constituinte, responsáveis pela atual Constituição brasileira.

Nesse contexto, as eleições parlamentares de 1986 são essenciais para se compreender a formação dos atuais grupos políticos no estado – as novas lideranças e a reconfiguração do sistema partidário. Em realidade, essa eleição significou um influxo no padrão de voto que havia saído das urnas na eleição anterior,<sup>19</sup> pois, partir dali a estrutura bipartidária herdada do período autoritário finalmente começaria a se desfazer, e o multipartidarismo viria a se estabelecer gradualmente. Em paralelo, as principais personalidades políticas deixariam de ser lideranças da Capital e passariam a ser lideranças do interior do estado, como pode ser observado no **Quadro 6**. Sem embargo, Santana se consolidava como a maior liderança do estado, especialmente agora que ocuparia o cargo de Governador, porém, novas lideranças começavam a despontar, inclusive para o cenário nacional. Naquele momento, os novos grupos políticos que viriam a dominar a política rondoniense a partir das sucessivas eleições começavam a ganhar contornos mais nítidos.

---

<sup>19</sup> Matias (1998, p. 182) destaca alguns desses pontos, ao observar que: “o resultado final mostrou que, apesar de beneficiado pela conjuntura econômica do país, a liderança política de Jerônimo Garcia Santana prevaleceu nessa eleição na medida que venceu em todos os municípios. Um dado interessante a respeito do eleitorado rondoniense até serem conhecidos os resultados das eleições de 1982, era considerado de tendência oposicionista, mas voltou em massa nos candidatos do PDS, partido governista na época. No pleito de 1986, novamente o eleitorado de Rondônia contrariando a tese de serem de oposição votaram no partido do governo o PMDB”.

**QUADRO 6 – Candidatos Eleitos para Deputado Estadual em Rondônia, em 1986**

<b>Candidato Eleito</b>	<b>Partido</b>	<b>% Votos Válidos</b>	<b>Domicílio eleitoral</b>
Joselita Araújo de Oliveira	PMDB	2,85	Ouro Preto D'Oeste
Vicente Homem Sobrinho	PMDB	2,22%	Pimenta Bueno
Pedro Kemper	PMDB	2,22	Cacoal
Ernades Santos Amorim	PMDB	2,16	Ariquemes
Odaisa Fernandes Ferreira	PMDB	2,05	Porto Velho
Reditário Cassol	PMDB	1,80	Santa Luzia D'Oeste
Sidney Rodrigues Guerra	PMDB	1,79	Jaru
Sadraque Muniz	PMDB	1,75	Ji-Paraná
Rigomero da Costa Agra	PMDB	1,72	Guajará Mirim
Acelino Luiz Marcon	PMDB	1,63	Cacoal
Osmar Costa de Vilhena	PMDB	1,58	Vilhena
Manoel Messias da Silva	PMDB	1,51	Cacoal
Amizael Gomes da Silva	PFL	1,46	Porto Velho
Genival Nunes da Costa	PMDB	1,44	Vilhena
José Rodrigues do Prado	PFL	1,28%	Ariquemes
João Batista de Lima	PDC	1,24%	Colorado do Oeste
Antônio Geraldo	PFL	1,16	Presidente Medici
Luiz Gonzaga da Costa	PDS	1,11	Cacoal
Oswaldo Piana Filho	PFL	1,05	Porto Velho
Edison Fidelis de Souza	PFL	1,04	Ji paraná
Silvernani Cesar dos Santos	PFL	0,98	Jaru
Heitor da Costa Júnior	PDT	0,82	Porto Velho
Neri Firigolo	PT	0,62	Cacoal
Nilton Caetano de Souza	PT	0,53	Espigão D'Oeste

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TER.RO e Assembleia Legislativa de Rondônia.

Note-se que, na eleição anterior, apenas PDS e PMDB conquistaram todas as vagas; agora, além de o PMDB alcançar a liderança no controle das cadeiras da Assembleia Legislativa [54%], ultrapassando de maneira expressiva o PDS – cujo desempenho foi pífio, com a obtenção de apenas uma vaga –, a competição foi mais aberta à entrada de uma maior variedade de partidos. O PFL fez uma bancada de seis Deputados Estaduais, enquanto o PDT, o PDC e o PT conseguiram uma pequena, mas significativa representação. Outra alteração relevante em relação à eleição anterior é que, dessa vez, apenas três Deputados eleitos eram da Capital do estado.

No que se refere à Câmara dos Deputados, como mostra o **Quadro 7**, o padrão de competição bipolar se manteve, ou seja, não se tratou de uma eleição com uma fragmentação semelhante ao observado na disputa das vagas para a Assembleia Legislativa. Porém, no interior dessa estrutura de competição bipartidária, houve duas alterações que devem ser destacadas. Em primeiro lugar, o PMDB assumiu a liderança da bancada estadual da Câmara dos Deputados, com cinco cadeiras conquistadas; com isso, inverteu sua posição em relação à eleição anterior. Em segundo lugar, o PDS não conquistou nenhuma cadeira, sendo substituído como um dos polos da competição bipartidária pelo PFL.

#### QUADRO 7 – Deputados Federais Eleitos por Rondônia em 1986

Candidato Eleito	Partido	Votos	Votos	Domicílio Eleitoral
Rita Furtado	PFL	38.233	11,7%	Porto Velho
José Guedes	PMDB	21.569	7,8%	Porto Velho
Chagas Neto	PMDB	17.033	6,2%	Porto Velho
José Viana Santos	PMDB	17.018	6,2%	Porto Velho
Expedito Junior*	PMDB	12.818	4,6%	Rolim de Moura
Raquel Cândido	PFL	12.734	4,6%	Porto Velho
Francisco Sales	PMDB	12,516	4,5%	Ariquemes
Assis Canuto	PFL	5.783	2,1%	Ji Paraná

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TER/RO.

\* Nota explicativa: Cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 10 de junho de 1987. A corte entendeu que parte de seus votos foram, na verdade, atribuídos a Osvaldo Oliveira Júnior (PDC), registrado como "Júnior", e que por isso foi considerado "homônimo" de Expedito Júnior porque este, também conhecido como "Júnior", não registrou o apelido para fins eleitorais. Assumindo a vaga Arnaldo Martins do PMDB.

Essa nova configuração, por seu turno, apontava para dois processos inerentes à evolução do sistema partidário tanto do estado como do nível nacional. Um deles é que a cisão sofrida pelo PDS, e que resultou na criação do PFL, fragmentou o campo político que esteve ligado ao regime autoritário e que passaria a representar a direita brasileira depois da transição democrática. O segundo é que o bom desempenho dos pefelistas mostrava a ascensão de uma legenda que, na prática, reunia lideranças que estavam vinculadas ao PDS até aquele momento. Tratou-se, assim, mais de uma troca de legendas na estrutura de competição fechada e bipartidária para Deputado Federal do que uma alteração nos grupos e lideranças políticas que disputaram o voto e a representação. Dessa maneira, embora dez partidos tenham lançado candidaturas a Deputado Federal [PMDB, PFL, PTB, PDT, PT, PSB, PH, PC do B, PSC, PDS], o resultado foi amplamente favorável à velha polarização estabelecida desde os tempos do território, só que com a substituição da legenda que rivalizava com o PMDB.

Além disso, a continuidade na competição para a Câmara dos Deputados também se manifestou na manutenção da relevância política de Porto Velho como o local de residência das lideranças políticas que foram eleitas. Ao todo, assim como na eleição anterior, cinco Deputados eleitos eram dessa região. Isso indica que havia uma interiorização da política nas disputas mais locais, refletida na eleição de Deputados Estaduais, mas que quando se tratava da competição para cargos nacionais, como o de Deputado Federal, persistia a força política da Capital do estado.

Na disputa pelas vagas no Senado, deve ser destacada a estratégia peemedebista de utilização das sublegendas.<sup>20</sup> O partido lançou duas chapas, com seis candidatos – na primeira foram apresentados os nomes do Deputado federal Olavo Pires, do Deputado Estadual Amir Lando e do ex-Deputado Federal por São Paulo, Antônio Morimoto; na segunda chapa, os nomes do Deputado Estadual José Ronaldo Aragão, do médico Djair Indalécio Preto e do Advogado Cícero Dantas Rocha. O PFL, por sua vez, lançou a candidatura do Deputado Federal Chiquilito Erse e do Senador Reinaldo Galvão Modesto, que concorria à reeleição. O PTB também lançou dois candidatos, Luiz João Viola e Valmi Davis de Moraes; o PT lançou José de Jesus e Francinete Perdigão dos Santos; O PDT lançou Lucindo José Quintans, Vereador de Porto Velho; o PSB colocou na disputa o advogado Jovely Gonçalves de Almeida. O **Quadro 8** indica que essa tendência do eleitorado é perceptível nos resultados.

#### **QUADRO 8 – Resultado da Eleição para Senador por Rondônia em 1986**

<b>Candidatos</b>	<b>Suplentes</b>	<b>Coligação</b>	<b>Votos [%]</b>
Chiquilito Erse PFL	--	Aliança Progressista (PFL, PDS, PDC)	20,4*
Olavo Pires PMDB	PMDB (sublegenda um)	--	19 [Eleito]
Ronaldo Aragão PMDB	PMDB (sublegenda dois)	--	11,7 [Eleito]*
Djair Prieto PMDB	PMDB (sublegenda dois)	--	9,8
Amir Lando PMDB	PMDB (sublegenda um)	--	9,2

<sup>20</sup> Candidaturas em sublegendas foram instituídas pela legislação eleitoral adotada no período autoritário [Ato Complementar Nº 26, de 29/11/1966, regulamentado pela Lei Nº 5453, de 14/06/1968], com a intenção de evitar que divergências internas à Arena quanto ao lançamento de candidaturas para cargos majoritários levassem a dissidências ou à fragmentação dos votos do partido do governo. Permitiam-se múltiplas candidaturas para Prefeito e Senador dentro da Arena e do MDB, cujas votações eram somadas para cada partido como um todo. As sublegendas foram revogadas pela Lei Nº 7551, de 12/12/1986, o que significa que ainda tiveram validade para a eleição de novembro do mesmo ano.

Galvão Modesto PFL	--	Aliança Progressista (PFL, PDS, PDC)	8,04
Antônio Morimoto PMDB	PMDB (sublegenda dois)	--	6,90
José de Jesus PT	PT (em sublegenda)	--	4,07
Francisca Perdigão PT	PT (em sublegenda)	--	3,52
Luiz João Viola PDT	PDT (em sublegenda)	--	1,95
Cícero da Rocha PMDB	PMDB (sublegenda um)	--	1,80
Lucindo Quintans PDT	--	PDT (em Sublegenda)	1,55
Jovely Gonçalves PSB	--	PSB (sem coligação)	1,04
Walmir de Moraes PTB	--	PTB (sem coligação)	0,83

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

\*Nota Explicativa: apesar de ter sido o mais votado, Chiquilito Erse não obteve a vaga, que ficou com o candidato do PMDB, Ronaldo Aragão, devido ao voto em sublegenda.

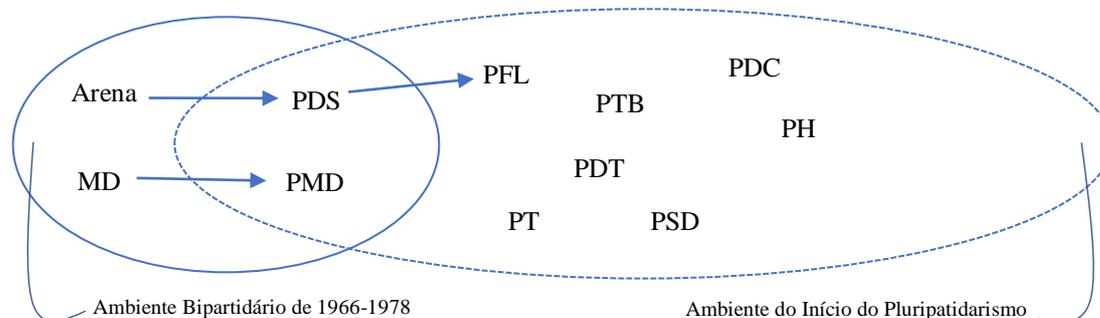
Comparando-se as eleições de 1982 e 1986, pode-se notar que, enquanto em 1982 o PDS elegeu os três Senadores e a maior bancada do estado para a Câmara dos Deputados, assim como a maioria dos representantes para a Assembleia Legislativa, em 1986, o PMDB assumiu a liderança na conquista dos cargos eletivos. Entretanto, esse pêndulo partidário que agora se movia favoravelmente ao PMDB ocultava uma continuidade que não pode ser desprezada – a força do governismo na política local. Quando dominava o governo do estado, o PDS manteve-se como a principal legenda do sistema partidário no estado, mas, desde que assumiu o governo federal e que Sarney colocou o Deputado Estadual peemedebista Ângelo Angelin no cargo de Governador, em substituição do Coronel Teixeira, o PMDB, que havia se notabilizado por ter sido até então o partido da oposição, passou a ser, ele o próprio, o partido do governo.

Foi nessa condição de partido do governo que o PMDB obteve o considerável capital político que favoreceu sua acachapante vitória em todo o país em 1986, incluindo-se

Rondônia.<sup>21</sup> No estado, além da eleição de Jeronimo Santana para a Governadoria, o PMDB conquistou as duas vagas em disputa para o Senado brasileiro, com Olavo Gomes Pires Filho e José Ronaldo Aragão. Para Câmara de Deputados, o partido obteve cinco das oito vagas – o PFL ficou com as três restantes<sup>22</sup> – e elegeu treze Deputados Estaduais. O PDS, contudo, conseguiu manter-se como a segunda maior força partidária no Legislativo local, enquanto a esquerda, representada pelo PT e o PDT, elegeu seus primeiros representantes, conquistando três cadeiras em conjunto.

O **Fluxograma 2**, que abrange os partidos que concorreram para pelo menos um dos cargos em disputa, ilustra esse processo de evolução ambiental do sistema partidário no estado, no contexto das eleições de 1986, mostrando que a estrutura de competição bipartidária começava a se desfazer em favor do multipartidarismo efetivo, num cenário em que PDS e PMDB permaneciam como herdeiras diretas do sistema partidário anterior, o PFL surgia como um herdeiro indireto da Arena, via PDS, e novas legendas relativamente descoladas das que existiam previamente começavam a habitar esse espaço de disputa eleitoral e de participação nos Poderes representativos. À esquerda, emergem como forças partidárias o PT, o PDT e o PSB; mais à direita, o PTB, o PDC e o PH.

### Fluxograma 2 – Ambientes Formativos dos Partidos e das Lideranças na Transição Democrática [1986]



Fonte: Elaborado pelo autor, conforme Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011).

<sup>21</sup> Sobre isso, Matias (1998, p. 179) destaca que “o PMDB ressurgia no pleito de 1986 escudado em sua forte tradição política de oposição ao regime militar, e com a vantagem de estar no poder a nível nacional e regional. Por isso mesmo, foi o grande beneficiado pelas ações do governo federal, principalmente, na política econômica, com a edição do Plano Cruzado”.

<sup>22</sup> Foram eleitos Deputados Constituintes, pelo PMDB, José Vieira Guedes, Chagas Neto, José Viana, Francisco Sales e Arnaldo Martins, pelo PFL Rita Furtado, Raquel Cândido e Assis Canuto. Essa eleição envolveu uma disputa judicial movida pelo então eleito Expedito Junior, que, em função de registro de nome, teve cerca de 501 votos anulados e, com isso, perdeu o mandato, ficando na suplência.

Além da mudança do quadro eleitoral em relação ao sistema partidário, cujo fato mais significativo foi o PMDB assumir a posição de principal legenda do estado,<sup>23</sup> no interior das organizações partidárias também estava em curso uma drástica alteração envolvendo as lideranças. Muitos dos políticos que haviam sido eleitos em 1982 não se reelegeram; outros, trocaram de partido; outros, ainda, estreavam na política eleitoral e davam início às suas carreiras. Disso tudo, temos como resultado a conformação dos grupos de atores e famílias que viriam a se estabelecer como as elites políticas rondonienses até os dias atuais. Ji Paraná, região central do estado, passou a ter duas lideranças de expressão, o ex-Deputado José de Abreu Bianco, que concorreu como suplente a uma das vagas para o Senado, e o advogado Orestes Muniz, Deputado Federal que foi eleito Vice-Governador. Em Ariquemes, a liderança local coube ao médico Confúcio Aires Moura, que atuou na campanha eleitoral de Jerônimo e, na sequência, assumiria a Secretaria da Saúde. Também despontaram como lideranças do partido naquela região o ex-Prefeito Francisco Sales, que foi eleito Deputado Federal, e Ernandes Amorim, eleito Deputado Estadual. Na cidade de Jaru, emergiu a liderança de Tomás Correia; em Cacoal, outro importante município, Jerônimo recebeu o apoio do médico Ronaldo Aragão, que foi eleito para o Senado.

Na região da Zona da Mata, o jovem vereador, Expedito Junior, foi eleito Deputado Federal e se tornou uma nova liderança – aliás, ele seria nomeado Secretário de Promoção Social. Em Rolim de Moura Outra, o prefeito Valdir Raupp também despontou como nova liderança e, ao deixar o cargo, assumiu a direção geral do Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia [DER-RO]; a partir daí ele se tornaria uma destacada figura política regional. No cone sul do estado, a campanha para Governador foi coordenada pelo ex-Deputado Federal, Antônio Morimoto, antigo aliado de Jorge Teixeira, mas que nutria ressentimentos em relação ao Coronel por ter sido preterido na candidatura para o Senado.<sup>24</sup> Também foi decisivo para a eleição de Jerônimo o apoio do então Deputado Estadual Amir Lando, uma liderança do cone sul que foi eleita como suplente do Senador Olavo Pires.

Em Porto Velho, a campanha eleitoral do PMDB não teve maiores dificuldades, pois ali se concentrava o maior colégio eleitoral pró-Santana. Mas, ainda assim, foi relevante o

---

<sup>23</sup> O delineamento desse novo quadro vinha sendo percebido desde 1984, quando da eleição nos novos municípios de Rolim de Moura e Cerejeiras, cuja criação fora motivo de conflito entre o Governador Jorge Teixeira e os Deputados do PDS. Nessa eleição, foi vitorioso o ex. senador Valdir Raupp de Matos, tornando-se o primeiro prefeito de Rolim de Moura. Em Cerejeiras, o primeiro Prefeito foi Adelino Neiva de Carvalho, também do PMDB.

<sup>24</sup> A situação de Morimoto é atípica, Deputado Federal por São Paulo, ele foi relator da Lei de criação do estado de Rondônia e teria sido convidado a mudar seu domicílio eleitoral, com a promessa de vaga para Senador, o que não aconteceu. Assim, temporariamente, ele deixou de concorrer a outra vaga e foi para a oposição.

apoio de lideranças locais, como de Chagas Neto e José Guedes, ambos eleitos para a Câmara Federal, igualmente importante foram os apoios da vereadora Odaisa Fernandes e de outros nomes emedebistas, como Clóter Mota, Abelardo Castro, Paulo Struthos, Enjolras Araújo, dentre outros. (AYRES, 2018). Todas essas lideranças se envolveram com a campanha para governador e, além de terem contribuído para o bom desempenho da candidatura de Santana, ajudaram a consolidar o capital eleitoral do PMDB no estado. Muitos conquistaram cargos eletivos, alguns assumiram postos no governo e todos construíram uma rede partidária que controlaria parcela relevante da máquina estatal e dos Poderes representativos de Rondônia nos anos vindouros.

Enfim, a eleição de Jerônimo Santana e a conjuntura nacional que facilitou o crescimento do PMDB como um todo convergiram para que se formasse um ambiente político propício ao fortalecimento desses grupos no estado. De início, essa situação possibilitou a concentração das pastas de governo no próprio PMDB, como mostra o **Quadro 9**. Observe-se que seu secretariado era predominantemente peemedebista, composto por correligionários que estiveram na linha de frente de sua campanha. Das 14 Secretarias, 10 foram preenchidas por seu filiados, alguns deles com mandato eletivo; ao mesmo tempo, três Secretarias foram ocupadas por técnicos, sem vinculações partidárias diretas. Dessa forma, cerca de 78% dos cargos de Secretário foram preenchidos por políticos, sendo que uma dessas pastas, a da Segurança Pública, ficou com o PMN, partido que não havia obtido nenhuma representação na Assembleia Legislativa, mas que era aliado do Governador.

**QUADRO 9 – Primeiro Gabinete do Governador Santana [1987]**

Nomeado	Partido	Secretaria	Área
Antônio Morimoto	PMDB	Administração	Econômica e Administrativa
José Pinto da Silva	PMDB	Agricultura e Abastecimento	
Erasmio Garanhão	PMDB	Fazenda	
Marilda Costa Teixeira	Sem filiação	Industria, comercio, ciência e tecnologia	
Francisco de Assis Araujo	PMDB	Meio Ambiente	
Manoel Francisco das Chagas Neto	PMDB	Obras e Serviços Públicos	
Wilson Tibúrcio Nogueira	Sem filiação	Planejamento e Coordenação Geral	
Amir Francisco Lando	PMDB	Casa Civil	Articulação Política
Abelardo Townes de	PMDB	Cultura, Esporte e turismo	Social

Castro Filho			
Denise Eugênio Paulo da Silva	Sem filiação	Educação	
Cícero Dantas da Rocha	PMDB	Interior e Justiça	
Confúcio Aires Moura	PMDB	Saúde	
Eurípedes Miranda Botelho	PMN	Segurança Pública	
Dejair Indalécio Valensi Prieto	PMDB	Trabalho e Promoção Social	

Fonte: Freitas (2015) Base de dados de Vitor de Sandes Freitas, elaborada com recursos da FAPESP, por meio de pesquisa organizada pelo CEPES/FGV-SP.

Mas, apesar do amplo predomínio do PMDB na Assembleia Legislativa e da transposição dessa preponderância partidária na formação do governo Santana na distribuição das pastas de seu secretariado, não se estabeleceu uma relação cooperativa entre o Executivo e o Parlamento estadual. Ou seja, a maioria pemedebista não assegurou um ambiente favorável de governabilidade, o que transpareceu na própria eleição da Mesa Diretora e que culminaria na saída de alguns deputados do partido do governo – Odaisa Fernandes foi para o PSDB, Reditário Cassol, Arcelino Marcon e Osmar Vilhena se filiaram ao PFL e Ernandis Amorim apeou no PDT. Além disso, o governo sequer conseguiu emplacar um de seus partidários na Presidência da Casa Legislativa, que ficaria com o Deputado Osvaldo Pianna Filho, do PFL. Sua escolha envolveu um acordo que assegurou ao Deputado Arcelino Marcon, do PMDB, a Primeira Vice-Presidência, mas esse desfecho indicava a necessidade de uma recomposição do governo, visando a estimular uma relação mais cooperativa do Executivo com o Legislativo (MATIAS, 2014).

Esses episódios indicavam, acima de tudo, que o próprio PMDB era propenso a se rebelar contra o governo. Isso talvez decorresse de um paradoxo enfrentado pelo partido quando da sua conversão de partido da oposição para partido do governo, já no âmbito da redemocratização. Ocorre que o predomínio da legenda nas eleições de 1986 trouxe à tona disputas internas entre lideranças e grupos políticos que se acotovelavam dentro de uma organização que havia acolhido interesses e posições das mais variadas e que haviam sido relegadas ao segundo plano em virtude do único ponto de convergência dessa diversidade, qual seja, a oposição ao regime autoritário. Agora que o partido chegava ao governo as dissensões internas tornavam-se não apenas visíveis, mas sobretudo incontornáveis. Consequentemente, de nada adiantava preencher as principais pastas do governo com

partidários do PMDB sem levar em conta a proporcionalidade dos grupos políticos que compunham a legenda, assim como sua variedade de interesses.

Devido a isso, o desgaste de Santana com seu próprio partido apareceu já nos primeiros anos do seu governo. Em reação, o governo tentou minimizar as perdas provocadas pela “dança das cadeiras” na Assembleia Legislativa em decorrência das migrações de parlamentares peemedebistas para outras siglas. Essas mudanças impactavam a composição do Secretariado e o apoio legislativo à agenda do Governador, sinalizando a necessidade de reestruturação do seu gabinete. Assim, a fim de suplantar as dificuldades enfrentadas com a bancada peemedebista, o Governador promoveu uma reforma no seu secretariado em 1988, como mostra o **Quadro 10**, diminuindo as pastas comandadas pelo PMDB, de nove para cinco, e ampliando o espaço do PMN no governo, que passou a contar com mais duas pastas, Saúde e Casa Civil, além de manter a de Segurança Pública. Ainda, Santana procurou maior aproximação com o capital político do Vice-Governador, indicando-o para a pasta da Educação, assim como o ex-deputado constituinte, Expedito Junior, para a pasta de Trabalho e Promoção Social.

**QUADRO 10 – Segundo Gabinete do Governador Santana [1988]**

Nomeado	Partido	Secretarias	Área
Janilene de Melo	Sem filiação	ADMINISTRAÇÃO	Econômica e a Administrativa
José da Silva	PMDB	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
Adailton Bittencourt	Sem filiação	FAZENDA	
Marilda Teixeira	Sem filiação	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Francisco de Assis	PMDB	MEIO AMBIENTE	
Madson Martins	Sem filiação	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Wilson Nogueira	Sem filiação	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	
Ayres do Amaral	PMN	CASA CIVIL	Política
Abelardo Townes de Castro	PMDB	CULTURA, ESPORTE E TURISMO	Social
Orestes Muniz	PMDB	EDUCAÇÃO	
Tadeu Fernandes	Sem filiação	INTERIOR E JUSTIÇA	
José Marcio de Souza	PMN	SAÚDE	
Eurípedes Botelho	PMN	SEGURANÇA PÚBLICA	
Expedito Ferreira	PMDB	TRABALHO E PROMOÇÃO	

		SOCIAL	
--	--	--------	--

Fonte: Freitas (2015) Base de dados de Vitor de Sandes Freitas, elaborada com recursos da FAPESP, por meio de pesquisa organizada pelo CEPES/FGV-SP

Em sua nova composição, o secretariado do governo Santana ficou distribuído de maneira mais ou menos equilibrada entre filiados partidários [57%] e não-filiados [43%]. Mas, no caso dos secretários vinculados a partidos, o PMDB teve sua participação drasticamente reduzida, ficando agora com cerca de 36% das pastas, enquanto o PMN aumentou sua inserção no governo para algo em torno de 21% das secretarias. Como não podia deixar de ser, essa reconfiguração do governo suscitou questionamentos imediatos: afinal, perguntavam os peemedebistas, por que ampliar o espaço do PMN se o partido não tinha parlamentares na Assembleia? Acontece que Santana já vislumbrava as eleições de 1990 e a possibilidade de o PMN ser um provável porto seguro para atracar o barco político de seu grupo se porventura aumentassem seus conflitos com os integrantes do PMDB. Além disso, havia também a possibilidade de que novos partidos passassem a contar com lideranças competitivas, como o PTR e o PRN, que, apesar de ainda não terem uma expressiva presença na arena nacional, já aparentavam possuir algum potencial de crescimento no estado.

Obviamente, a direção do PMDB percebeu a estratégia do governador e, com isso, sua posição ficou ainda mais precária dentro do partido. Sua liderança começou a ser contestada e sua agenda encontrou forte oposição na Assembleia Legislativa daqueles que supostamente eram seus aliados. Por exemplo, a proposta de mudança da Capital do estado foi bloqueada, embora a maioria dos Deputados Estaduais fossem do interior. Outro exemplo dessa relação conflituosa foi o anúncio de demissões no governo e, ao mesmo tempo, a reestruturação administrativa que criou seis secretarias extraordinárias, com diversos novos cargos, como medida emergencial para rearticular sua base de apoio legislativo. Jerônimo Santana, por sua vez, tentou se contrapor às resistências de seu partido, por meio da redução do poder das lideranças antigas, mais reticentes em relação ao seu governo. Para tanto, indicou algumas das novas lideranças do PMDB para ocuparem cargos de primeiro escalão na máquina administrativa do estado, como o ex-Prefeito de Rolim de Moura, Valdir Raupp, e o ex-Deputado Expedito Junior. Paralelamente, numa outra tentativa de recompor sua base de apoio, o Governador enviou à Assembleia Legislativa um Projeto de Lei em que pedia autorização para nomear seis Secretários de Estado extraordinários e criar outras estruturas, com vários cargos.

Nada disso surtiu efeito favorável. Mesmo com as mudanças no gabinete, Santana compartilhou pouco dos espaços de governo com o Parlamento estadual. Além disso, ao privilegiar as novas lideranças do interior, ele se desincompatibilizou com os chefes tradicionais do partido, os quais ainda detinham mecanismos controle mais arraigados em relação à bancada legislativa. Numa última cartada, Santana partiu para um embate público contra a Assembleia Legislativa, o que aumentou a polarização entre os Poderes e o isolamento do Governador.<sup>25</sup> De fato, seu governo já estava apartado do apoio popular, especialmente por causa das suas relações desastrosas com o funcionalismo público, entre outras ações polêmicas. Arrocho salarial, demissões, atraso no pagamento de vencimentos e recusas sistemáticas em realizar reajustes nos ordenados, estimularam greves e paralisações durante seu governo, especialmente nos seus anos finais. O ponto culminante desse embate foi seu impeachment imposto pela Assembleia Legislativa, em decorrência de denúncias de corrupção, embora essa medida não vigorasse por mais do que um dia.

Enquanto essa briga fratricida minava as bases do PMDB, que finalmente havia alçado à condição de principal força política no estado, novas ameaças surgiam no campo da esquerda. PDT e PT avançavam no mercado eleitoral em diversos estados brasileiros e construía rapidamente suas estruturas organizacionais. O crescimento desses partidos nas disputas eleitorais dependia, inevitavelmente, da conquista de votos que antes eram destinados ao PMDB desde os tempos do bipartidarismo. Durante o regime autoritário, os votos da esquerda e da centro-esquerda não tinham outro desaguadouro que não o MDB e, logo no início do pluripartidarismo, o PMDB; agora, contudo, novas alternativas partidárias estavam postas para a escolha eleitoral, num mercado de votos que ficava cada vez mais aberto e competitivo (PERES 2005). Dificilmente o PDT e o PT retirariam votos dos partidos de direita, como o PDS e o PFL; mas, disputariam o mercado eleitoral com o PMDB, um partido que, à época, ocupava o espaço do centro e da esquerda. Na verdade, a condição de ampliação do capital eleitoral do PDT e do PT era justamente a retirada de votos de esquerda e centro-esquerda do PMDB.

Nesse sentido, a campanha eleitoral de 1986 pode ser considerada um ponto de divisão entre o poder intervencionista do Estado autoritário, por meio das nomeações, e o período democrático, marcado pela eleição direta em todos os níveis, menos a Presidência da

---

<sup>25</sup> Nas palavras de Matias (1988, p. 209): “O governador, desgastado politicamente, não pôde conduzir o processo político eleitoral, e seu partido, o PMDB, literalmente desapareceu como sigla partidária, numa das mais inusitadas situações em que foi colocado, desde quando surgiu no cenário político regional. Diante desse quadro a classe política e seus próceres organizaram-se seguindo a tendência de franca oposição da sociedade rondoniense, bastante receptiva às propostas contrárias ao governo”.

República, e a emergência do pluripartidarismo moderado, ou seja, com reduzida fragmentação eleitoral, como se pode depreender da análise da **Tabela 3**. Aliás, o elevado número de candidatos ao governo do estado, responsável pela dispersão dos votos nesse nível de disputa majoritária, evidencia que o bipartidarismo era uma contenção artificial que o regime autoritário havia imposto à real competição política num ambiente consideravelmente heterogêneo como o brasileiro, de maneira que seu fim abriu as comportas para o surgimento de vários partidos, antes represados.

**TABELA 3 – Cargos Conquistados pelos Partidos nas eleições de 1986 em todo o País, em Números Absolutos**

<b>Partido</b>	<b>Governador</b>	<b>Senador</b>	<b>Deputado Federal</b>
PMDB	22	38	260
PFL	1	7	118
PDS		2	33
PTB			17
PL			6
PDC			5
PMB		1	
PSC			1
PDT		1	24
PT			16
PCdoB			3
PSB			1

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral.

## Capítulo 3

### Multipartidarismo Moderado: A Emergência da Estrutura de Competição Aberta

#### 1. Introdução

A análise deste capítulo mostrará que a partir da década de 1990, o multipartidarismo começa a se instalar em Rondônia, embora ainda de maneira moderada. Dessa vez, o aumento da competitividade atingirá mais diretamente o PMDB, que, assim como havia ocorrido com o PDS, enfrentaria um processo de cisão que resultaria no surgimento do PSDB. Se o mercado eleitoral havia ficado mais concorrencial no nicho da direita, quando o PFL passou a disputar votos com o PDS, agora, essa concorrência se acirrava no nicho do centro político do país. PMDB e PSDB disputariam a mesma fatia do mercado eleitoral e, também como havia ocorrido com PFL, o PSDB já surgiu como um partido repleto de lideranças com capital eleitoral, vários até com mandatos. Ao mesmo tempo, partidos realmente novos – não eram herdeiros diretos e nem indiretos da Arena e do MDB –, começam a apresentar desempenhos nas urnas expressivos, dando sinais de que tinham potencial de crescimento nos nichos do centro-direita [PTB] e do centro-esquerda e esquerda [PDT, PT e PSB].

Além disso, as lideranças pessoais do Coronel Teixeira e de Jerônimo Santana perdem força e abrem a oportunidade para a emergência de uma nova elite política, principalmente do interior do estado. A interiorização e a pulverização das lideranças ocorrem num contexto de emergência de famílias políticas que controlam tanto os grupos partidários como os cargos representativos e burocráticos da máquina pública. Aumentam, portanto, a fragmentação partidária e a fragmentação dos atores relevantes que passam a disputar o controle das organizações. Tudo isso impacta a relação entre Executivo e Legislativo de maneira drástica – se o primeiro Governador do Estado, Coronel Teixeira, enfrentou resistências de uma Assembleia muito pouco fragmentada por causa de seu estilo autoritário, seus sucessores enfrentarão crises de governo em virtude da fragmentação partidária no Parlamento e da formação de polos políticos concorrentes em torno das novas lideranças do interior de Rondônia. Consolidação da liderança em todo o Estado do Senador Olavo Pires e seu apoio as famílias políticas locais.

## 2. As Eleições de 1990 e a Emergência do Multipartidarismo Competitivo

As eleições de 1990 foram caracterizadas pelo declínio eleitoral acentuado do PMDB e o crescimento dos partidos de esquerda, PDT e PT, especialmente. Esse movimento indicava sobretudo que a estrutura de competição bipartidária que ainda predominava nas primeiras eleições, depois do início da transição democrática, dava lugar ao multipartidarismo competitivo que começava a se instalar no sistema representativo brasileiro. Anteriormente, a direita havia se fragmentado quando do surgimento do PFL, o que provocou o aumento da competição interpartidária no espaço da direita e o decréscimo eleitoral do PDS. Em 1988, o centro também se fragmentou, devido à criação do PSDB, uma dissidência do PMDB. Assim, os dois maiores partidos do período, ambos herdeiros da Arena e do MDB, foram forçados a entrar em competição pelo mesmo nicho de eleitores e, por consequência, sofreram denotada redução em seu estoque de votos, assim como impactos negativos na sua estrutura organizacional, inclusive com a perda de lideranças políticas que aumentaram seu fluxo de migração para outras legendas.

Em suma, se antes o PDS dominava a direita, agora ele tinha que competir com o PFL pelo eleitorado com esse perfil ideológico. Se antes o PMDB controlava sozinho os eleitores de centro, centro-direita e até da esquerda, agora, no caso dos eleitores de esquerda e centro-esquerda, ele tinha que as disputar com o PDT e o PT, e, no caso dos eleitores de centro, com o PSDB. Visivelmente, o ambiente eleitoral estava mudando e, com ele, o próprio sistema partidário, que ficava mais diversificado e competitivo.

Nesse cenário de alterações da estrutura de competição, o PMDB foi o partido que arcou com as maiores perdas eleitorais, especialmente em função de dois fatores. Em primeiro lugar, vale repetir, a cisão que levou à criação do PSDB apartou as lideranças que coabitavam o PMDB e, dessa maneira, restringiu o capital político acumulado pelo partido desde o início da transição democrática, até porque a cisão partidária envolveu conflitos internos à sua estrutura organizacional. Isso porque, logo após a proclamação dos resultados das eleições de 1986, amplamente favoráveis ao PMDB, já começaram a surgir movimentos dissidentes no interior da legenda, como o MUP [Movimento de Unidade Progressista], sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, assim como crescentes insatisfações de facções internas com o governo Sarney. Divergências ainda maiores emergiram durante a Assembleia Nacional Constituinte, opondo uma ala mais conservadora do PMDB a um grupo que se considerava mais progressista e que, liderado por Mario Covas, acabou deixando o partido para fundar o PSDB.

Com efeito, o Partido da Social Democracia Brasileira surgiu como uma legenda interna ao sistema parlamentar e, por consequência, repleta de destacadas personalidades políticas regionais, como Franco Montoro, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin, Eduardo Azeredo, José Richa, Afonso Arinos, Teotônio Vilela Filho, Aécio Neves, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Ciro Gomes, entre muitos outros. No Congresso Nacional, o PSDB já contou, desde sua fundação, com nove Senadores e trinta e nove Deputados Federais. Ou seja, os tucanos fundaram um partido que já surgia grande e competitivo.

Em segundo lugar, o PMDB sofreu os reveses da política econômica que, na eleição anterior, havia sido a responsável pelo seu excepcional desempenho nas urnas. Esse impacto já se fez sentir nas eleições municipais de 1988, quando cerca de setenta milhões de eleitores foram chamados a escolher os prefeitos de todos os municípios do país, pela primeira vez livres das restrições que haviam sido impostas durante o período autoritário. Entretanto, o Plano Cruzado mostrou-se falho logo após as eleições gerais de 1986, resultando no retorno da hiperinflação e, por consequência, da crônica perda do poder de compra dos assalariados. Protestos, greves e manifestações se espalharam pelo país, levando à queda de popularidade do Presidente e do próprio PMDB. Somando-se a isso, denúncias de corrupção envolvendo membros do governo e parlamentares do partido aprofundaram tanto a crise política interna à sua estrutura organizacional como a perda de credibilidade dos peemedebistas junto à população.

Nessa circunstância, o PMDB conquistou apenas quatro Capitais de estado no processo eleitoral de 1988. Portanto, o partido teve uma redução acentuada em relação à eleição anterior, quando obteve dezenove Executivos de Capitais. Ainda assim, apesar da sua retração, o partido venceu a competição para mil seiscientos e seis Prefeituras, ficando à frente do PFL, que, em segundo lugar, obteve mil e cinquenta e oito cargos executivos. Contribuindo para o declínio do PMDB e, inclusive, aproveitando-se dele, o PSDB conseguiu conquistar a Prefeitura de Belo Horizonte, apenas poucos meses depois de sua fundação. Em Rondônia, o PTB saiu-se vitorioso na competição pela Prefeitura de Porto Velho, com seu candidato Chiquilito Erse, além de ter vencido a eleição para as Capitais do Pará e do Mato Grosso do Sul. Enquanto isso, os partidos que começaram a liderar o mercado eleitoral da esquerda, PT e PDT, principalmente, cresceram de modo expressivo e venceram a disputa em dez Capitais, incluindo-se os maiores colégios eleitorais do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre – o PDT venceu, ainda, em Curitiba, Natal e São Luís, e o PT, em Vitória; já o PSB venceu em Aracajú, Macapá e Manaus.

De certa maneira, as eleições municipais de 1988 anteciparam o quadro partidário da primeira disputa pela Presidência da República por voto direto depois dos longos anos de regime autoritário. O processo de formação do multipartidarismo que começava a se desenhar nas eleições anteriores depois da abertura democrática indicava que o número de competidores poderia ser elevado. De fato, foi isso o que ocorreu – vinte e duas candidaturas foram lançadas numa eleição que demandou a realização do segundo turno,<sup>26</sup> entre o candidato do Partido dos Trabalhadores, Lula, e Fernando Collor, candidato de um partido novo e bastante pequeno, o PRN. Da mesma forma, o achatamento eleitoral do PMDB se confirmou, porque o partido conquistou meros 4,7% dos votos, mesmo tendo como seu candidato Ulysses Guimarães, uma figura histórica da política brasileira e uma liderança central da Assembleia Constituinte. Inclusive o PSDB, com a candidatura de Mário Covas, outra personagem política de projeção nacional, obteve uma votação aquém do esperado [11,5%]. Somadas as votações do PMDB e do PSDB, o resultado totalizou inexpressivos 16%, o que evidenciava a rejeição popular tanto da Presidência de José Sarney como dos partidos que, de algum modo, davam-lhe apoio. Não é por menos que as duas legendas que se colocaram em defesa da renovação foram alçadas ao segundo turno – PT, de Lula, sobressaiu-se ao PDT, de Brizola, por um diferença de menos de 1% de votos, enquanto Collor obteve cerca de 30%, o que facilitou a conquista do cargo na segunda rodada, com uma votação de 53%.

Enfim, a evolução do sistema partidário nacional mostrava uma configuração de fragmentação da direita e do centro, de crescimento dos partidos de esquerda, de afirmação de pequenos partidos de direita e, portanto, de formação mais nítida do multipartidarismo competitivo, como pode ser observado na **Tabela 4**. Os dados referentes à conquista dos cargos Governador, Senador e Deputado Federal mostram, ainda, a redução da relevância do PMDB, em comparação com a posição que o partido alcançou na eleição anterior. No entanto, o PMDB, mesmo assim, persistia como o maior partido do país, seguido pelo PFL e pelo PDS. Isso significa que os partidos herdeiros, tanto diretos como indiretos, incluindo-se o PSDB, mantinham-se como as principais forças do mercado eleitoral, mesmo com a gradativa mudança da estrutura de competição, principalmente nas eleições para a Câmara dos Deputados, onde o multipartidarismo se estabelecia de maneira mais acentuada.

---

<sup>26</sup> Os candidatos e partidos foram os seguintes: Affonso Camargo [PTB], Afifi Domingos [PL], Antônio dos Santos Pedreira [PPB], Armando Corrêa [PMB], Aureliano Chaves [PFL], Celso Brant [PMN], Enéas Carneiro [Prona], Eudes Oliveira [PLP], Fernando Collor [PRN], Fernando Gabeira [PV], Leonel Brizola [PDT], Livia Maria Pio [PN], Lula [PT], Manoel Horta [PDCdoB], Mário Covas [PSDB], Marronzinho [PSP], Paulo Gontijo [PP], Paulo Maluf [PDS], Roberto Freire [PCB], Ronaldo Caiado [PSD], Ulysses Guimarães [PMDB], Zamir Teixeira [PCN].

De maneira geral, essa dinâmica seria reproduzida em Rondônia, com impactos inevitáveis nas relações entre Executivo e Legislativo, embora a lógica da política local ainda fosse razoavelmente marcada pela polarização dos antigos grupos que dominavam o estado desde sua fundação. Nesse contexto, a liderança de Jeronimo Santana, dentro do PMDB, já não representava mais um dos polos na disputa eleitoral de 1990. Ao final do seu mandato, o Governador, bastante desgastado, não conseguiu conduzir de maneira efetiva o processo eleitoral. Seu candidato, o Vice-Governador Orestes Muniz filho, apoiado por uma coligação formada por cinco partidos [PMDB, PL, PMN, PSB e PDC], obteve uma votação insignificante.

**TABELA 4 – Cargos Conquistados pelos Partidos nas eleições de 1990 em todo o País, em Números Absolutos**

<b>Partido</b>	<b>Governador</b>	<b>Senador</b>	<b>Deputado Federal</b>
PMDB	7	8	108
PFL	9	8	83
PDS	1	2	42
PSDB	1	1	38
PTB	2	4	38
PL	--	--	17
PDC	--	2	22
PSC	1	--	--
PDT	3	1	45
PT	--	1	35
PCdoB	--	--	5
PSB	--	--	11
PTR	2	--	2
PRS	1	--	4
PST	--	1	2
PRN	--	2	40
PMN	--	1	1
PL	--	--	17
PCdoB	--	--	5
PCB	--	--	3
PSD	--	--	1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Como indicado no **Quadro 11**, sem dúvida, o resultado do pleito foi a declaração do declínio da liderança do Governador, uma vez que seu candidato obteve o último lugar.<sup>27</sup> Inclusive, Santana acabaria deixando o PMDB, em 1993, quando foi impedido de apresentar uma chapa para concorrer à direção do partido. Em seguida, ele tentou filiar-se ao PTB, mas os dirigentes nacionais da legenda indeferiram seu pedido. Seria esse o final da carreira política daquele que havia sido o fundador do PMDB no estado e uma de suas principais figuras.

**QUADRO 11 – Resultados Eleitorais na Disputa para Governador de Rondônia em 1990**

Candidatos	Partidos	Coligação	Votos 1º Turno	%	Votos 2º Turno	%
Olavo Pires	PTB	PDS PTB PDT PST	79.456	24,48	-	-
Valdir Raupp	PRN	Sem coligação	78.893	24,31	147.033	44,59
Oswaldo Piana	PTR	PTR PSC PRP	72.155	22,23	182.736	55,41
José Guedes	PSDB	PSDB PFL	44.245	13,63	-	-
Inácio Lemke	PT	Sem coligação	28.917	8,91	-	-
Orestes Muniz	PMDB	PMN PL PMDB PSB PDC	20.869	6,43	-	-

Fonte: Nicolau (1998) e Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TER.RO.

Desse modo, pode-se dizer, a eleição de 1990 em Rondônia seria marcada como a primeira em que o Governador não dispunha de capital político suficiente para eleger seu sucessor e tampouco uma bancada majoritária para a Assembleia Legislativa. Em realidade, o

<sup>27</sup> Ao analisar essa situação, Matias (1998, p. 209) afirmou: “a diferença marcante dessas eleições em relação às anteriores, foi o critério eminentemente oposicionista em que ocorreram. Foram as primeiras realizadas no estado completamente contra o governo e seu partido. O governador desgastado politicamente, não pode conduzir o processo político-eleitoral, o seu partido o PMDB, literalmente desapareceu como sigla partidária, numa das mais inusitadas situações em que foi colocado desde quando surgiu no cenário político regional”.

PMDB perdeu espaço para partidos médios e pequenos que, impulsionados pela eleição direta para Presidente da República, começavam a despontar no cenário político subnacional. PNM, PRN, PTB, PTR, PSDB e PT lançaram candidaturas próprias para o governo de Rondônia, todas com algum potencial de competitividade. Perceba-se que os três primeiros colocados eram membros de partidos considerados pequenos no estado, onde antes havia prevalecido de maneira bastante nítida a bipolarização entre Arena/PDS e o MDB/PMDB – e apenas o PDS esteve numa coligação com chance de conquistar o Executivo Estadual.

Aqui, portanto, dois fatores essencialmente contextuais foram decisivos nos resultados eleitorais. O primeiro foi a campanha focada na ideia de que um filho da terra deveria assumir o governo do estado, apesar de Rondônia ser composta de migrantes. O segundo fator, sem dúvida, o de maior impacto, foi o assassinato do Senador Olavo Pires, do PTB, candidato a governador<sup>28</sup> – ele havia sido o mais votado no primeiro turno, seguido por Valdir Raupp, do PRN. Depois de deixar o PMDB, Olavo Pires despontava como destacada liderança estadual e chegou a se eleger Senador. Opositor ao governo local, ele atuava para construir seu próprio grupo político, o que desagradava as lideranças peemedebistas tradicionais. Sua candidatura parecia consolidada, com reais chances de vitória. Pires encapou a ideia de ‘pai dos pobres’ e mantinha uma Fundação assistencial nos principais municípios de Rondônia, envolvendo desde a área da saúde, com doação de leite de soja e de pão, até a realização de cursos profissionalizantes, o que lhe garantia o apoio do eleitorado de baixa renda do interior. Por outro lado, ele enfrentava uma campanha agressiva por parte de seus oponentes, entre eles, o próprio governador Jeronimo Santana, com quem havia rompido (MATIAS, 1998). Seus adversários o acusavam de envolvimento com o narcotráfico, algo que não foi comprovado.<sup>29</sup>

Com o assassinato de Olavo Pires, o candidato do PTR, Osvaldo Piana Filho, que havia ficado em terceiro lugar no primeiro turno, pôde concorrer ao cargo no segundo turno. Foi ele quem difundiu o discurso regionalista representado pela máxima de que Rondônia “precisava eleger um filho da terra”. Sua entrada na disputa, além disso, implicou na rearticulação dos apoios e, com ela, sua aproximação de grande parte das lideranças da coligação do PTB. Assim, Piana venceu a eleição contra o candidato Valdir Raupp.

---

<sup>28</sup> O senador Olavo Pires foi executado na noite de 16 de outubro de 1990. O crime ocorreu em frente sua empresa, uma revendedora de máquinas pesadas, em Porto Velho. O político disputava o segundo turno das eleições para o governo de Rondônia e liderava as pesquisas de intenção de voto. Até hoje, a polícia não esclareceu a autoria do crime.

<sup>29</sup> Algumas hipóteses sobre o caso foram discutidas pelo jornalista Miguel Montte (2017), no livro “Senador Olavo Pires: a pergunta que não quer calar”, publicado pela Editora Saraiva. Segundo o mesmo, o assassinato foi perpetrado pelo então esquadrão da morte da Polícia Militar de Rondônia. A trama que envolveu a morte do Senador atingiu amigos, autoridades e assessores diretos de Olavo.

Naquela altura, a biografia política de Raupp se resumia à sua eleição para vereador de Cacoal e para Prefeito do município de Rolim de Moura, na zona da mata rondoniense, além de uma participação no governo de Jeronimo Santana como diretor geral do Departamento de Estradas e Rodagem [DER-RO]. Na verdade, essa atuação propiciou sua projeção no cenário político estadual – dada a precária malha rodoviária de Rondônia, era necessário um contato permanente com os municípios. Mas, um pouco mais adiante, Raupp também romperia com o governo Santana e até deixaria o PMDB para se filiar a um partido pequeno que ganhava notoriedade devido à atuação de Fernando Collor de Melo, o PRN. Nessa nova legenda, Raupp encontrou espaço para lançar sua candidatura ao governo do estado e, surpreendentemente, conseguiu o segundo lugar no primeiro turno. Mais do que isso, quando as composições partidárias se rearranjaram nos apoios do segundo turno, Raupp articulou para que o PMDB se tornasse seu aliado. Entretanto, se, por um lado, esse apoio trouxe mais recursos de campanha, por outro, contribuiu para vincular sua candidatura à desbotada imagem do Governador Jerônimo Santana (MATIAS, 1998).

Oswaldo Piana Filho, por sua vez, era um político com a experiência de dois mandatos de Deputado Estadual. No período das eleições, ele ocupava a Presidência da mesa diretora da Assembleia Legislativa de Rondônia, o que mostrava sua capacidade para fazer articulações políticas. Egresso do PDS, Pianna havia migrado para o PFL antes de aportar no partido pelo qual foi eleito Governador, o PRT. Considerado um partido pequeno, o PTR se coligou com duas legendas igualmente pequenas, o PSC e o PRP. Mas, no segundo turno, Pianna recebeu o apoio de parte do PTB e de alguns dos aliados do Senador assassinado, Olavo Pires. Isso contribuiu sensivelmente para seu fortalecimento no interior do estado, o que foi indispensável para aumentar seus votos, dado que sua candidatura era identificada como uma representação da Capital. Além disso, Piana pôde projetar a imagem de “filho de Rondônia”, em oposição ao seu concorrente, tido como migrante. A dicotomia “os de dentro versus os de fora” pautou a competição e polarizou as candidaturas.<sup>30</sup>

De modo geral, a eleição para Governador interrompeu, aparentemente, o padrão da disputa entre os herdeiros da Arena e do MDB, inclusive entre os partidos grandes. Dois partidos novos e pequenos chegaram ao segundo turno – PRN e PTR. Mesmo o PTB, que acabou impedido de disputar o segundo turno, tendo inclusive conquistado a maior proporção

---

<sup>30</sup> Esse foi um ponto central da eleição, como observou Neves (2006, p.03): “A necessidade de eleger ‘um filho da terra’ utilizado no governo Oswaldo Piana, isto é, alguém nascido no Estado de Rondônia, foi assimilado de certa forma pelos rondonienses, numa época em que o discurso produzido era de que, num estado de migrantes e baseado em experiência pouco positivas dos dois governos anteriores, era necessário construir projetos políticos, cujos protagonistas fossem rondonienses natos”.

de votos no primeiro, era um partido relativamente pequeno e que, ainda, não descendia direta ou indiretamente do sistema bipartidário do regime autoritário – embora, ressalve-se, suas lideranças políticas fossem tradicionais. Não obstante, tratou-se de uma disputa que, embora contivesse um número elevado de candidaturas, caracterizou-se pelo padrão de reunir três forças partidárias competitivas. A propósito, o primeiro turno foi notadamente competitivo, com diferenças quase desprezíveis nas proporções de votos dos três primeiros colocados – Pires [PTB], Raupp [PRN] e Piana [PTR], principalmente entre os dois primeiros, com uma distância de apenas 0,17%. Ainda, a votação que separou o terceiro lugar dos dois primeiros foi algo em torno de 2% apenas.

No caso da disputa das vagas para Deputado Estadual, a competição também foi acirrada, contando com duzentos e trinta e três candidatos pertencentes a dezoito partidos. Assim como no caso da disputa majoritária, os resultados, exibidos no **Quadro 12**, trouxeram para Assembleia Legislativa um novo quadro partidário, bem diferente das legislaturas precedentes. O PMDB, que havia conquistado treze cadeiras na eleição anterior, viu sua bancada reduzida a três parlamentares; o PTB, por outro lado, elegeu a maior bancada do Legislativo estadual, formada por cinco parlamentares; o PL elegeu quatro; o PRN, três; PT, PSC, PDS e PFL elegeram dois deputados cada um, enquanto o PSDB e o PSB conquistaram, cada qual, uma cadeira.

**QUADRO 12 – Deputados Estaduais Eleitos em Rondônia em 1990**

Eleitos	Partido	Votação	%	Domicílio Eleitoral
Sandi Calistro de Sousa	PMDB	5.608	1,46	Rio Crespo
Willian José Curi	PL	4.250	1,11	Porto Velho
Isaac Bennesby	PL	3.753	0,98	Guajará Mirim
Enéas Rômulo de Araújo	PTB	3.421	0,89	Porto Velho
João Batista de Lima	PL	3.420	0,89	Colorado
Ernando Corrêa Coutinho	PSB	3.270	0,85	Porto Velho
Aurindo Vieira Coelho	PSC	3.198	0,84	Ouro Preto do Oeste
Janatan R. da Igreja	PFL	3.056	0,80	Ariquemes
Agmar Gomes de Souza Piau	PT	2.878	0,75	Ouro Preto do Oeste
Elisabeth Maria Esteves	PMDB	2.819	0,74	Porto Velho
José Mário de Melo	PDS	2.812	0,73	Guajará Mirim
Marlene Gorayeb	PTB	2.806	0,73	Porto Velho
Odaísa Fernandes Ferreira	PSDB	2.732	0,71	Porto Velho
Renato Euclides de Carvalho	PFL	2.685	0,70	Ji Paraná
Lúcia Tereza dos Santos	PSC	2.560	0,67	Espigão do Oeste

Pedro Lima Paz	PTB	2.461	0,64	Santa Luzia
Reginaldo Monteiro	PDS	2.428	0,63	Pimenta Bueno
Silvernani Cesar dos Santos	PTB	2.389	0,62	Jaru
Vicente Homem Sobrinho	PRN	1.945	0,51	Pimenta Bueno
Nério Lourenço Bianchini	PT	1.928	0,50	Cacoal
Newton Schramm de Souza	PRN	1.945	0,51	Vilhena
Darci José Kischener	PRN	1.663	0,43	Espigão do Oeste
Euripedes Miranda Botelho	PMDB	4.385	1,15	Ji Paraná
Ini Santa Fidelis de Souza	PTB	3.819	0,99	Ji Paraná

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TER.RO.

Assim como ocorria em âmbito nacional, também nesse nível da competição se manifestava o quadro de desgaste das legendas herdeiras do bipartidarismo compulsório – PMDB, PDS e PFL tiveram seu capital eleitoral retraído até mesmo nessa disputa mais circunscrita à realidade subnacional. Chama a atenção, inclusive, a situação do PMDB, que saiu das eleições derrotado e resolveu fazer oposição sistemática ao governo recém-eleito. Provavelmente, o partido viu nessa estratégia a condição necessária à recomposição de sua base eleitoral e de projeção de suas lideranças, já vislumbrando à próxima disputa. Além disso, pela primeira vez, o Plenário da Assembleia contaria com a presença de um número significativo de partidos, sete ao todo.

Destarte, o subsistema partidário rondoniense transitava definitivamente do quase bipartidarismo das duas primeiras eleições depois da abertura democrática para o multipartidarismo moderadamente fragmentado que viria a se estabelecer de maneira mais definitiva nas eleições subsequentes dos anos 1990. De certo modo, essa configuração político-partidária também foi impactada pelo surgimento de diversos novos municípios,<sup>31</sup> o que levou a um redesenho da estrutura da competição que estava alicerçada no quadro bipartidário do período anterior. Esses novos municípios contribuiriam para a manutenção do padrão que vinha se desenhando desde a última eleição, qual seja, de interiorização das lideranças políticas do estado. Como mostram os dados, em sua maioria, os representantes eleitos eram oriundos de cidades do interior – apenas cinco deles tinham Porto Velho como domicílio eleitoral. Mas, observe-se, há uma evolução interessante dentro desse padrão, qual

<sup>31</sup> Na segunda metade da década de 1980, surgiram os seguintes municípios: Alta Floresta do Oeste, Alvorada do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Cabixi, Nova Mamoré, Machadinho do Oeste, No início dos anos noventa: Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Castanheiras, Cacaúlândia, Corumbiara, Governador Jorge Teixeira, Itapuã do Oeste, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Monte Negro, Rio Crespo, Theobroma, Urupá, Seringueiras, Vale do Paraíso, Novo Horizonte do Oeste, Parecis, Alto Alegre dos Parecis, Cujubim, Nova União, Primavera de Rondônia, São Felipe do Oeste, Teixeirópolis, Pimenteiras do Oeste, São Francisco do Guaporé, Chupinguaia e Buritis.

seja, o processo de interiorização das lideranças representativas começava a se desconcentrar, com um número maior de municípios que constituíam as bases eleitorais dos candidatos.

No caso da disputa para Deputado Federal, a eleição de 1990 reproduziu o padrão das duas eleições anteriores no que se refere ao amplo predomínio de uma legenda, e novamente com a inversão do partido que liderou a disputa. Em 1982, o predomínio foi do PDS, que conquistou cinco vagas, depois, em 1986, o PMDB foi o predominante, também com cinco vagas; já em 1990, a maior bancada seria do PTB, com uma margem ainda maior – o partido conquistou sete cadeiras, restando a última delas ao PDT. Claramente, a eleição para a Câmara dos Deputados em Rondônia era menos fragmentada do que a disputa pela Assembleia Legislativa, o que faz sentido se levarmos em consideração a quantidade de cadeiras para cada Casa representativa – oito vagas para Deputado Federal versus vinte e quatro vagas para Deputado Estadual. Como já amplamente registrado pela literatura especializada, não apenas a representação proporcional é um fator de estímulo à fragmentação partidária, mas também a magnitude do distrito, o que significa dizer a quantidade de cadeiras disponíveis. O **Quadro 13** mostra esses dados.

**QUADRO 13 – Deputados Federais Eleitos por Rondônia em 1990**

Eleitos	Partido	Votação	%	Domicílio Eleitoral
Edison Fidélis	PTB	13.885	3,70	Ji Paraná
Nobel Moura	PTB	12.388	3,30	Ariquemes
Jabes Rabelo	PTB	11.002	2,93	Cacoal
Carlinhos Camurça	PTB	9.360	2,49	Porto Velho
Reditário Cassol	PTB	9.289	2,48	Santa Luzia
Raquel Cândido	PDT	7.961	2,12	Porto Velho
Maurício Calixto	PTB	7.841	2,09	Porto Velho
Pascoal Novais	PTB	3.943	1,05	Ariquemes

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia –TER.RO.

Podemos observar que há uma modificação na dinâmica espacial da representação. Até então, na competição para Deputado Federal prevaleciam candidatos cuja base eleitoral era predominantemente a Capital do estado; já nessa eleição de 1990, a maioria dos eleitos [62,5%] eram de regiões do interior. Portanto, também na disputa pelo Parlamento local tem início um processo de interiorização das lideranças políticas, fenômeno que já havia se iniciado anteriormente na competição para a Câmara dos Deputados.

No caso da disputa pela única vaga no Senado, surpreendentemente, a eleição foi mais fragmentada, como se pode observar no **Quadro 14** – quatro partidos obtiveram votação superior a 10% [PFL, PDS, PMN e PT]. De qualquer modo, a proporção de votos alcançada pelo PFL foi bastante expressiva, com uma diferença considerável em relação ao segundo colocado; com essa vitória, Soares foi reeleito. O PT, sem coligação, ficou em quarto lugar, com uma votação que pode ser considerada expressiva para um partido que havia surgido da própria sociedade civil e tinha poucos anos de fundação. O PMDB sequer lançou candidato ao cargo e preferiu fazer parte da ampla coligação partidária que apoiou Bittencourt, pelo PMN, o terceiro colocado.

**QUADRO 14 – Candidatos ao Senado por Rondônia, em 1990**

Candidatos	Partido	Coligação	Votação	%
Odacir Soares	PFL	Sem Coligação	104.186	38,92
Chagas Neto	PDS	PDS PTB PDT PST	65.467	24,45
Adilton Bittencourt	PMN	PMN PMDB PDC PL PSB	30.666	11,45
Emerson Teixeira	PT	Sem Coligação	28.071	10,49
Ruy Parra	PSDB	Sem Coligação	22.547	8,42
Ângelo Angelim	PSC	PTR PSC PRP	16.793	6,27

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Portanto, em termos mais gerais, pode-se dizer que as eleições de 1990, em Rondônia, representaram, como já destacado, o delineamento do multipartidarismo competitivo. A direita havia se dividido e o centro também, assim como a esquerda começava a crescer, num padrão similar ao que ocorria no nível nacional. Em meio a essa dinâmica, também emergiram pequenos e médios partidos com considerável capital eleitoral no estado. Assim, o PMDB não perdeu apenas a Governadoria, mas também a todas as cadeiras que detinha na Câmara dos Deputados e a maioria das vagas que controlava na Assembleia Legislativa, onde reteve apenas duas representações. Em contrapartida, o PTB elegeu sete Deputados Estaduais,

e, o PDT, conquistou a vaga sobrança. A única cadeira no Senado que foi objeto de disputa, por sua vez, foi preenchida pelo PFL.

A **Tabela 5** mostra a quantidade dos cargos eletivos que os partidos conquistaram nacionalmente e, com isso, indicam a configuração desse perfil mais geral. PMDB e PFL dominavam a competição para as governorias dos estados, chegando a controlar cerca de 60% desses postos. Os demais ficaram pulverizados em sete partidos.

**TABELA 5 – Cargos Conquistados pelos Partidos Nas Eleições de 1990 em todo o País, em Números Absolutos**

Partido	Governador	Senador*	Deputado Federal
<b>PMDB</b>	7	8	108
<b>PFL</b>	9	8	83
<b>PDS</b>	1		42
<b>PTB</b>	2	4	38
<b>PSDB</b>	1	1	38
<b>PL</b>	--	--	17
<b>PDC</b>	--	2	22
<b>PSC</b>	1	--	6
<b>PDT</b>	3	--	45
<b>PT</b>	--	1	35
<b>PCdoB</b>	--	--	5
<b>PSB</b>	--	--	11
<b>PTR</b>	2	--	2
<b>PRS</b>	1	--	4
<b>PST</b>	--	1	2
<b>PRN</b>	--	1	40
<b>PMN</b>	--	1	1
<b>PSD</b>	--	--	1
<b>PCB</b>	--	--	3

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral

\*Nota Explicativa: Amapá e Roraima elegeram três Senadores, enquanto as demais unidades federativas elegeram 1 Senador.

Na disputa pelas vagas do Senado, repete-se o mesmo quadro. No caso da Câmara dos Deputados, há uma repartição um pouco mais equilibrada na distribuição das cadeiras em pelo menos dez legendas, mas a posição de liderança do PMDB é incontestável, pois o partido controlava quase 22% dos votos. Com 16,5% das cadeiras legislativas, o PFL elegeu a segunda maior bancada, tanto distante do primeiro lugar como do segundo, o PDT, que ficou

com cerca de 9% das vagas. De modo geral, reproduzia-se em Rondônia o padrão de estrutura de competição que se delineava no país. Aumento da fragmentação eleitoral, proliferação de partidos de tamanho médio e pequeno, crescimento da esquerda e consolidação das legendas herdeiras do bipartidarismo como as principais competidoras – PMDB, PFL e PDS.

Propiciada pela maior magnitude de cadeiras em disputa, a fragmentação partidária da Câmara dos Deputados acabou se mostrando bem mais acentuada do que a competição pelos outros cargos, favorecendo o estabelecimento do multipartidarismo nacional, replicado em menor escala em Rondônia, como vimos. Além disso, novas lideranças despontaram no estado, embora os discursos e as práticas políticas não fossem inovadores, pois, de um modo ou de outro, esses políticos novatos foram esculpidos no interior dos grupos políticos do Coronel Jorge Teixeira e do ex-Governador Jerônimo Santana. Ainda assim, acirravam-se as disputas entre as novas lideranças vinculadas aos dois polos das disputas anteriores. Acirravam-se, também, as disputas entre essas novas lideranças associadas ao PDS e ao PMDB, assim como entre aquelas que buscavam espaços próprios dentro de outras legendas, médias e pequenas, como o PTR, o PMN, o PTB, o PRN, PSC e PRP. Por fim, intensificavam-se as disputas entre todas essas novas lideranças de direita e de centro com as de esquerda, vinculadas ao PDT, ao PT e ao PSB.

Cada vez mais, essas novas lideranças assumiriam o controle dos grupos partidários estaduais e viriam a se tornar as principais referências da política local e, em alguns casos, da política nacional. A própria eleição de Osvaldo Piana contribuiu para o ressurgimento de um grupo político da Capital, que havia perdido espaço anteriormente; enquanto isso, emergiram vários grupos em torno de outros nomes no interior de Estado. Waldir Raupp, segundo colocado na eleição para Governador, por exemplo, passaria a ser a principal liderança oposicionista e, assim, aglutinaria ao seu grupo os políticos que ficaram de fora da coalizão de governo formada por Piana.

O governo de Osvaldo Piana seria caracterizado por uma considerável instabilidade na composição de seu secretariado, o que refletia sua dificuldade para estabelecer uma relação cooperativa mais consolidada com o Parlamento estadual. Ao todo, foram onze diferentes composições de gabinete, contabilizadas sempre que pelo menos uma alteração tenha ocorrido em alguma de suas pastas. Durante os quatro anos à frente da Governadoria do estado, Piana promoveu vinte e quatro mudanças em seu Secretariado, como mostram os dados do **Quadro 15**, a seguir.

As únicas pastas que não sofreram alteração foram a de Ação Comunitária, extinta em 1993, e a de Educação. Logo no primeiro ano de sua administração, em 1991, já houve a

primeira mudança, com a substituição do titular da Casa Civil, embora seu controle continuasse com o PDS. Em 1992, foram realizadas quatro reformas que provocaram a troca de nove Secretários, implicando na perda da única pasta controlada pelo PTR, que não mais voltaria a ter espaço no gabinete do Governador. Em 1993, o governo fez mais duas reformas, assim como em 1994, ano eleitoral, resultando na troca de dez Secretários. Portanto, a rotatividade no primeiro escalão do governo foi consideravelmente elevada – trinta e seis Secretários transitaram pelas catorze Secretarias nesse período.

No que se refere ao perfil partidário, as diversas composições do gabinete do Governador contaram com a maior presença do PDS e, a partir de sua sexta composição, do PDT. Essa aproximação com o PDT, a propósito, não apenas contemplava o objetivo de se promover maior cooperação com o Legislativo, como também de se reduzir o ímpeto oposicionista de William Curi e de Aurindo Coelho, lideranças pedetistas que faziam oposição cerrada à agenda do Governador na Assembleia Legislativa. Para atraí-los, assim como o apoio mais consistente do partido desses parlamentares, Piana lhes concedeu os cargos de Secretário de Planejamento e de Secretários de Obras e Serviços Públicos. Com o mesmo intuito, Reginaldo Monteiro foi nomeado Secretário da Indústria e Comércio

**QUADRO 15 – Gabinetes Formados pelo Governo de Osvaldo Piana [1991-1994]**

<b>Nomeados</b>	<b>Permanência [Mês/Ano]</b>	<b>Partido</b>	<b>Secretarias</b>	<b>Área</b>
Rubens Mendes Filho	03/1991 – 03/1993	PDS	Administração	Econômica e Administrativa
José Vitachi	03/1993 – 12/1994	Sem Filiação		
Assis Canuto*	03/1991 – 02/1992	PTR	Agricultura e Abastecimento	
Nilson Campos**	02/1992 – 12/1994	Sem Filiação		
Francisco Pereira**	03/1991 – 12/1994	Sem Filiação	Desenvolvimento Ambiental	
Hamilton Silva	03/1991 – 02/1992	Sem Filiação	Fazenda	
Bader Massud Badra	02/1992 – 01/1994	Sem Filiação		
Waldir Grabner	01/1994 – 12/1994	Sem Filiação		
Paulo Henrique Almeida	03/1991 – 02/1992	Sem Filiação	Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia	
Nilson Campos**	02/1992 – 03/1993	Sem Filiação		
Reginaldo Monteiro	03/1993 – 03/1994	PDT		
Geraldo Figueiredo	03/1994 – 12/1994	Sem Filiação		
Antônio Lopes Balau	03/1991 – 06/1992	Sem Filiação	Obras e Serviços Públicos	
Márcia Vasconcelos	06/1992 – 08/1992	Sem Filiação		
Aurindo Vieira	08/1992 – 02/1994	PDT		
Francisco Trigueiro	03/1994 – 12/1994	Sem Filiação		
Haroldo Leite	03/1991 – 02/1992	PDT	Planejamento em Coordenação Geral	
Hamilton Silva	02/1992 – 03/1993	Sem Filiação		
William Curi	03/1993 – 12/1994	PDT		

QUADRO 15. Continuação.

Nomeados	Permanência [Mês/Ano]	Partido	Secretaria	Àrea
Jonathas Parra	03/1991 – 08/1991	PDS	Casa Civil	Política
Amadeu Machado	08/1991 – 12/1993	PDS		
Aldo Castanheira	12/1993 – 12/1994	PMN		
Euro Tourinho	03/1991 – 04/1992	Sem filiação	Cultura e Turismo	Social
Heitor da Costa	04/1992 – 01/1993	PDS/PMN***		
Francisco de Souza	01/1993 – 12/1994	PDS		
Maria Antonieta Costa	03/1991 – 12/1994	Sem filiação	Educação	
Manoel Médiçi Jurado	03/1991 – 04/1992	PDS	Justiça e Defesa da Cidadania	
Antônio de Moura	04/1992 – 12/1994	Sem Filiação		
Victor Sadeck Filho	03/1991 – 06/1992	PFL	Saúde	
Leo Almeida	06/1992 – 03/1993	PFL		
João Trigueiro Mendes	03/1993 – 03/1994	PDS		
Leo Antônio Almeida	03/1994 – 12/1994	Sem Filiação		
Edson Simões	03/1991 – 02/1992	Sem filiação	Segurança Pública	
Jovely de Almeida	03/1992 – 06/1994	Sem Filiação		
Walderedo Paiva	03/1994 – 12/1994	PFL		
Luzinete Martins	03/1991 – 06/1993	Sem filiação	Ação Comunitária****	

Fonte: Secretarias de Estado de Rondônia, base de dados do TSE sobre filiação partidária e Freitas (2015) Base de dados de Vitor de Sandes Freitas, elaborada com recursos da FAPESP, por meio de pesquisa organizada pelo CEPES/FGV-SP

**Nota Explicativa:** \*Eleito Vice-Governador, também assumiu a pasta no secretariado; \*\* Ficou encarregado das duas pastas simultaneamente. \*\*\* Heitor da Costa trocou de partido durante sua gestão. \*\*\*\* A Secretaria da Ação Comunitária foi extinta em 1993.

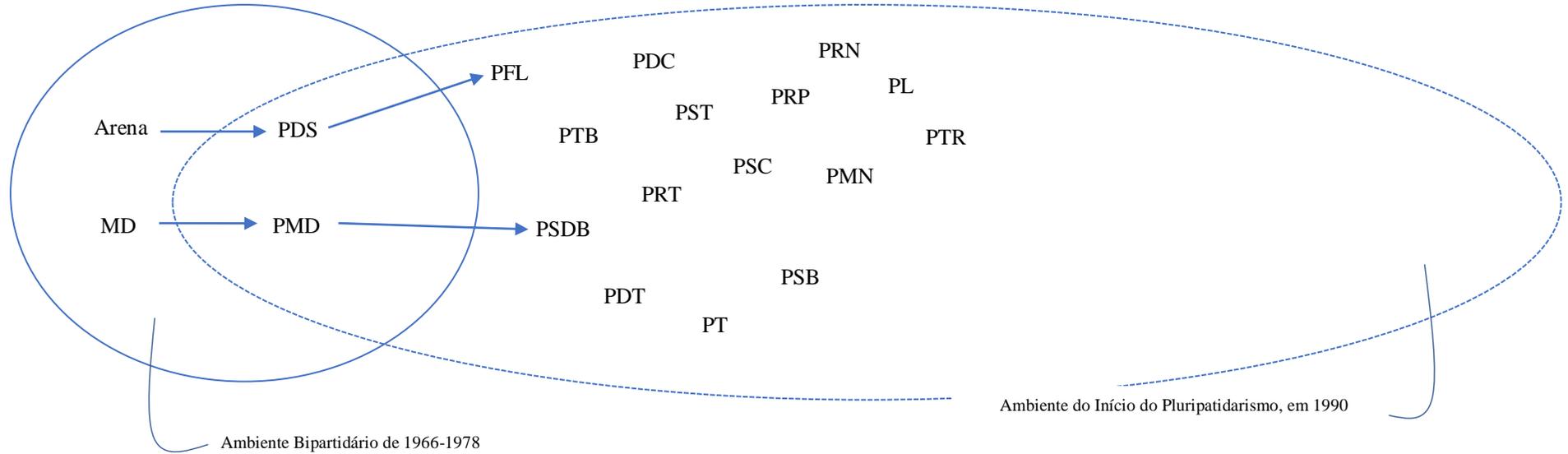
Enfim, pode-se dizer que se tratou de uma coalizão sustentada, em grande medida, pelo PDS e o PDT, além de apoios mais pontuais do PFL e do PMN. Porém, chama a atenção a elevada proporção de Secretários sem filiação partidária, sempre acima de 60%; de fato, isso poderia levar à conclusão de que Pianna teve de negociar apoios avulsos com grupos políticos externos aos partidos em vários momentos de seu mandato, daí a alta rotatividade de Secretários sem vínculos formais com qualquer legenda. Contudo, essa inferência deve ser feita com alguma cautela porque, em alguns casos, embora não fossem filiados, diversos desses Secretários tinham laços pessoais com lideranças de determinadas legendas; alguns, inclusive, eram parentes, como, por exemplo, a Secretária da Educação, Maria Antonieta dos Santos, que era irmã do Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa, Silvernani Santos.

Todas essas distribuições de Secretarias, entretanto, não eram parelhas à configuração partidária da Assembleia Legislativa, e nem satisfaziam as inúmeras demandas das lideranças políticas. Conseqüentemente, essa situação desagradava tanto os aliados da coligação eleitoral como os aderentes posteriores ao governo. Desde o início, o Governador Pianna dava sinais de inabilidade no que se refere à busca de relações cooperativas entre Executivo e Legislativo. Além das tensões com o Legislativo, em 1993, o governo enfrentou uma crise administrativa deflagrada pela greve da polícia Militar, ao pedir a intervenção do Exército, que assumiu o comando da segurança pública no estado. Essa medida desagradou a maioria dos Deputados Estaduais, aumentando a rebelião parlamentar contra sua gestão. Somando-se a isso, o Governador Pianna foi acusado de ser o mandante do assassinato do Senador Olavo Pires e, apesar de ter negado qualquer participação no episódio, essa situação prejudicou sua popularidade. Inclusive, a aprovação de seu governo foi impactada também pelas greves no setor da educação, assim como de outras áreas da administração estadual. Inevitavelmente, ao final do mandato, seu capital político havia se esvaído de tal maneira que não havia chances de uma reeleição. Ao final da terceira legislatura, as relações entre Executivo e Legislativo eram conflituosas, com diversas frentes oposicionistas lideradas pelo PMDB (FREITAS, 2015).

De maneira geral, portanto, confirma-se o delineamento de um padrão de competição bipolar para a governadoria do estado, com a presença de uma terceira força partidária no processo de disputa da vaga. Inclusive, devido ao assassinato de Olavo Pires, a polarização do primeiro turno, extremamente competitiva, entre PTB e PRN, cujas proporções de votos foram praticamente as mesmas, a terceira força, representada nesse ciclo eleitoral pelo PTR, com a candidatura de Pianna, ocupou o espaço de um dos polos da estrutura de competição no

segundo turno. Delineia-se, também, um padrão de competição de reduzida fragmentação na disputa pelas cadeiras da Assembleia Legislativa – em realidade, todas as vagas ficaram com o PTB. Embora a maioria dos eleitos fossem da Capital, tem continuidade o processo de interiorização das lideranças políticas do estado. Essa interiorização, aliás, manifestou-se de modo bastante mais acentuado na competição para Deputado Federal, inclusive com mais dispersão das lideranças representativas por diversas regiões. Ainda no caso da eleição para a Câmara dos Deputados, configura-se um padrão de maior fragmentação partidária. Mais do que isso, foi bastante equilibrada a distribuição das cadeiras legislativas, de maneira que nenhum partido obteve mais do que três representações, destacando-se, nesse caso, o PMDB e o PDT. O **Fluxograma 3** ilustra a evolução do perfil do sistema partidário do estado e a consolidação de uma estrutura de competição aberta e uma pluralidade de partidos. Nela, são incluídos todos os partidos que lançaram candidaturas para pelo um dos cargos em disputa.

**Fluxograma 3 – Ambientes Formativos dos Partidos e das Lideranças na Transição Democrática [1978-1990]**



### 3. As Eleições de 1994 e a Consolidação do Multipartidarismo

As eleições de 1994 trouxeram novamente os partidos tradicionais para o centro do processo eleitoral. As candidaturas de Francisco Chiquilito Erse e de Valdir Raupp recolocaram o PDS/PFL e PMDB na posição de protagonistas da disputa para o governo de Rondônia. Naquele momento, como já discutido, o então governador Osvaldo Piana era bastante impopular e sua governabilidade havia se reduzido gradativamente ao longo dos anos, especialmente em decorrência das constantes pressões que lhe foram impostas por um Legislativo que se mostrou oposicionista. Nessa situação, Piana resolveu não se candidatar à reeleição, mas patrocinou a candidatura de Chiquilito Erse, um nome popular com penetração tanto na Capital como no interior do estado. Tratou-se, portanto, de uma saída estratégica para evitar uma derrota anunciada e que, ao mesmo tempo, permitia que outra liderança local assumisse uma posição de destaque no grupo político que gravitava em torno dos herdeiros direto e indireto da Arena – PDS e PFL.

A carreira política de Chiquilito Erse já era extensa, tendo se iniciado em 1979, quando foi nomeado Secretário de Administração do Governador Jorge Teixeira. Em 1982, ele foi eleito Deputado Estadual, pelo PDS, legenda da qual se desvinculou quando ajudou a fundar o PFL no estado. Foi no próprio PFL que Chiquilito lançou-se candidato à Prefeitura da Capital, em 1985, e, 1986, ao Senado, quando quase foi eleito. Em 1988, uma nova troca de partido, agora o PTB, partido pelo qual obteve a eleição para Prefeito de Porto Velho. Em 1996, elegeu-se novamente Prefeito da Capital do estado, mas não completou seu mandato em decorrência de problemas de saúde. Antes disso, na disputa de 1994, candidatou-se a Governador, agora pelo PDT, e conseguiu chegar ao segundo turno, mas acabou perdendo para Valdir Raupp, que havia aderido ao PMDB.

Numa coligação mais enxuta, que envolvia o PSDB, a candidatura de Raupp articulou uma composição dos interesses políticos das elites da Capital e do interior, ao indicar o médico e Deputado Federal Aparício Carvalho para o cargo de Vice-Governador. Talvez essa articulação tenha sido um dos fatores que favoreceram seu notável crescimento no segundo turno, quando seus votos atingiram uma proporção muito superior à de seu concorrente. Além disso, Raupp contou com o apoio de lideranças do PMDB nacional que se empenhavam na recuperação do partido depois de seu péssimo desempenho nas eleições anteriores e do desgaste de sua imagem por causa dos efeitos do Plano Cruzado e da baixa aprovação do governo Sarney.

Ao todo, apresentaram-se à competição seis concorrentes, em coligações que envolveram um número significativo de partidos, como mostra o **Quadro 16**. O trágico episódio do assassinato de Olavo Pires, ocorrido na campanha anterior, ainda se fazia presente, em especial a disputa pelo seu eleitorado. Nesse contexto, o ex-Governador Jerônimo Santana, agora filiado ao Partido Progressista Reformador [PPR], tentou retornar ao cargo, mas seu capital político já não era mais o mesmo dos tempos em que liderava o PMDB – seu desempenho eleitoral mostrou isso claramente.

#### **QUADRO 16 – Resultados da Eleição para Governador de Rondônia, em 1994**

<b>Candidatos/Partidos</b>	<b>Coligação</b>	<b>Votação 1º Turno</b>	<b>%</b>	<b>Votação 2º Turno</b>	<b>%</b>
Valdir Raupp [PMDB]	PMDB PSDB PSB	159.847	42,50	248148	63,10
Chiquilito Erse [PDT]	PDT PP PTB PL	146.259	39	145037	36,90
Jorge Streit [PT]	PT PPS PSC PRP PCdoB	32.766	8,70	-	-
Odacir Soares [PFL]	PFL PSD	20.624	5,48	-	-
Jerônimo Santana [PPR]	PPR PV	11.281	3	-	-
Edgard Azevedo [Prona]	Sem coligação	5.343	1,42	-	-

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. TER.RO.

Por sua vez, o PMDB reassumiu sua liderança no estado numa convergência de estratégias de ganhos mútuos para a legenda e seu candidato, Valdir Raupp. Indiscutivelmente, Raupp tinha muito a ganhar com seu retorno ao PMDB, um partido com estrutura organizacional mais consistente e uma rede de apoios espalhada pelo estado. Assim, se na eleição anterior Raupp obteve o segundo lugar concorrendo por uma pequena legenda, o PRN, nessa eleição, como candidato peemedebista, sua vitória seria altamente provável. Ao PMDB, igualmente, interessava promover uma imprescindível renovação de suas lideranças,

de modo que a legenda pudesse retomar sua posição junto ao eleitorado. Em outras palavras, uma oportunidade para ganhos mútuos se apresentava e a situação era favorável tanto ao PMDB como ao seu candidato.

Assim, Raupp foi eleito depois de retornar ao seu berço de origem partidária, depois de aventurar-se com relativo sucesso no PRN, de Fernando Collor de Mello, já então deposto por um processo de impeachment, e de passar por duas situações que lhe deixava desconfortável – ele era apontado como um dos interessados na morte do Senador Olavo Pires e, ainda, sua administração como Prefeito foi marcada por escândalos de corrupção, atraso no pagamento de servidores, por tensões com a Câmara Municipal e pelo episódio nacionalmente conhecido do “massacre dos trabalhadores rurais.”<sup>32</sup>

Avaliando esse nível de disputa, podemos dizer que, estruturalmente, a competição pelo governo do estado manteve-se polarizada, como de costume, mas voltava a ter no PMDB um dos polos da disputa. Inclusive, Raupp chegou a retirar votos que o PDT no segundo turno, levando seu candidato, Chiquilito Erse, a obter uma porcentagem de votos menor do que a que havia obtido no primeiro turno. Simultaneamente, o PDS e o PFL, embora se mantivessem como forças partidárias atuantes e com algum grau de relevância, perderam sua condição de segundo polo na estrutura de competição bipolar, sendo deslocados de sua posição pelo PDT, um partido que não era herdeiro nem direto e nem indireto do bipartidarismo do regime autoritário e que, em pouco tempo, conseguiu atrair lideranças políticas consolidadas, algumas originalmente ligadas ao Teixerismo, caso de Francisco Chiquilito. Com isso, o PDT assumiu um protagonismo que seria impensável na eleição anterior, mas que já vinha se delineando a partir da metade do mandato de Piana, quando a legenda passou a controlar um número elevado de Secretarias. É verdade que o preço desse desempenho foi a redução de sua nitidez ideológica como um partido de esquerda, seja por causa do perfil dos grupos políticos que desembarcaram na legenda, seja pelas feições de sua coligação; contudo, a estratégia de atrair quadros políticos tradicionais que dispunham de capital eleitoral próprio trouxe dividendos inquestionáveis no tocante à conquista de cargos representativos.

O PT também continuava a crescer, inclusive na disputa pelo Executivo estadual. Isso indicava, claramente, que o mercado eleitoral da esquerda era expansível e, no médio prazo,

---

<sup>32</sup> Na madrugada do dia 9 de agosto de 1995, as 600 famílias acampadas na fazenda Santa Elina, município de Corumbiara, Rondônia, foram violentamente atacadas pela Polícia Militar [3º Batalhão de Vilhena e COE – Comando de Operações Especiais] e bandos de pistoleiros. O resultado foram 11 camponeses assassinados, 7 desaparecidos, mais de 200 com graves sequelas físicas e psicológicas. Devido a esses acontecimentos, o PT, que fazia parte do governo Raupp, dividiu-se e uma parte de seus membros deixou o governo.

poderia ser dominado pelo partido, um potencial competidor pelo mesmo nicho de votos almejados pelo PDT. Não obstante, pode-se dizer que suas lideranças já começavam a enfrentar os dilemas que geralmente se colocam perante as organizações partidárias de esquerda quando elas decidem participar da institucionalidade e disputar eleições: qual a melhor estratégia, manter a pureza ideológica sem conquistar cargos Executivos, ou flexibilizar a posição programática e fazer alianças consideradas incongruentes visando a alcançar a vitória na disputa pelo governo?

Com efeito, esse debate tomou conta do PT nesse processo eleitoral, principalmente no caso de seus Prefeitos, que defendiam que o partido não lançasse candidato a governador para fazer uma aliança com o candidato Waldir Raupp. A estratégia consistia em contribuir com sua candidatura visando a retirar do poder uma oligarquia tradicional que era mais hostil aos petistas. Esses Prefeitos avaliavam que o PT não teria chances de vencer as eleições, mas poderia atuar de modo a renovar o governo do estado, aliando-se com um partido de oposição, o PMDB. Porém, outras lideranças da legenda eram contrárias a tal estratégia e promoveram um debate interno que se configurou no primeiro racha do PT em Rondônia (SILVEIRA, 1996). O impasse só chegou ao fim depois da ameaça de intervenção pelo Diretório Nacional, prevalecendo a posição de se lançar um candidato próprio a Governador (CHIOVETTI, 1997).

Assim seguia o redesenho dos grupos políticos do estado, agora com a consolidação das novas lideranças e sua dispersão em diversos partidos. Mantinha-se a polarização política na disputa majoritária – um desenvolvimento dos núcleos que se formaram em torno de Jorge Teixeira e Jerônimo Santana –, só que com novos atores e em simultaneidade com a fragmentação partidária na competição para os cargos proporcionais. Com efeito, essa crescente fragmentação nas disputas pelas cadeiras parlamentares se manifesta de modo claro na eleição para a Assembleia Legislativa, como mostra o **Quadro 17**.

Perceba-se que a maioria dos eleitos era oriunda do interior do estado, de diferentes regiões, mas das principais cidades – dos vinte e quatro eleitos, apenas cinco tinham domicílio eleitoral na Capital. Também em sua maioria, alguns desses novos parlamentares eram ligados ao setor público, outros eram ligados a fundações assistencialistas e outros, ainda, a entidades classistas; todos, porém, detinham elevado forte capital político de natureza pessoal. Aliás, embora o sistema eleitoral brasileiro estabeleça o voto em lista aberta, já se podia observar naquela eleição formação de uma votação distrital informal.<sup>33</sup> Em realidade, esses

---

<sup>33</sup> Evidências desse padrão foram mostradas, para todo o país, por Carvalho (2004) e, em alguma medida, pode-se inferir o mesmo dos estudos de Ames (2001) e Samuels (2003).

resultados apontam para uma territorialização do voto, um processo que vinha sendo gestado desde as eleições anteriores, e, com ela, a emergência do domínio de lideranças do interior na política do estado.

Pode-se dizer que esse fenômeno tem suas raízes no surgimento dos vários municípios do estado depois do processo migratório da década de 1970. A partir dali foi se estabelecendo uma evolução que levou à predominância das lideranças dos grupos do interior na política estadual.

**QUADRO 17 – Deputados Estaduais Eleitos em Rondônia, em 1994**

<b>Candidato</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação</b>	<b>%</b>	<b>Domicílio Eleitoral</b>
Marcos Antônio Donadon	PMDB	9.549	2,67	Colorado
Renato Euclides Vianna	PMDB	7.010	1,96	Ji Paraná
Luiz Carlos Coelho de Menezes	PMN	5.972	1,67	Porto Velho
João Batista dos Santos	PRN	5.556	1,55	Jaru
José Mário de Melo	PDT	5.494	1,53	Guajará Mirim
Milene Cristina Benetti Mota	PL	5.272	1,47	Rolim de Moura
João Batista de lima	PDT	5.234	1,46	Cerejeiras
Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos	PSC	5.076	1,42	Espigão Oeste
Cesar Cassol	PDT	4.585	1,28	Santa Luzia
Francisco de Sales Azevedo	PSC	4.479	1,25	Ariquemes
João Ferreira Martins	PTB	4.260	1,19	Porto Velho
José Carlos Oliveira	PTB	4.080	1,14	Alta Floresta
Heitor Luiz da Costa Júnior	PMN	4.067	1,14	Porto Velho
Elizeu Ferreira da Silva	PL	4.055	1,13	Porto Velho
Mauro Nazif Rasul	PSDB	3.954	1,10	Porto Velho
Augusto Tunes Praça	PMDB	3.718	1,04	Pimenta Bueno
José Cunha e Silva Júnior	PMN	3.553	0,99	Presidente Médici
Ivone Abrão de Freitas Pereira	PMN	3.362	0,94	Vilhena
Daniel Pereira	PT	3.241	0,91	Cerejeiras
Sueli Alves Aragão	PMDB	3.157	0,88	Cacoal
Altair Schons	PSDB	3.006	0,84	Vilhena
Rosaria Helena de Oliveira Lima	PT	2.694	0,75	Ouro Preto
Carlos Magno Ramos	PFL	2.484	0,69	Ouro Preto
Donizetti José	PFL	2.463	0,69	Ariquemes

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TER.RO.

Dentre outros aspectos, isso ocorreu em virtude da maior densidade eleitoral desses municípios em comparação com a Capital. Todavia, para além desse aspecto espacial, o domínio político se caracterizou sobretudo pela preponderância de famílias influentes que assumiram o comando das organizações partidárias, de modo que a principal unidade política do estado não eram propriamente os municípios de residência de tais lideranças, mas sim seus grupos familiares. Nesse contexto, a família Danadon elegeu o Deputado estadual Marcos Antônio Danadon; a família Raupp elegeu o Governador e uma Deputada Federal; a família Cassol elegeu o Deputado Cesar Cassol; a família Amorim elegeu o Senador Ernandes Amorim; a família Oliveira elegeu José Carlos de Oliveira; e assim por diante.<sup>34</sup> Em resumo, a política rondoniense passou a ser comandada pelas famílias políticas, presentes nos seus cinquenta e dois municípios.

Paralelamente, consolidou-se o padrão de fragmentação eleitoral iniciado em 1990. Até aquela eleição, a votação era concentrada basicamente nas legendas herdeiras da Arena e do MDB, ou seja, PMDB, PDS e PFL. Na disputa eleitoral de 1990, porém, como já discutido, os votos se pulverizam de maneira bastante acentuada, de modo que nenhum partido obteve mais do que cinco cadeiras na Assembleia Legislativa – em realidade, apenas o PTB atingiu esse número. As demais legendas obtiveram três, duas ou apenas uma representação. Sem dúvida, enquanto a eleição de 1990 sinalizava para o estabelecimento efetivo do multipartidarismo no estado, a disputa de 1994 confirmou essa dinâmica, apontando para a formação de um padrão de competição com uma estrutura bastante aberta às entradas e saídas de partidos num mercado eleitoral marcado pela crescente fragmentação partidária.

Padrão semelhante foi seguido na eleição para Deputado Federal – fragmentação partidária, interiorização da política do estado e seu controle por famílias que dominam as regiões mais ou menos convertidas em seus distritos informais. Como a quantidade de vagas em disputa é bastante menor do que as disponíveis para Deputado Federal, a competição por uma cadeira na Câmara dos Deputados estimula ainda mais o controle familiar das nominatas partidárias, resultando no que se pode chamar de “hereditariedade eleitoral” (NEVES, 2006). As imposições das candidaturas de Olavo Pires, filho do Senador assassinado, Emerson Pires, e da esposa do Governador Valdir Raupp, Mariana Raupp, são exemplos disso. Observe-se também que apenas dois candidatos tinham seu domicílio eleitoral em Porto Velho, enquanto

---

<sup>34</sup> Obviamente, também se destacam algumas lideranças isoladas, como, por exemplo, o ex-Governador José de Abreu Bianco, na região central do estado, e o ex-Senador Expedito Junior, com domicílio eleitoral em Rolim de Moura (2014) e que foi eleito Deputado Federal. Além disso, nessa eleição, a família Gurgaz, embora tenha apoiado diferentes candidatos, não elegeu nenhum de seus membros.

o restante não apenas era do interior do estado como indicava uma distribuição espacial da representação mais dispersa em várias regiões. O **Quadro 18** apresenta os candidatos eleitos e suas votações.

**QUADRO 18 – Deputados Federais Eleitos por Rondônia, em 1994**

Eleitos	Partido	Votação	%	Domicílio Eleitoral
Silvernani dos Santos	PP	20.996	7,12	Jaru
Expedito Ferreira Júnior	PL	20.198	6,85	Rolim de Moura
Ildemar kussler	PSDB	19.224	6,52	Ji Paraná
Confúcio Aires Moura	PMDB	17.396	5,90	Ariquemes
Carlos Alberto Camurça	PP	15.573	5,28	Porto Velho
Emerson Serpa Pires	PSDB	14.744	5,00	Porto Velho
Eurípedes Miranda	PDT	12.900	4,38	Ji Paraná
Marinha Raupp de Matos	PSDB	11.683	3,96	Rolim de Moura

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. TER-RO.

Não obstante, a característica que mais se destaca é a inflexão na dispersão dos votos. A disputa para a Câmara dos Deputados, que havia resistido um pouco mais à fragmentação do voto em relação ao que ocorreu no caso da competição para Deputado Estadual, dava início ao multipartidarismo efetivo. Até a eleição de 1990, como vimos, as cadeiras de Deputado Federal sempre se concentravam em duas legendas – no começo, concentravam-se no PMDB e no PDS/PFL, depois, concentrou-se ainda mais, quando, em 1990, quase todos os cargos ficaram com o PTB. Nessa eleição de 1994, todavia, enquanto o PSDB conquistou três cadeiras, o restante ficou dividido com o PMDB, o PDT, o PL e o PP.

Mesmo a disputa das vagas no Senado foi fragmentada, a despeito de esta ser uma competição majoritária, envolvendo nessa rodada eleitoral apenas duas cadeiras. Na ausência de coordenação eleitoral das famílias políticas, apresentaram-se onze candidatos, distribuídos pelos seguintes partidos: PDT, PMDB, PT, PFL, PRP e Prona. Entre os concorrentes, o Senador Amir Lando buscava sua reeleição e tinha a perspectiva de capitalizar sua projeção nacional como o relator do processo do impeachment do Presidente Fernando Collor. Lando havia assumido o cargo na condição de suplente do Senador Olavo Pires e, portanto, seu desempenho eleitoral ainda era um tanto incerto; mas o PMDB tinha a expectativa de que sua participação no impedimento do Presidente seria suficiente para mantê-lo no Senado. Entretanto, isso não ocorreu. Como se pode observar no **Quadro 19**, foram eleitos os dois candidatos do PDT, cujas votações somadas quase chegaram a 50%.

**QUADRO 19 – Resultado da Eleição para o Senado em Rondônia, em 1994**

Candidatos	Partido	Votação	%
José de abreu Bianco	PDT	157.059	25,28
Ernandes Amorim	PDT	133.239	21,44
Amir Lando	PMDB	117.079	18,84
Eduardo Valverde Alves	PT	39.831	6,41
Luiz Malheiros Tourinho	PFL	34.443	5,54
Israel Xavier batista	PT	30.743	4,94
Manoel Francisco da Silva Neto	PRP	30.547	4,91
Roque José de Oliveira	PMDB	27.925	4,49
Mauricio Calixto da Cruz	PFL	20.809	3,34
Antônio Morimoto	PPR	20.574	3,31
Rogério Oliveira da Cruz	PRONA	8.938	1,44

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Assim como nas eleições anteriores, em termos estruturais, o sistema partidário de Rondônia seguiu de perto o padrão observado no nível nacional. A formação do multipartidarismo competitivo, iniciada de maneira mais demarcada na disputa de 1990, confirma-se e se acentua no processo eleitoral de 1994. A **Tabela 6** traz dados que permitem essa visualização comparativa entre o nível estadual de Rondônia, mostrado nos dados anteriores, e o sistema partidário nacional, considerando-se as votações agregadas dos partidos em todo o país. Emergia ali um sistema ainda mais aberto à competição, com constantes entradas e saídas de partidos. Considerando-se os cargos executivos e legislativos conquistados, afirmava-se um quadro com alguns partidos grandes – o PMDB, o PFL e o PSDB, todos herdeiros diretos ou indiretos do bipartidarismo do regime autoritário –, diversos partidos médios – o PP, o PTB, o PPR, o PDT e o PT – e vários partidos pequenos.

**TABELA 6 – Cargos Conquistados pelos Partidos nas Eleições de 1994 em todo o País, em Números Absolutos**

Partido	Governador	Senador*	Deputado Federal
PMDB	9	14	106
PFL	2	10	90
PTB	1	3	32
PSDB	6	9	63
PL			13
PP		3	33
PPR	3		51

PSC			3
PDT	2	4	34
PT	2	4	50
PCdoB			10
PSB	2	1	15
PRN			1
PMN			4
PSD			3
PPS			2
PRP			1
PV			1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral -

Portanto, similarmente ao que ocorria em menor escala em Rondônia, a fragmentação partidária nacional aumentava, confirmando o estabelecimento do mercado eleitoral multipartidário no país (PERES, 2005). Ao mesmo tempo, essa estrutura de competição aberta e diversa, redundava na crescente complexidade de se gerenciar as indispensáveis coalizões de governo (HIROI, 2013); ou seja, cada vez mais, o chefe do Executivo poderia enfrentar dificuldades para formar e para manter coalizões que seriam crescentemente inclusivas e heterogêneas. Inclusivas porque, nos médio e longo prazos, a fragmentação partidária, incremental, redundaria num sistema com poucas legendas grandes e muitas de tamanho médio, de modo que, para controlar a maioria dos votos legislativos, seria necessário, sempre, aumentar a quantidade de partidos que compõem a coalizão. Em decorrência disso, seria elevada a probabilidade de que, a cada novo ciclo eleitoral, essas coalizões fossem sempre mais heterogêneas em termos programáticos ou ideológicos. Em resumo, fragmentação eleitoral crescente conduz à pulverização das legendas e, no limite, impõe um paradoxo a ser enfrentado pelos governos: é inevitável a formação de coalizões amplas, porém, quanto mais amplas as coalizões, maiores as chances de que a oposição à agenda do Executivo advenha de sua própria base de apoio no Parlamento.

Pode-se dizer que, em alguma medida, esse padrão de multipartidarismo fragmentado que se consolidou nas eleições gerais de 1994 impactou as relações entre Executivo e Legislativo em Rondônia. Conseqüentemente, as tensões que caracterizaram a interação dos Governadores com a Assembleia Legislativa nas gestões anteriores continuaram elevadas. Ao lado disso, há um elemento adicional, qual seja, a Quarta Legislatura da Assembleia foi aquela que teve a maior renovação dos representantes e, com isso, forçou o estabelecimento de uma nova relação de forças que perpassavam os partidos e que tinha nas famílias políticas

sua identificação. Essa renovação foi favorecida pelos mais diversos fatores, tais como a não-recandidatura de Deputados Estaduais que decidiram concorrer à Câmara dos Deputados ou que simplesmente resolveram não concorrer por outros motivos, além do elevado número de candidatos à reeleição que acabaram não mantiveram seus cargos. Desse modo, dos vinte quatro Deputado Estaduais que exerciam o mandato até a eleição, apenas quatro retornaram à Assembleia. Essa renovação, concomitantemente à pulverização dos votos e a consequente fragmentação parlamentar, tornava imperiosa a formação de um governo de coalizão ainda maior em tamanho e heterogeneidade ideológica, uma vez que a Assembleia Legislativa seria composta por mais partidos médios e pequenos.

Dada tal situação, o Governador Valdir Raupp procurou construir um bloco governista que facilitasse a aprovação de seus projetos. Seu partido, o PMDB, contava com apenas quatro Deputados, o que significava ser necessário atrair mais nove parlamentares para sua base de apoio, de forma a assegurar pelo menos a maioria absoluta da Assembleia Legislativa. Para tanto, Raupp negociou com partidos de diferentes ideologias a distribuição de cargos de primeiro e segundo escalão. O caso mais emblemático foi a aliança com o PT que, nacionalmente, não era aliado do PMDB, muito pelo contrário; ademais, o Vice-Governador era do PSDB, outro adversário direto do PT no nível nacional. Em outra frente, o Governador negociou apoio do Vice-Presidente da Assembleia, o Deputado do PTB, Carlão Oliveira, e, com isso, conseguiu a adesão dos Deputados Milene Mota, Lucia Tereza, Ivone Abrão, Elizeu Silva.

Essas negociações levaram à formação de um bloco governista no Parlamento estadual composto pelo PT, PTB, PSDB, PMDB e PFL, totalizando dez deputados – cerca de 41,5% da Casa Legislativa. Porém, esse quantitativo ainda estava aquém da maioria absoluta. Os demais apoios teriam que ser negociados pontualmente, a cada projeto, o que, em princípio, envolveria a negociação de outros recursos, como cargos de terceiro escalão, por exemplo (FREITAS, 2015). Mas esse arranjo não foi capaz de dar estabilidade ao governo, como indica a alta rotatividade de Secretários – considerando-se, mais uma vez, que uma única alteração em qualquer Secretaria caracteriza uma mudança na composição do Gabinete, o governo Raupp teve quinze configurações diferentes. Como mostram os dados do **Quadro 20**, foram muitos os casos de Secretários sem filiação partidária, muito embora, como já destacado, não ser filiado não significa que esses indivíduos fossem desprovidos de qualquer vínculo com os grupos políticos e seus respectivos partidos, pelo contrário, muitos deles eram ligados às lideranças das legendas que estavam próximos do governo. Não obstante, isso indica que tais nomeações estavam mais vinculadas aos caciques políticos do que às legendas

enquanto estruturas organizacionais, e que, portanto, havia conflitos internos aos partidos envolvendo famílias e clãs diversos. Tudo isso tinha que ser articulado no governo numa difícil gestão da coalizão, daí a instabilidade do Gabinete do governo.

**QUADRO 20 – Gabinetes Formados Pelo Governo de Valdir Raupp [1995-1998]**

<b>Nomeados</b>	<b>Permanência [Mês/Ano]</b>	<b>Partido</b>	<b>Secretarias</b>	<b>Área</b>
Maurício Calixto Antônio Gurgel José da Silva Filho	01/1995 – 06/1996 06/1996 – 02/1998 02/1998 – 12/1998	PFL PFL PFL	Administração	Econômica e Administrativa
Oswaldo Luiz Pittaluga Wilson Stecca Sebastião de Oliveira	01/1995 – 09/1995 09/1995 – 02/1998 02/1998 – 12/1998	PT PMDB PMDB	Agricultura e Abastecimento	
Renato da Costa Mello Emerson Teixeira* Eduardo Saboya Montenegro	01/1995 – 02/1997 02/1997 – 02/1998 02/1998 – 12/1998	Sem Filiação PSB PMDB	Desenvolvimento Ambiental	
João Closs Júnior Franco Maegaki Arno Voigt José de Albuquerque	01/1995 – 06/1995 06/1995 – 10/1995 10/1995 – 10/1998 10/1998 – 12/1998	Sem Filiação Sem Filiação PMDB PDT	Fazenda	
Luiz Malheiros Tourinho Aparecido José	01/1995 – 03/1998 02/1998 – 12/1998	PFL Sem Filiação	Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia	
Tomás Guilherme Correia Luiz Carlos Valadares	01/1995 – 03/1998 03/1998 – 12/1998	PMDB PMDB	Obras e Serviços Públicos	
Emerson Teixeira Janilene Vasconcelos José de Albuquerque Aldenor José Neves	01/1995 – 02/1997 02/1997 – 04/1998 04/1998 – 10/1998 10/1998 – 12/1998	PT PMDB PDT Sem Filiação	Planejamento e Coordenação Geral	

Quadro20. Continuação.

Nomeados	Permanência [mês/ano]	Partido	Secretaria	Área
José de Almeida Júnior Claudio Roberto de Souza	01/1995 – 10/1998 10/1998 – 12/1998	Sem Filiação PMDB	Casa Civil	Política
Domênico Laurito José de Albuquerque Dirceu Bettiol Neuza Vieira	01/1995 – 07/1995 07/1995 – 10/1995 10/1995 – 03/1998 03/1998 – 12/1998	PMDB PMDB PMDB Sem Filiação	Educação	Social
Jorge Muniz Barreto	01/1995 – 07/1995	PSDB	Justiça e Cidadania**	
Aparício Carvalho de Moraes Mauro Rasul Alexandre Rech Nelson de Azevedo Álvaro Gerhardt	01/1995 – 09/1996 09-1996 – 09/1996 09/1996 – 10/1996 02/1998 – 07/1998 07/1998 – 12/1998	PSDB PSDB Sem Filiação Sem Filiação Sem Filiação	Saúde	
Wanderley Martins Mosini Carlos Cezar Pizzano	01/1995 – 02/1998 10/1998 – 12/1998	Sem Filiação PSDB	Segurança Pública	
Maria Ines da Silva Dilceu Machado Josias Muniz de Almeida	01/1995 – 04/1996 04/1996 – 02/1997 02/1997 – 12/1998	PSB PMDB PMDB	Trabalho e Ação Social	

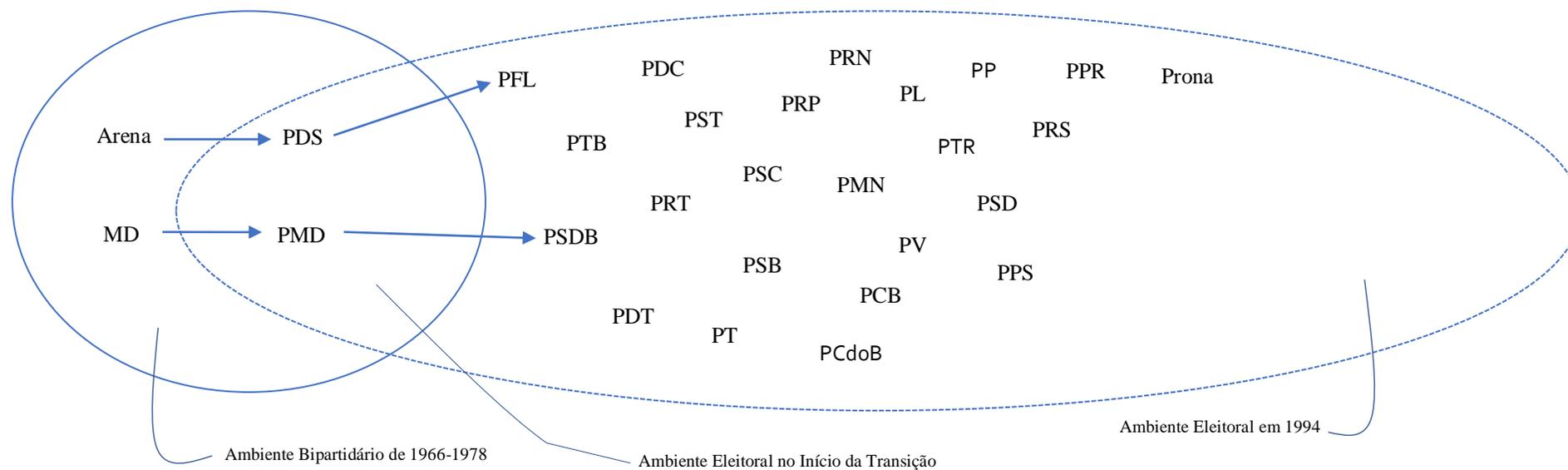
Fonte: Secretarias de Estado de Rondônia, base de dados do TSE sobre filiação partidária e Freitas (2015) Base de dados de Vitor de Sandes Freitas, elaborada com recursos da FAPESP, por meio de pesquisa organizada pelo CEPES/FGV-SP.

**Nota Explicativa:** \*O Secretário Emerson Teixeira desfilou-se do PT, mas continuou no governo. \*\*A Secretaria de Justiça e Cidadania foi incorporada à pasta de Segurança Pública, em junho de 1995.

Durante o mandato de Raupp, apenas uma Secretaria não teve alteração, a da Justiça e Cidadania, porém, ela foi extinta ainda no primeiro ano de sua administração, em 1995. As pastas menos instáveis foram a da Casa Civil e da Segurança Pública, que contaram com dois Secretários cada uma. Com cinco nomeados, a Secretaria de Saúde foi a pasta em que houve a maior rotatividade, além de ser aquela que contou com um número mais elevado de não-filiados. Depois, com quadro Secretários, as maiores instabilidades foram registradas nas Secretarias da Fazenda, do Planejamento e da Coordenação e da Educação. No caso dos nomeados que possuíam vínculos formais com os partidos, predominaram indicados do PMDB e do PFL, seguidos pelos nomeados que eram oriundos do PSDB. O PFL dominou a pasta da Administração durante todo o período, enquanto o PMDB, além da Casa Civil, passou a controlar cada vez mais o Secretariado, especialmente as pastas de Agricultura e Abastecimento, Obras e Serviços Públicos, Educação e Trabalho e Ação Social. No caso dos partidos de esquerda, o PT esteve presente apenas no início governo, enquanto o PSB e o PDT tiveram uma pequena participação.

Nesse quadro, como se pode depreender da comparação entre as diversas composições do Secretariado de Raupp e as bancadas eleitas para a Assembleia Legislativa de Rondônia, prevaleceu uma distribuição assimétrica das pastas em relação à força dos partidos no Parlamento. Mais do que isso, esse desequilíbrio foi amplamente favorável ao PMDB, partido do Governador, cuja representação se resumia a quatro cadeiras. Mesmo o PFL, que ganhou espaço considerável na administração, detinha uma quantidade de Secretarias desproporcional à sua bancada de apenas dois Deputados Estaduais. Acontece que a fragmentação parlamentar naquele período já era bastante elevada, como mostra o **Fluxograma 4**, onde aparecem todos os partidos que disputaram a eleição para pelo menos algum dos cargos. Isso, forçosamente, demandava uma coalizão muito ampla e heterogênea. Mesmo assim, se somarmos todos os partidos que estiveram no gabinete do governo em algum momento, a quantidade de legendas da bancada de apoio ao Executivo totalizava, no máximo, a treze cadeiras – o PSB, que chegou a ocupar duas Secretarias, sequer tinha representação na Assembleia Legislativa.

**Fluxograma 4 – Ambientes Formativos dos Partidos e das Lideranças na Transição Democrática [1966-1994]**



Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011).

A instabilidade do gabinete de governo, em realidade, indicava a engenharia política que Raupp teve de fazer o tempo todo para assegurar alguma governabilidade perante uma Assembleia Legislativa bastante fragmentada. Apesar dos percalços, o Governador conseguiu aprovar mais pontos de sua agenda do que os seus predecessores – seus projetos encaminhados ao Parlamento, é claro, eram minuciosamente negociados, mas, com frequência, aprovados (FREITAS, 2015). A cada reforma administrativa, o Governador procurava incorporar novos aliados que lhe permitissem manter uma satisfatória taxa de aprovação das políticas de seu interesse. Para tanto, Raupp recorreu à distribuição de cargos de adjunto e de segundo escalão nos municípios – tais indicações correspondiam à cota que cabia aos parlamentares de cada região do estado. Somando-se a isso, havia, ainda, os acordos envolvendo a composição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, espaço que Raupp manteve sob seu controle. Outro fator relevante foi a articulação do governo com o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Carlão Oliveira, cujos incentivos para a negociação do apoio do PTB visando o fortalecimento do partido e o apoio dos Deputados ao governo na Assembleia Legislativa, como anteriormente citado.

Não obstante, o baixo atendimento às demandas individuais dos Deputados contribuiu para o constante esgarçamento das relações entre o Governador e a Assembleia Legislativa. Para agravar a situação, sucessivos escândalos envolvendo o governo, incluindo o que gerou maior repercussão nacional e internacional, a chacina de Corumbiara,<sup>35</sup> tumultuaram ainda mais o apoio legislativo à agenda de Raupp. Inclusive, esse episódio marcou o rompimento do PT com o governo,<sup>36</sup> assim como de vários deputados de outros partidos que até então davam-lhe sustentação. Alguns membros do PT, entretanto, permaneceram no governo, mas tiveram que se desfiliar do partido. Assim, a popularidade do governo foi abalada de maneira significativa ao longo de sua gestão, aprofundando-se com a crise econômica do Estado, com escândalos de corrupção e o atraso no pagamento dos servidores. Deputados que tentariam a reeleição

---

<sup>35</sup> Tratou-se de um grave conflito agrário num município do interior do estado, que consistiu numa tentativa de retomada e reintegração de posse de área por parte da Polícia Militar, resultando na morte de vários trabalhadores rurais.

<sup>36</sup> Em entrevista à Folha de São Paulo, em agosto de 1995, o governador Valdir Raupp deixou claro o rompimento com o PT: “Isso aí estava preparado pelo PT em todo o Brasil. Ninguém prepara um movimento desses da noite para o dia. Não tenho mais ninguém do PT no governo. Pelo que estou vendo, os líderes e o PT querem provocar mesmo é uma desordem no país. Isso está ficando bem claro. Não tenho nada contra os posseiros, 99% deles são pessoas humildes, trabalhadoras e até inocentes. Mas tem aí uma meia dúzia de pessoas infiltradas que deveriam estar é na cadeia”.

afastaram-se do Governador para evitar desgastes e, com isso, Raupp enfrentou dificuldades ainda maiores no final de seu mandato.

## Capítulo 4

### **Multipartidarismo com Subsistemas Fragmentados: A Consolidação da Estrutura de Competição Aberta**

#### **1. Introdução**

Neste Capítulo, analiso o quadro partidário que emergiu do processo de transição. Esse quadro, como veremos, é complexo, pois o que ocorreu foi a formação de subsistemas partidários com ritmos e níveis diferentes de fragmentação partidária, de instabilidade eleitoral e abertura à competição. Descrevo a formação de um quadro em que, de modo geral, consolida-se o predomínio dos partidos herdeiros no mercado eleitoral do estado – PMDB, PSDB, PDS/PPR/PPS e PFL. Inserem-se nesse mercado e mostram potencial de crescimento o PT, o PDT e o PTB, seguidos de perto pelo PSB. Cotejando-se todos os subsistemas, portanto, temos a configuração de um quadro multipartidário bastante demarcado. Isso, porém, como veremos, varia de acordo com a fórmula eleitoral e a magnitude do distrito dos cargos em disputa.

À medida que a fragmentação partidária se acentua, principalmente no subsistema das eleições para a Assembleia Legislativa, mais conflituosas se tornam as relações entre o Executivo e o Legislativo estaduais. Nesse período, escândalos de corrupção, aliados à baixa cooperação dos Deputados Estaduais com o Governador, conduzirão a uma grave crise institucional. A baixa governabilidade se refletirá na alta rotatividade do Secretariado – mudanças constantes de Secretários, reformas estruturais na composição das pastas, perfis pouco partidários dos gabinetes, serão a tônica das duas administrações que encerraram o período da transição democrática.

## 2. As Eleições de 1998 e Reconfiguração da Bipolaridade na Disputa para Governador

Nas eleições de 1998, o PMDB formou um arco de alianças mais amplo a fim de assegurar a reeleição de Valdir Raupp. Sua coligação abrangeu o PDT, o PTB, o PPS, o PRN e o PSDB, e tinha como missão superar nas urnas o desgaste do governo, assolado por denúncias de corrupção e pelo massacre de Corumbiara. Em contrapartida, o PFL, seu antigo aliado, decidiu deixar o governo para lançar candidatura própria – o Senador José de Abreu Bianco. Esse movimento, porém, trouxe tensões internas ao partido, pois havia divergências em relação a tal estratégia.<sup>37</sup> Apesar disso, o Senador Bianco saiu candidato ao governo do estado e capitaneou as insatisfações da população em relação ao Governador. Assim, ele passou a ser o principal oponente no pleito, que ainda contou com um representante da família Danador, Melki Danador, que concorreu pelo PSC; Ernandes Amorim, por sua vez, concorreu pelo PPB – uma fusão dos antigos PPR e PDS –; o PT também lançou candidatura própria.

Os resultados do primeiro e do segundo turnos reforçaram a dinâmica bipolar da competição para o governo do estado. Agora, a tradição arenista que havia sido representada pelo PDS e que passou a ser liderada pelo PFL voltou ao páreo, ao lado do PMDB, que tinha conseguido voltar ao protagonismo eleitoral nesse nível de disputa já na eleição anterior. Ou seja, não apenas se manteve a bipolaridade na disputa do cargo de Governador, como retornava a tradicional liderança dos partidos herdeiros da Arena e do MDB. Como mostra o **Quadro 21**, apesar dos problemas em seu governo, Raupp conseguiu um bom desempenho, chegando a ir ao segundo turno e a conquistar uma expressiva votação. Portanto, apesar de não ter sido reeleito, sua candidatura contribuiu para a consolidação do PMDB como uma das duas forças políticas mais relevantes de Rondônia. Do mesmo modo, a estratégia pefelista de lançar candidatura própria se mostrou acertada, pois, mesmo sem coligação, a legenda não apenas conquistou o governo estadual, levando José Bianco ao cargo de chefe do Executivo, como voltou à posição de liderança partidária em Rondônia.

---

<sup>37</sup> Como foi o caso do Senador Odacir Soares, que se colocou frontalmente contrário à decisão, como chegou a ser destacado, à época, em matéria do jornal Folha de São Paulo 1997..

**QUADRO 21 – Resultado da Eleição para Governador de Rondônia, em 1998**

Candidato	Partido	Coligação	Votos 1º Turno	%	Votos 2º Turno	%
José Bianco	PFL	Sem coligação	161.831	35,31	268.624	53,60
Valdir Raupp	PMDB	PDT PTB PPS PRN PSDB	157.226	34,30	232.579	46,40
Melki Donadon	PSC	PST PTN PRTB PSD PRP PRONA	86.171	18,80		
José Neumar	PT	PV PCdoB	34.607	7,55		
Ernandes Amorim	PPB	Sem coligação	18.484	4,03		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. TRE-RO.

De fato, tratou-se de uma das disputas mais competitivas pelo governo do estado desde sua criação – a distância entre Bianco e Raupp, no primeiro turno, foi de cerca de 1% de votos. Apenas a eleição de 1990 foi mais competitiva, quando, além da distância entre os dois primeiros colocados, Olavo Pires (PTB) e o próprio Valdir Raupp (PRN), também ter ficado em torno de 1%, a diferença entre estes e a terceira força eleitoral, representada naquela disputa por Osvaldo Piana (PTR), foi de pouco mais de 2%. Em realidade, essa foi a menor distância entre a qualquer terceira força das eleições para Governador, que sempre contou com votações expressivas [18%, em 1986; 22,23%, em 1990; 8,7%, em 1994; e 18,8% em 1998], e os dois primeiros colocados. Nesse contexto competitivo, quem se destacou foi o PMDB, ao vencer as disputas de 1986 e 1994, enquanto o PFL venceu a de 1998.

Em relação à disputa pelas vagas na Câmara dos Deputados, como se pode observar no **Quadro 22**, as oito cadeiras que cabem ao estado foram conquistadas por cinco legendas, o que dá uma razão de 1,6 vagas por partido. Ou seja, mesmo com a pequena magnitude do distrito estadual, a dispersão dos votos foi elevada, resultando numa alta fragmentação

eleitoral – PSDB, PDT e PFL elegeram dois Deputados, enquanto PMDB e PTB elegeram apenas um. Comparando-se com a disputa anterior, quanto as vagas também ficaram sob o controle de cinco partidos, essa foi uma disputa com menos concentração das cadeiras legislativas – antes, o PSDB ficou com três vagas, enquanto o PP ficou com duas e os demais [PL, PMDB, PDT] ficaram cada um com uma vaga.

Essa dispersão correspondia à combinação da consolidação dos partidos herdeiros da Arena e do MDB, um perfil que se tornava cada vez mais nítido à medida que a série temporal de eleições avançava, com o fortalecimento de partidos realmente novos que vinham ocupando os espaços principalmente da esquerda e da direita. PSDB, PMDB e PFL obtiveram cinco cadeiras na Câmara dos Deputados; por outro lado, PDT e PTB alcançaram três representações. Também houve dispersão espacial dos votos, decorrente da interiorização das novas lideranças políticas, um movimento que já vinha se desenhando desde a redemocratização. Três eleitos eram da Capital e, cinco, do interior do estado.

#### QUADRO 22 – Resultado da Eleição para Deputado Federal de 1998

Eleitos	Partido	Votação	%	Domicílio Eleitoral
Eurípedes Miranda	PDT	34.913	7,59	Porto Velho
Marinha Raupp	PSDB	28.780	6,26	Rolim de Moura
Oscar Andrade	PFL	27.910	6,07	Porto Velho
Expedito Júnior	PFL	25.304	5,50	Rolim de Moura
Confúcio Moura	PMDB	23.565	5,13	Ariquemes
Agnaldo Muniz	PDT	20.146	4,38	Cacoal
Sérgio Carvalho	PSDB	18.513	4,03	Porto Velho
Nilton Capixaba	PTB	15.220	3,31	Cacoal

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia –TRE.RO

No caso da competição pela única vaga disponível no Senado – tratava-se da renovação de 1/3 da Casa Legislativa –, a disputa foi acirrada e envolveu diversos candidatos. A competição foi relativamente acirrada e contou com três candidaturas que obtiveram votações expressivas, como mostra o **Quadro 23**, mais à frente. Silvana Davis, vereadora de Porto Velho e filiada ao Partido Liberal, lançou-se à vaga pela coligação formada pelo PSB, PSL, PSDC, PSN, ficando em terceiro lugar com uma votação expressiva, principalmente se considerarmos os nomes tradicionais que estavam no páreo. Amir Lando, ainda no cargo de Senador, ao qual havia chegado pela via da suplência, como já mencionado, saiu-se candidato mais uma vez pelo PMDB; seu principal opositor era Odacir Soares, que se notabilizou por

defender enfaticamente o ex-Presidente Collor durante seu processo de impeachment,<sup>38</sup> do qual Lando havia sido o relator, como também já aludido. Com uma diferença de cerca de 8% de votos, Lando conseguiu conquistar a vaga, numa coligação liderada pelo PMDB e que continha outros cinco partidos – PDT, PSDB, PPS, PTB e PRN.

Considerando-se que havia apenas uma vaga em questão, o nível de fragmentação dessa competição foi relativamente elevado, mas seus protagonistas, de um modo geral, eram antigas lideranças. Embora seja um cargo legislativo, a competição pela vaga no Senado segue o princípio de representação majoritário, o que significa que os partidos são mais cuidadosos em relação às indicações das candidaturas, que são sempre objeto de intensas disputas e negociações estratégicas. A candidatura ao Senado, muitas vezes, é utilizada como recurso para barganhas na construção de coligações eleitorais ou outras formas de apoios informais. Um partido pode abrir mão de indicar candidato ao Senado, por exemplo, para ter o apoio de outro partido em relação ao seu candidato ao governo do estado. Quando tal estratégia é utilizada, abre-se espaço para divergências internas entre as elites tradicionais que controlam a legenda, porque isso significa que um espaço relevante de poder será cedido a outro partido, visando ao objetivo maior de se tentar conquistar o cargo de Governador, por exemplo, ou até mesmo o cargo de Presidente da República. Enfim, a eleição para o Senado é central nas estratégias partidárias e, em virtude do reduzido número de vagas, tal candidatura geralmente é reservada aos políticos mais tradicionais que dominam o partido há mais tempo. Em linhas gerais, essa foi a dinâmica na eleição de 1998, em Rondônia.

---

<sup>38</sup> O próprio Senador Odacir Soares fazia questão de enfatizar isso, como, por exemplo, numa entrevista ao Diário da Amazônia, no dia 22 de março de 2013, em que ele afirmou: “Fui fiel até o fim, porque entendia que a decisão do Congresso era inconstitucional, uma vez que o instituto do impeachment do presidente não havia sido recepcionado pela Constituição de 88. Tanto é, que depois da aprovação da nova Constituição, o senador Jutay Magalhães (PSDB-BA) apresentou um projeto de lei complementar que regulava o processo de impedimento do presidente da República. Na defesa do presidente Collor eu nunca discuti o mérito da acusação e, sim, a parte constitucional. Sem considerar as ilegalidades que foram praticadas pelo Congresso, pelo Supremo Tribunal Federal e na Presidência da Comissão Processante”.

**QUADRO 23 – Resultado da Eleição para Senador em Rondônia, em 1998**

Candidato	Partido	Coligação	Votação	% validos
Amir Lando	PMDB	PDT PSDB PTB PPS PRN	188.051	18.166
Odacir Soares	PTB	Sem Coligação	112.727	10.890
Silvana Dias	PL	PSB PSL PSDC PSN	71.974	6.953
Paulino Rocha	PT	PCdoB PV	36.572	3.533
Aparício Carvalho	PSDB	Sem Coligação	25.598	2.473
Lauro Junqueira	PFL	Sem Coligação	8.945	0.864
Antônio Morimoto	PMN	Sem Coligação	5.911	0.571

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TER.RO.

Em relação à Assembleia Legislativa, essa eleição confirmou o padrão de fragmentação partidária, como se pode observar no **Quadro 24**. Nove legendas conseguiram vagas no parlamento estadual: o PMDB e o PDT elegeram quatro Deputados, seguidos do PSDB e PFL, com três, e do PTB, PPB, PT, PTB e PSC, cada qual com dois. Desse modo, no Legislativo estadual, mesmo partidos nacionalmente grandes, como o PMDB, o PFL e o PSDB, eram legendas diminutas, com bancadas reduzidas. Conseqüentemente, partidos de pequeno porte mantiveram-se indispensáveis na formação de coalizões minimamente majoritárias para assegurar alguma governabilidade. Esse tipo de fragmentação partidária, portanto, elevava o *potencial de governo* dos pequenos partidos, conforme supôs Sartori (1984) em seus apontamentos teóricos.<sup>39</sup>

<sup>39</sup> Segundo o autor, “a força de um partido é, em primeiro lugar, a sua força eleitoral. (...) Mas, os votos são traduzidos em cadeiras, e isso nos leva à força do partido no Parlamento, (...) que é, em última análise, o que realmente importa, uma vez terminadas as eleições. (...) [Assim,] quanto mais numerosos os partidos, mais devemos indagar sobre o potencial de governo ou potencial de coalizão de cada um deles. O que realmente pesa na balança do multipartidarismo é a proporção em que um partido pode ser necessário para uma coalizão, para uma ou mais das possíveis maiorias governamentais. Um partido pode ser pequeno, mas ainda assim ter um forte potencial de negociação numa coalizão” (Idem, p. 146).

**QUADRO 24 – Deputados Estaduais Eleitos em Rondônia, em 1998**

<b>Eleitos</b>	<b>Partido</b>	<b>Votação</b>	<b>%</b>	<b>Domicílio eleitoral</b>
João Batista dos Santos	PMDB	12.890	2,54	Jaru
Sueli Alves Aragão	PMDB	10.941	2,16	Cacoal
Milene Mota	PTB	9.531	1,88	Rolim de Moura
Marcos Donadon	PSC	9.433	1,86	Colorado
Haroldo Santos	PPB	8.417	1,66	Ouro Preto
Everton Leoni	PSDB	7.455	1,47	Porto Velho
José Carlos Oliveira	PTB	6.929	1,37	Alta Floresta
José Mário de Melo	PDT	6.836	1,35	Guajará Mirim
Renato Veloso	PFL	6.593	1,30	Ji Paraná
Ramiro Negreiros	PDT	5.742	1,13	Ji paraná
<u>Silvernani Santos</u>	PFL	5.481	1,08	Jaru
Evanildo Abreu de Melo	PMDB	5.459	1,08	Porto Velho
Francisco Carvalho da Silva	PMDB	5.445	1,07	Presidente Médici
César Cassol	PDT	5.101	1,01	Santa Luzia
Mauro de Carvalho	PSDB	5.078	1	Ministro Andreazza
Paulo Moraes	PDT	4.951	0,98	Porto Velho
Natanael José da Silva	PPB	4.755	0,94	Ariquemes
<u>Mauro Nazif</u>	PSDB	4.734	0,93	Porto Velho
Ronilton Rodrigues Reis	PL	4.397	0,87	Ouro Preto
Kaká Mendonça	PSC	4.097	0,81	Pimenta Bueno
Emílio Paulista	PFL	4.065	0,80	Cacoal
Edézio Martelli	PT	3.853	0,76	Alvorada
Celso de Oliveira Souza	PL	2.933	0,58	Santa Luzia
Daniel Pereira	PT	2.747	0,54	Cerejeiras

**Fonte:** Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TER.RO

Aliás, a fragmentação do sistema partidário em Rondônia seguia de modo similar à dinâmica nacional, como já vinha ocorrendo nas eleições anteriores. Observe-se que, como mostra a **Tabela 7**, mais adiante, a distribuição dos cargos de Governador, Senador e Deputado Federal em todo o país conformava um quadro de legendas de tamanhos médio e pequeno, principalmente no caso da Câmara dos Deputados, um espaço institucional com um número maior de vagas e, por consequência, mais sujeito à dispersão da representação partidária. Paralelamente, consolidavam-se alguns grandes partidos mais competitivos nas disputas majoritárias para os governos dos estados e o Senado – tais eram os casos do PMDB, do PSDB e do PFL.

Indubitavelmente, a estrutura partidária formada e o capital eleitoral acumulado pelas legendas do bipartidarismo autoritário conferiram vantagens comparativas aos seus herdeiros diretos e indiretos. PMDB e PSDB, ambos originários do MDB, conquistaram conjuntamente 16 cadeiras senatoriais e 13 cargos de Governador; o PFL, por sua vez, herdeiro indireto da Arena, obteve 6 vagas no Senado e 5 governadorias. Esses partidos também dominaram amplamente a disputa para a Câmara dos Deputados – PMDB e PSDB somaram 182 cadeiras, e PFL e PPB, antigo PDS, obtiveram, conjuntamente, 136 vagas.

Além da dispersão dos votos, outro padrão que vinha se estabelecendo desde as duas últimas eleições se confirmava, qual seja, a interiorização das lideranças e, com ela, a prevalência das famílias políticas no controle dos partidos nas localidades do estado – essa situação pode ser exemplificada eleição de membros das famílias Donadon, Oliveira, Cassol, Mota, Santos, Mendonça e Aragão. Note-se, ainda, a elevada presença de Deputados da maioria das microrregiões de Rondônia, cujas cidades de residência são polos de pequenos municípios. Na prática, cada grupo, cada família, cuidava de sua paróquia eleitoral, e a competição política consistia na tentativa de se encontrar algum espaço nesse domínio. Por isso, na campanha eleitoral, era indispensável fazer referência aos “serviços prestados” à localidade, pois entregar as políticas para a clientela era o que reduzia a incerteza quanto à eleição ou reeleição desses líderes personalistas, ou o fator que poderia levar uma nova liderança a conquistar algum nicho nesse mercado eleitoral – obviamente, outros fatores também são essenciais, como as coligações, desde que estas não venham a se chocar com os interesses e domínios das famílias políticas.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> As principais pesquisas sobre coligações eleitorais no Brasil do recente período democrático podem ser conferidas em três livros dedicados ao tema, organizados por Krause e Schmitt (2005), Krause, Dantas e Miguel (2010) e Krause, Machado e Miguel (2017). Em alguma medida, o predomínio dos interesses locais e das famílias políticas são variáveis explicativas do perfil transideológico das coligações eleitorais nas disputas pelas prefeituras do país (DANTAS, 2007; DANTAS e PRAÇA, 2010; MIGUEL e MACHADO, 2010). Embora toda essa literatura interprete tal padrão de alianças como ideologicamente incoerente e, desse modo, disfuncional para o sistema partidário nacional, há quem considere que a lógica contextual dos interesses locais corresponde a uma racionalidade ecológica que é fundamental para os partidos políticos no que se refere à coordenação estratégica de sua ação numa dinâmica de competição em três níveis – o nacional, o estadual e o municipal (PERES; LENINE, 2017).

**TABELA 7 – Cargos Conquistados pelos Partidos nas Eleições de 1998 em todo o País, em Números Absolutos**

Partido	Governador	Senador*	Deputado Federal
PMDB	6	12	83
PFL	6	5	105
PTB			31
PSDB	7	4	99
PL			12
PSC			2
PDT	1		25
PT	3	3	59
PCdoB			7
PSB	2	1	18
PV			1
PPB	2	2	60
PPS			3
PSD			3
Prona			1
PSL			1
PST			1
PMN			2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Com efeito, as eleições de 1998 representaram o ponto culminante do processo de interiorização da representação e do controle da política local pelos grupos familiares. Na verdade, pode-se dizer, essas eleições consolidaram o domínio de famílias políticas que persistem até hoje<sup>41</sup>, como indicado no **Quadro 25**. Essencialmente, Rondônia reproduzia um fenômeno que também se manifestou em outros locais do país, dando seguimento à tradição de transmissão do poder representativo de pai pra filho, de marido pra esposa, entre outros arranjos sucessórios (cf. HAGOPIAN, 1996). Essa prática, muitas vezes, consistiu na estratégia de aderir às demandas por renovação na política, mantendo-se seu controle no âmbito da mesma família ou do mesmo grupo. Para tanto, velhos políticos lançaram seus

<sup>41</sup> As redes de parentesco continuam centrais na vida política nacional e subnacional, mesmo com o processo da redemocratização do país. São as famílias que controlam partidos políticos, mídias, poder de indicações e consequentemente os domínios locais, esse não é um fenômeno de Rondônia se reproduzem por outras unidades da federação. O sobrenome da família é o distintivo nas disputas e estratégico, dependendo da conjuntura podem estabelecer alianças e em outros momentos são ferrenhos adversários.

filhos, sobrinhos, netos candidatos representantes do novo, por um lado, e da continuidade, por outro. Tratou-se, sem embargo, de uma modalidade de renovação conservadora bastante característica do mandonismo local – em situações dessa natureza, os vínculos programáticos e os posicionamentos ideológicos são mais precários, pois o que prevalece são os interesses personalistas dessas elites e suas relações paroquialistas com suas bases eleitorais (MAINWARING, 1991, 1999; AMES 2001; SAMUELS, 2003).

**QUADRO 25 – Famílias que Controlam a Política e os Partidos em Rondônia [1986-2018]**

<b>Família</b>	<b>Domicílio Eleitoral</b>	<b>Partido</b>	<b>Área de influência</b>
Donadon	Colorado D'Oeste	PMDB	Colorado, Vilhena, Cerejeiras, Cabixi, Corumbiara
Gurcaz	Ji Paraná	PDT	Ji Paraná, Médici, Alvorada,
Raupp	Rolim de Moura	PMDB	Rolim de Moura, Santa Luzia, Parecis, Alta Floresta, Nova Brasilândia, Novo Horizonte
Cassol	Rolim De Moura	PP	Rolim, Parecis, Santa Luzia, Alta Floresta Alto alegre, Novo Horizonte, Vilhena
Amorim	Ariquemes	PTB	Ariquemes, Alto Paraíso, Cunjubi, Machadinho, Vale do Paraíso
Oliveira	Alta Floresta	MDB	Alta Floresta, Santa Luzia, Alto Alegre, Rolim de Moura, Nova Brasilândia e Novo Horizonte, Parecis.

Fonte: Organizado a partir de dados do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Assembleia Legislativa de Rondônia, Jornais e Sites do Estado de Rondônia.

A consolidação da interiorização das lideranças e das famílias políticas locais, associada à persistência da elevada fragmentação partidária na Assembleia Legislativa, por sua vez, manteve elevado o grau de dificuldade para uma relação cooperativa entre o Governador e o Parlamento. Essa tônica conflituosa já havia caracterizado os governos anteriores, mas, dessa vez, havia a expectativa de que a potencial tensão entre um Executivo eleito e com mandato fixo, de um lado, e uma Assembleia fragmentada, de outro, pudesse ser superado, afinal, o Governador que acabara de ser eleito havia sido, ele mesmo, o primeiro Presidente da Casa Legislativa local, quando da criação do estado. José Bianco, portanto, tinha maior experiência no trato com os parlamentares e conhecia de perto os meandros do

processo legislativo, o que poderia lhe assegurar mais facilmente a formação e a gestão de uma coalizão partidária majoritária governista.

Não obstante, restavam algumas dúvidas quanto à operacionalização dessas habilidades naquele contexto específico. Isso porque Bianco conseguiu se eleger sem fazer coligações, de modo que sua legenda não havia selado compromissos com outros partidos durante a campanha. Como se sabe, o processo de formação de governo envolve a composição de coalizões legislativas, mas estas, normalmente, se iniciam ainda durante as eleições, quando da formação de coligações. Em realidade, essa coordenação partidária envolve pelo menos três etapas: (a) coligações no primeiro turno, (b) construção de apoios no segundo turno e (c) formação da coalizão de governo. Sem lançar mão desses procedimentos anteriores, a construção da coalizão pode ser mais custosa e demorada. Agravando um pouco mais a situação, seu primeiro gabinete não envolveu negociações em relação ao primeiro escalão nos cargos gestores das Secretarias – é claro que nem sempre as Secretarias serviam para garantir o apoio parlamentar, mas sua utilização como moeda de troca por apoio é imprescindível (FREITAS, 2015).

Como se pode observar no **Quadros 26 e 27**, a seguir, a inexistência de negociações que implicassem em coligações eleitorais dificultou a inicial formação de um Gabinete em sintonia com a fragmentação partidária da Assembleia Legislativa. O resultado disso foi um Secretariado composto apenas por filiados ao PFL, além de alguns sem filiação.

**QUADRO 26 – Gabinetes Formados Pelo Governo de José Bianco [1999-2000]**

<b>Nomeados</b>	<b>Permanência [Mês/Ano]</b>	<b>Partido</b>	<b>Secretarias</b>	<b>Área</b>
Ademar Suckel*	01/1999 – 05/1999	PFL	Administração	Econômica e Administrativa
Eudes Marques Lustosa	05/1999 – 01/2000	Sem Filiação		
Marcos Antônio Daltiba**	01/1999 – 04/1999	PFL	Agricultura e Abastecimento	
Miguel de Souza***	04/1999 – 12/2001	PFL		
Marcos Antônio Daltiba**	01/1999 – 08/1999	PFL	Desenvolvimento Ambiental	
José Ribamar Oliveira	08/1999 – 12/2002			
José Luciano Leitão Júnior	01/1999 – 06/2000	PFL	Fazenda	
Marcos Antônio Daltiba**	01/1999 – 04/1999	PFL	Indústria, Comércio, Minas e Energia	
Miguel de Souza***	04/1999 – 01/2000	PFL		
Renato Antônio de Souza Lima	01/1999 – 12/2002	Sem Filiação	Obras e Serviços Públicos	
Ademar Suckel*	01/1999 – 04/1999	PFL	Planejamento e Coordenação Geral	
Arnaldo Egídio Bianco	04/1999 – 12/2002	PFL		
Eudes Marques Lustosa	01/1999 – 04/1999	PFL	Casa Civil	Política
Oscar Ilton de Andrade	04/1999 – 09/1999	PFL		
Youssef Jamil Zaglout	09/1999 – 02/2000	PFL		
Oscar Ilton de Andrade	01/1999 – 01/2000	PFL	Comunicação Social	
Sandra Maria Marques	01/1999 – 12/2002	Sem Filiação	Educação	Social
Carlos Jorge Masilla	01/1999 – 04/1999	PPB	Saúde	
Caio Cesar Penna	04/1999 – 01/2000	Sem Filiação		
Walderedo dos Santos	01/1999 – 01/2000	PFL	Segurança Pública	
Regina Maria Vilas Boas	01/1999 – 12/2002	PFL	Trabalho e Ação Social	

Fonte: Secretarias de Estado de Rondônia, base de dados do TSE sobre filiação partidária e Freitas (2015). Base de dados de Vitor de Sandes Freitas, elaborada com recursos da FAPESP, por meio de pesquisa organizada pelo CEPES/FGV-SP.

Nota Explicativa: \*Ademar Suckel ocupou duas Secretarias simultaneamente. \*\*Marcos Antônio Daltiba ocupou três Secretarias simultaneamente.

**QUADRO 27 – Gabinetes Formados Pelo Governo de José Bianco, após a Reestruturação das Secretarias [2000-2002]**

Nomeados	Permanência [Mês/Ano]	Partido	Secretarias	Área
Miguel de Souza José Tarcísio Mendes	02/2000 – 12/2001 12/2001 – 12/2002	PFL PFL	Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social*	Econômica e Administrativa
José Luciano Leitão Júnior José de Oliveira Vasconcelos	02/2000 – 06/2000 06/2000 – 12/2000	PFL Sem Filiação	Finanças	
José Ribamar da Cruz Oliveira	09/1999 – 12/2002	PFL	Desenvolvimento Ambiental	
Arnaldo Egídio Bianco	04/1999 – 12/2002	PFL	Planejamento e Coordenação Geral e Administração**	
Assis Canuto	02/2000 – 12/2002	PDT	Casa Civil e Comunicação Social***	Política
Sandra Maria Marques	01/1999 – 12/2002	Sem Filiação	Educação	Social
Natanael José da Silva Claudionor Couto Roriz	02/2000 – 10/2000 10/2000 – 12/2002	PPB PFL	Saúde	
Varley Maria Marques Edmar Maltezo	02/2000 – 07/2000 07/2000 – 12/2002	PL	Esportes, Cultura e Lazer****	
Walnir de Souza	02/2000 – 02/2002 02/2002 – 12/2002	Sem Filiação PL	Segurança Pública	

**Fonte:** Secretarias de Estado de Rondônia, base de dados do TSE sobre filiação partidária e Freitas (2015) Base de dados de Vitor de Sandes Freitas, elaborada com recursos da FAPESP, por meio de pesquisa organizada pelo CEPES/FGV-SP

**Nota Explicativa:** \*O Secretário Emerson Teixeira desfilou-se do PT, mas continuou no governo. \*\*A Secretaria de Justiça e Cidadania foi incorporada à pasta de Segurança Pública, em junho de 1995.

Ademais, emergiu a situação inusitada de haver Secretários ocupando duas ou três pastas simultaneamente – tais foram os casos de Ademar Suckel, que ficou com as Secretarias da Administração e do Planejamento e Coordenação Geral, de Miguel de Souza, com as Secretarias de Agricultura e Abastecimento e da Indústria, Comércio, Minas e Energia, e de Marcos Daltiba, que assumiu três pastas, do Desenvolvimento Ambiental, da Agricultura e Abastecimento e da Indústria, Comércio, Minas e Energia. Daltiba ficou nestas duas últimas Secretaria durante apenas quatro meses, quando então assumiu os dois cargos o pefelista Miguel de Souza.

Ao todo, o governo Bianco promoveu oito reformas em seu Secretariado, uma quantidade menor do que a de seus antecessores, é verdade, porém, seus Gabinetes não apenas envolveram uma baixa participação dos partidos que poderiam apoiar sua agenda na Assembleia Legislativa e uma alta rotatividade de nomes logo no primeiro ano do mandato, como também demandou uma reforma na estrutura das Secretarias, com a extinção de algumas delas e a criação de outras. Isso ocorreu no início de 2000, quando então o governador fez uma grande reforma administrativa [Lei Complementar nº 224 de 4 de janeiro de 2000], reduzindo o número de pastas de doze para nove. Com essa lei, foram extintas as Secretarias de Administração, de Comunicação Social, de Agricultura, de Obras de Serviços Públicos, da Indústria e Comércio, de Minas e Energia e do Trabalho e Ação Social. Além disso, a Casa Civil absorveu as atribuições da Secretaria de Comunicação Social e a Secretaria da Administração fundiu-se com a Secretaria de Planejamento, Coordenação Geral e Administração. Já as competências da Secretaria do Trabalho e Ação Social foram distribuídas entre a nova Secretaria de Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social e a Fundação de Assistências Social do Estado de Rondônia. A Secretaria de Obras teve suas competências transferidas para o Departamento de Viação e Obras Públicas de Rondônia.

Basicamente, todo o primeiro Gabinete pertencia ao PFL – apenas dois titulares não tinham filiação partidária e o Secretário de saúde era de outro partido, o PPB, que apoiou a candidatura de Bianco no segundo turno. Alguns Secretários já tinham atuado em pastas de gestões anteriores e eram ligados ao grupo político do Governador. Porém, havia outros espaços institucionais que interessavam os Deputados e que poderiam ser utilizados como recursos para a obtenção de apoio parlamentar à agenda do Executivo, como as direções de órgãos estaduais nas suas bases eleitorais, para onde poderiam alocar os seus aliados nos municípios. Adicionalmente, a negociação de apoio no Legislativo envolveu a composição da mesa diretora da Assembleia – sua Presidência coube ao Deputado Natanael Silva, do PPB,

aliado do Governador e que serviria de intermediário para as futuras articulações com os Deputados.

Por fim, José Bianco procurou prestigiar, em suas bases eleitorais, os parlamentares que compunham a base de apoio do governo. Esse apoio, entretanto, sofreu variações de acordo com os projetos encaminhados e as medidas executadas pelo Governador, que enfrentou dois contratempos que dificultaram sua relação tanto com a Assembleia como com a população. No primeiro caso, o Presidente do Poder Legislativo manifestou, desde cedo, sua pretensão de concorrer ao governo do estado na eleição vindoura, isso significava que seu apoio ao Governador no processo legislativo não seria tão consistente como se esperava. No segundo caso, a reforma administrativa, realizada por decreto nº 8955 assinado pelo Governador, mas cancelada pelos Deputados Estaduais, resultou na demissão de cerca de dez mil funcionários públicos, provocando um elevado impacto social e econômico no estado.

Conseguir a anuência da Assembleia para tal reforma não foi tão difícil, pois havia um clima político favorável à redução do tamanho da máquina pública, que contou com o apoio coeso de seu Secretariado, praticamente composto por membros do partido do Governador, o PFL. Para angariar votos favoráveis no Parlamento, Bianco indicou o Deputado Natanael José da Silva, do PPB, para ocupar a pasta da Saúde, e também Assis Canuto, então filiado ao PDT, para o posto de Secretário da Casa Civil – inclusive, a indicação de Canuto incentivou-o a migrar para o PFL.

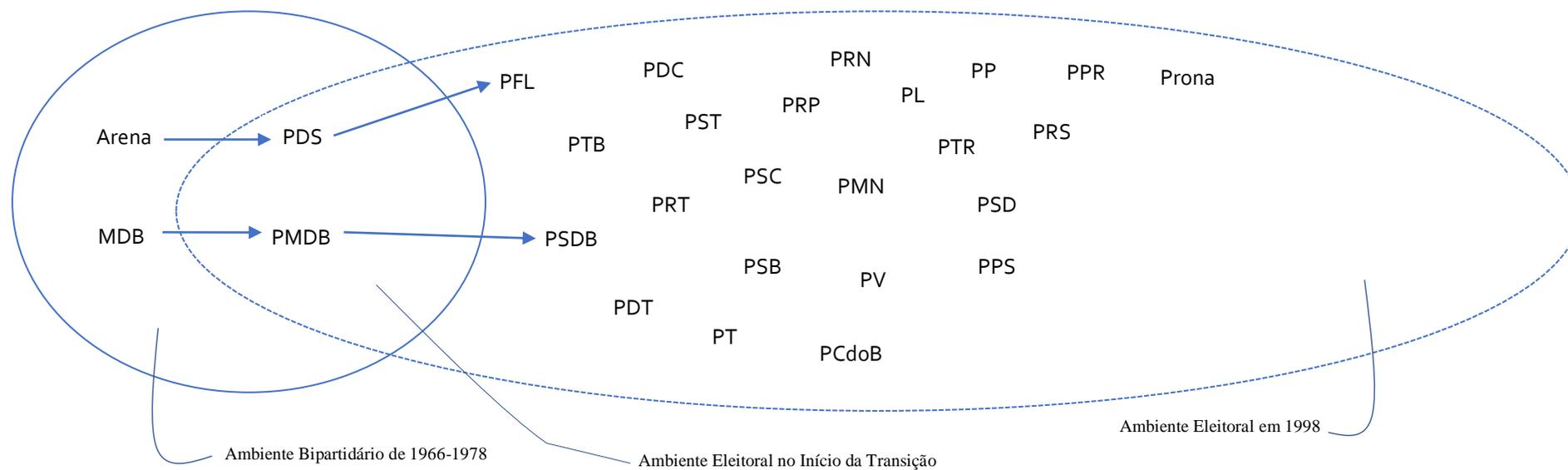
Embora essas negociações tenham favorecido a aprovação da reforma administrativa, as bases legislativas da coalizão de governo mantinham-se frágeis e a perda de popularidade do Governador por causa dos impactos dessa mudança agravaram um pouco mais suas relações com a Assembleia. O próprio apoio do PPB mostrou-se pouco consistente, em especial depois que o Deputado Natanael deixou a Secretaria da Saúde para retornar à Assembleia Legislativa, visando a preparar sua candidatura ao governo do Estado. Aliás, a relação pouco cooperativa entre Executivo e Legislativo se reflete na sucessiva troca de Secretários da Casa Civil, responsável pela articulação política do governo – de 1999 a 2000, ocuparam a pasta três Secretários, todos do PFL. A situação na Casa Civil somente se estabilizou quando, em 2000, esta se fundiu com a Secretaria da Comunicação Social e passou a ser comandada por Canuto. De fato, foi na Casa Civil que a rotatividade dos titulares do Gabinete foi mais elevada durante o governo Bianco.

Desse modo, a dinâmica política nesse período não foi diferente de outros momentos. Instabilidade no Secretariado, baixa proporcionalidade na distribuição partidária das pastas em relação às legendas que controlavam as cadeiras legislativas e um afastamento dos

parlamentares em relação ao governo no último ano da gestão. De olho na próxima corrida eleitoral, os Deputados Estaduais começavam a atuar de acordo com a popularidade do chefe do Executivo e de suas políticas. Nesse caso, pesou a demissão de servidores, o que fez com que aliados de primeira hora deixassem a base de apoio do Governador para pleitear suas reeleições. Alguns deles pretendiam disputar o próprio cargo Executivo, como foram os casos do Prefeito de Rolim de Moura, Ivo Cassol, e do Presidente da Assembleia Legislativa, Natanael Silva.

Cada vez mais, a combinação de disputa bipolar para Governador, protagonizada por partidos grandes tradicionais, com a fragmentação partidária na competição para Deputado, principalmente no nível estadual, e com a crescente presença de partidos médios e pequenos, demandava uma engenharia política refinada para formar e gerir coalizões de governo majoritárias capazes de garantir a aprovação da agenda do Executivo local. A formação do mercado eleitoral competitivo, mediante a consolidação do multipartidarismo, continha o potencial conflito entre Executivo e Legislativo, cuja superação demandaria capacidade de articulação e de repartição equilibrada dos recursos de governo. Sem esse atributo, seria realmente cada vez mais difícil a realização de uma administração eficiente, estável e com governabilidade satisfatória. O **Fluxograma 5**, que inclui todos os partidos que lançaram candidaturas para pelo menos um dos cargos em disputa, mostra que o quadro partidário combinava a consolidação de partidos grandes, a proliferação de partidos médios e pequenos e os frequentes surgimento e desaparecimento de legendas.

### Fluxograma 5 – Ambientes Formativos dos Partidos na Transição Democrática [1966-1998]



Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011).

### 3. As Eleições de 2002 e o Final da Transição para o Multipartidarismo Fragmentado

As eleições de 2002 foram marcadas pelo desgaste do governo de José Bianco, que, apesar disso, lançou-se na disputa pela reeleição. Como já salientado, o estado enfrentava uma crise econômica e social provocada pela demissão sumária de cerca de dez mil servidores públicos, e esse fato foi decisivo no processo eleitoral, pois levou ao afastamento de seus aliados que, então, candidataram-se ao cargo, como o Prefeito de Rolim de Moura, Ivo Cassol [PSDB], e o Presidente da Assembleia Legislativa, Natanael Silva [PPB]. Desse modo, a esperada aliança entre o PFL e o PSDB, em sintonia com a composição formada para a eleição nacional, não se concretizou, uma vez que as questões subnacionais se impuseram mais fortemente – ambos os partidos, o PFL, com Bianco, e o PSDB, com Cassol, tinham o intuito de encabeçar a chapa. Em virtude disso, as duas legendas formalizaram candidaturas próprias e não fizeram coligação com nenhum partido. Surpreendentemente, O PMDB, pela primeira vez, não lançou nenhum candidato ao Executivo estadual, deixando livre um espaço político que veio a ser ocupado pelo PDT, com a candidatura de Acir Gurcaz. Inclusive, sua votação foi elevada o suficiente para conferir ao partido a posição de terceira força eleitoral mais relevante daquela disputa.

Mais uma vez, Rondônia vivenciou uma eleição bastante competitiva. Conforme mostram os dados do **Quadro 28**, no primeiro turno, a diferença entre o primeiro colocado, Ivo Cassol, em relação ao segundo, o governador que buscava sua reeleição, José Bianco, foi de 7%; a distância entre o segundo e o terceiro colocados foi sensivelmente menor, de meros 3%; e entre a primeira e a terceira colocações, a distância foi de 10%. Ou seja, a distância média entre os três mais votados foi de somente 6,6. Mesmo os candidatos que ficaram em quarto, quinto e sexto lugares tiveram votações expressivas, indicando que, de fato, a dispersão dos votos foi consideravelmente elevada para uma eleição majoritária, ainda que se tratasse do primeiro turno e a magnitude das vagas disponíveis fosse igual a dois.

**QUADRO 28 – Resultado da Eleição para Governador em Rondônia, em 2002**

Candidatos/ Partidos	Coligação	Votação 1º Turno	%	Votação 2º Turno	%
Ivo Cassol [PSDB]	Sem Coligação	152.297	27,20	348.081	59,06
José Bianco [PFL]	Sem Coligação	125.739	20,23	241.206	40,93
Acir Gurgacz	PAN	105.000	16,89		

[PDT]					
Mauro Nassif [PSB]	Sem coligação	96.758	15,56		
Ernandes Amorim [PRTB]	PTN PGT PTC	65.235	10,49		
Natanael Silva [PPB]	PPS PST	43.787	7,04		
Edgar Azevedo [Prona]	Sem coligação	895	0,14		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia-TER.RO.

Já no segundo turno, a diferença entre os dois candidatos foi bastante larga, com uma vitória expressiva de Ivo Cassol, do PSDB, que conseguiu uma vantagem de cerca de 20% em relação ao seu adversário. Essa margem tão elevada indicava que Cassol conseguiu mobilizar todo o seu capital político no interior para, assim, alavancar sua candidatura com maior eficiência. Grosso modo, a escolha de Cassol foi mais do que um voto num candidato, foi um voto de oposição e de sentimento de revolta contra o governo de José Bianco. Como Cassol era o candidato com maiores chances de derrotar o governo, ele foi então o ponto de convergência de todas os eleitores que queriam punir a administração do governador – claramente uma coordenação eleitoral cuja racionalidade era evitar a reeleição de um Governador que realizou políticas que desagradaram a maioria dos rondonienses. Assim, embora tenha recebido no segundo turno o apoio do PMDB, do PTB e de setores do PDT, José Bianco não dispunha do recurso mais fundamental para conseguir a vitória – a maioria dos votos.

Outro dado relevante dessa eleição deve ser destacado. O PT decidiu não apoiar nenhum dos candidatos no segundo turno, mas a onda Lula teve reflexos em Rondônia. Como veremos a seguir, o partido elegeu uma Senadora, dois Deputados Federais e dois Deputados Estaduais. Além disso, apesar da neutralidade, o PT acabou influenciando a competição para o Executivo – o candidato à reeleição, José Bianco, logo declarou seu apoio a Lula, e o PSDB, partido do candidato concorrente, embora oficialmente tenha seguido no segundo turno com José Serra, na prática, tratou-se de um apoio meramente formal, pois Cassol não fez campanha para o tucano.<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Cassol alegou o seguinte: "a campanha para governador é uma, para Presidente é outra. Eu estou fazendo a minha campanha." Declaração dada ao site UOL ([www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br)), no dia 27/10/2002.

Na eleição de 2002, eram disputadas duas vagas no Senado, o que, obviamente, incentivou o lançamento de diversas candidaturas, como dispostos no **Quadro 29**. Além disso, a inexistência de coligações por parte dos principais competidores pelo cargo de Governador, desestimulou a coordenação eleitoral que poderia reduzir o número de candidatos aos cargos disputados pela fórmula majoritária, como é o caso do Senado. Assim, nada menos do que treze postulantes às duas vagas se apresentaram aos eleitores de Rondônia, muitos deles filiados a partidos médios ou pequenos, com chances praticamente nulas de vitória nas urnas. De todo modo, esse nível de competição foi consideravelmente acirrado – seis candidatos obtiveram votações superiores a 5%, três deles tiveram mais do que 10% de votos e dois alcançaram votações próximas de 10%. A distância entre os dois primeiros colocados, eleitos para o Senado, foi de menos de 2%; a diferença entre o segundo e o terceiro foi de pouco mais de 2% e, entre o primeiro e o terceiro, foi de 4%. Isso significa que a distância média entre os três primeiros colocados foi meros 2%, indicativa de elevada competitividade.

Como já indicado, o PT conquistou uma cadeira, ficando em primeiro lugar sua candidata Fátima Cleide. A segunda vaga coube ao PMDB, a ser ocupada pelo ex-governador Valdir Raupp. O PSDB, sem coligação, ficou em terceiro lugar, sem qualquer vaga, portanto, apesar de ter sido único partido que lançou duas candidaturas. PDT, PSL e PTB tiveram expressivas votações. Esses resultados indicavam a ascensão do PT como principal representante da esquerda tanto em Rondônia como no país como um todo. Essa inflexão tirou o partido da condição de participação nos pleitos apenas para demarcar espaço e apresentar um discurso para o seu fortalecimento no estado e contribuiu para lhe assegurar capital suficiente para buscar outros espaços nas eleições futuras.

**QUADRO 29 – Resultado da Eleição para Senador, em 2002**

Candidato/Partido	Coligação	Votação	%
Fátima Cleide [PT]	PMN	233.365	19,93
Valdir Raupp [PMDB]	PSL PSD	210.413	17,97
Expedito Júnior [PSDB]	Sem Coligação	185.143	15,81
Eurípedes Miranda [PDT]	PAN	133.331	9,67
Silvana Davis	PSL	99.531	8,5

[PSL]	PSD		
Odacir Soares [PTB]	Sem Coligação	85.922	7,33
Francisco Sartori [PSDB]	Sem Coligação	40.769	3,82
Oswaldo Piana [PPB]	Sem Coligação	9.958	0,85
Jorjão [PSB]	Sem Coligação	5.264	0,45
Rubens Coutinho [PGT]	Sem Coligação	3.979	0,34
Pimenta de Rondônia [PCdoB]	Sem Coligação	3.368	0,28
Professor Márcio [PHS]	Sem Coligação	2.116	0,18
Fiorelo Azevedo [Prona]	Sem Coligação	2.120	0,15

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Na eleição para Deputado Federal, conforme os dados dispostos no **Quadro 30**, manteve-se o quadro de fragmentação partidária que já vinha se demarcando desde as disputas anteriores. Com dois candidatos eleitos, o PMDB e o PT ficaram ligeiramente à frente dos demais – PTB, PPS, PSDB e PFL –, que, por consequência, elegeram apenas um representante cada qual. Dentre os eleitos, algumas lideranças novas figuravam entre políticos tradicionais. Também se manifestava o familismo político, como, por exemplo, na eleição de Marinha Raupp, pelo PMDB. Acompanhando essa dinâmica, a já consolidada interiorização das lideranças políticas, indicada pela eleição de 62% de candidatos do interior do estado. Polos políticos cada vez mais relevantes se repetem como as bases eleitorais dessas lideranças, como por exemplo, Rolim de Moura, Cacoal, Ariquemes e Ji Paraná.

Algo que chama a atenção, e que terá consequências para a governabilidade do futuro titular do Executivo estadual é que, apesar da vitória para o cargo de Governador, o PSDB não fez uma expressiva bancada nem na Câmara Federal e nem na Assembleia Legislativa, como veremos a seguir. Ao eleger apenas três Deputados Estaduais, o partido enfrentaria dificuldades nas articulações com o Parlamento estadual e, consequentemente, para a apreciação de matérias de seu interesse.

**QUADRO 30 – Deputados Federais Eleitos por Rondônia em 2002**

Nome	Partido	Votos	%	Domicílio Eleitoral
Confúcio Moura	PMDB	39.559	6	Ariquemes
Nilton Capixaba	PTB	36.129	5,48	Cacoal
Agnaldo Muniz	PPS	35.707	5,42	Cacoal
Marinha Raupp	PMDB	31.963	4,85	Rolim de Moura
Sérgio Carvalho	PSDB	22.741	3,45	Porto Velho
Miguel de Souza	PFL	18.168	2,75	Porto Velho
Eduardo Valverde	PT	15.116	2,29	Porto Velho
Anselmo de Jesus	PT	13.777	2,09	Ji Paraná

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

No **Quadro 31**, mais adiante, temos a relação dos candidatos eleitos para a Assembleia Legislativa e seus respectivos partidos. Apoiando-se no capital eleitoral agregado por Lula na disputa nacional, o PT estadual conseguiu eleger a maior bancada de Deputados Estaduais, conquistando quatro cadeiras. Na verdade, toda a esquerda partidária angariou apoio expressivo – somadas as vagas obtidas pelo PT, PDT e PSB, a esquerda totalizou oito Deputados eleitos. Com vinte e quatro vagas em disputa, um número maior de partidos chegou ao Parlamento e a fragmentação eleitoral continuou elevada. Ao todo, dez partidos conseguiram representação, numa razão de 2,4 vagas por partido, algo que não destoou da amplitude de cadeiras conquistadas – o partido com menor representação obteve uma vaga e o que teve maior vagas obteve quatro cadeiras, resultando na diferença de tamanho três.

Inevitavelmente, essa dispersão parlamentar impunha o desafio histórico de se tentar construir uma relação cooperativa entre o Governador e a Assembleia. O retrospecto não era favorável, pois todos os governadores enfrentaram sérios problemas de governabilidade diante de um Parlamento sempre muito fragmentado. No caso específico, ao se eleger sem coligações, Ivo Cassol não antecipou as alianças de governo. Como se sabe, tais alianças são formadas em dois momentos, nas coligações eleitorais e, depois, nas coalizões de governo. As coligações eleitorais, portanto, têm dupla função, ou seja, por um lado, ela visa a reduzir o número de competidores e a dar mais estrutura e recursos à campanha, por outro, ela já antecipa os parceiros que comporão a base de apoio ao governo, no caso de vitória. Dificilmente, partidos coligados não continuam juntos quando o governo é formado, o que significa que as coalizões de governo servem para agregar novos parceiros à aliança que já foi firmada nas coligações eleitorais.

A missão de Cassol, portanto, era complexa, pois ele teria que costurar todos os seus apoios no momento da formação do seu governo, mas sem ter tido parceiros na competição eleitoral. Essas falhas decorreram do próprio processo eleitoral, tendo início com o racha entre Cassol e o então Governador José Bianco. Em razão disso, o PSDB lançou candidatura própria, mas enfrentou obstáculos para fazer coligações. As consequências disso logo apareceriam na sua gestão, mais diretamente nas suas relações com a Assembleia Legislativa. Sem contar com o apoio da maioria para aprovar os seus projetos, seu governo resultou numa grave crise política, tendo de lidar, inclusive, com operações da Polícia Federal em investigações de corrupção que atingiram parlamentares.

**QUADRO 31 – Deputados Estaduais Eleitos em Rondônia, em 2002**

Candidato	Partido	Votação	%	Domicílio Eleitoral
Marcos Donadon	PTB	13.313	2	Colorado
Haroldo dos Santos	PPB	12.223	1,86	Ouro Preto
Maurão de Carvalho	PPB	10.336	1,57	Ministro Andreazza
José Carlos Oliveira	PFL	10.222	1,55	Alta Floresta
Francisco Carvalho da Silva	PMDB	10.175	1,55	Presidente Médici
Renato Veloso	PFL	10.143	1,54	Porto Velho
Paulo Roberto de Moraes	PL	9.196	1,4	Porto Velho
Kaka Mendonça	PTB	8.990	1,37	Porto Velho
Everton Leoni	PSDB	8.565	1,3	Porto Velho
Ronilton Capixaba	PL	7.959	1,21	Ouro Preto
José Emílio de Almeida	PPS	7.731	1,17	Cacoal
João Batista dos Santos	PMDB	7.638	1,16	Cerejeiras
Edison Gazoni	PDT	7.540	1,14	Porto Velho
Deusdete Antônio Alves	PDT	7.359	1,11	Ji Paraná
Ellen Ruth Cantanhede	PSDB	7.182	1,09	Porto Velho
Nereu José Klosinski	PT	6.904	1,04	Alta Floresta
Beto do Trento	PSDB	6.085	0,92	Nova Brasilândia D'Oeste
Amarildo Almeida	PDT	6.027	0,92	Ouro Preto do Oeste
Edézio Antônio Martelli	PT	5.320	0,80	Alvorada
Daniel Neri de Oliveira	PMDB	5.071	0,77	Cacoal
Carlos Henrique Bueno	PT	4.618	0,70	Jaru
Neri Firigolo	PT	4.378	0,67	Cacoal
Francisco Izidro dos Santos	PSB	3.957	0,60	Ariquemes
Leudo Buriti	PSL	3.829	0,58	Ji Paraná

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TER.RO.

Além desses fatores, o Governador Cassol teria de lidar com outro contratempo. A Sexta Legislatura do estado procurou investir no seu fortalecimento diante do Executivo e, para tanto, não sujeitou a formação da Mesa Diretora às articulações do governo – o discurso dos novos Deputados Estaduais era pautado pela independência e autonomia do Legislativo, o que contribuiria para potenciais tensões entre os Poderes.

Esse esgarçamento nas relações do Governador com a Assembleia correspondia, em linhas gerais, à acessão aos Poderes Executivo e Legislativos de dois grupos concorrentes de uma mesma região do estado, a chamada Zona da Mata. Ivo Cassol, no comando do Poder Executivo estadual, tinha em seu currículo político o fato de ter sido Prefeito na cidade de Rolim de Moura; por sua vez, Carlão Oliveira, o novo Presidente da Assembleia Legislativa, que assumia seu quarto mandato como Deputado Estadual, também era da Zona da Mata e pertencia ao grupo de oposição local ao grupo liderado por Cassol. Como seria de esperar, Carlão Oliveira investiu vigorosamente na construção de uma base de apoio suprapartidário à eleição da Mesa Diretora e contou com os votos de catorze Deputados, pertencentes ao PFL, PDT, PP, PTB, PMDB, PSB. Sendo assim, a chegada desses dois representantes da Zona da Mata ao comando dos Executivo e do Legislativo fez emergir os conflitos inerentes às suas bases política locais, fazendo com que a intransigência fosse a marca daquele período. Com efeito, o conflito entre esses dois grupos não só condicionou um comportamento pouco cooperativa da Assembleia como também impactou a interação das próprias instituições de governo.

Destarte, a racionalidade de cada grupo, visando a vetar a agenda uns dos outros, produzia um resultado coletivo irracional, qual seja, a baixa governabilidade, o imobilismo administrativo e reações do sistema de justiça diante das trocas de denúncias de ambas as partes. Para tanto, contribuiu significativamente a mediação dos conflitos, que tornavam de domínio público questões de natureza administrativa, como, por exemplo, a questão do repasse orçamentário – nesse episódio, a Assembleia Legislativa recorreu à Justiça a fim de garantir os recursos. Além disso, o governo foi alvo de constantes Ações de Inconstitucionalidade apresentadas ao Supremo Tribunal Federal; algumas delas, aliás, continham o objetivo de simplesmente postergar a aprovação da agenda do governo ou, então, de fomentar o ambiente de conflito. A propósito disso, a simples leitura dos relatos realizados pelos Ministros STF é suficiente para se constatar que as ADIs tiveram como propósito criar fatos políticos e medir forças.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Algumas ADIs requeridas pelo governo de Rondônia são ilustrativas disso, como a ADI 387/RO, julgada em 01/09/2005. Seu Relator foi o Ministro Sepúlveda Pertence, que, ao solicitar informações da Assembleia

Pode-se dizer, então, que a judicialização, nesses casos, cumpriu o papel de acirrar as divergências e criar fatos políticos. Ela mesma é um indicador das tensões praticamente irreconciliáveis entre o Governador e a Assembleia, num contexto em que a formação de um governo de coalizão majoritária e coesa era pouco provável.<sup>44</sup> Nessa linha de conflito permanente, envolvendo até o bloqueio dos repasses dos recursos do orçamento da Assembleia pelo Governador Cassol, a quebra-de-braço entre Legislativo e Executivo virou rotina e o governo ficou paralisado em diversos setores. Esse quadro veio a se agravar ainda mais decorrência de dois fatores adicionais. O primeiro deles foi o Poder Legislativo ter decidido acolher a denúncia de um economista que subsidiava um pedido de impeachment do Governador, tendo como fundamento a alegação de descumprimento da Lei orçamentaria estadual. O segundo foi a autorização dada pela Assembleia para que o Supremo Tribunal de Justiça abrisse um processo criminal contra Cassol, baseado em denúncia do Ministério Público Federal, alegando a ocorrência de um crime cometido no período em que ele era Prefeito da cidade de Rolim de Moura, entre os anos de 1998 a 2002.<sup>45</sup>

Reagindo às investidas contra seu governo, Cassol expôs um fato que não só acirrou ainda mais a tensão com a Assembleia, como também virou caso de polícia. O próprio filmou, em sua residência, conversas com sete Deputados, incluindo membros da Mesa Diretora, que solicitavam um repasse mensal de dinheiro para apoiar a aprovação de projetos do Executivo no Parlamento e, ainda, para evitar seu impeachment. A gravação foi divulgada no dia 15 de

---

Legislativa, pronunciou-se da seguinte forma: "Ao acusar o recebimento do Ofício nº 2919/R, datado de 27/06/05, em que são solicitadas informações sobre a vigência do § 2º, do art. 4º; alínea "h", do inciso V, do art. 22; art. 50 e seu parágrafo único; e o Anexo I, todos da Lei Complementar nº 36, de 18 de junho de 1990, do Estado de Rondônia, impugnados na Ação supramencionada, tenho a elevada honra de dirigir-me à Vossa Excelência, a fim de informar que a supra aludida lei foi expressamente revogada pela Lei Complementar nº 67, promulgada em 09 de dezembro de 1992, razão porque, data vênua, houve a perda do objeto da presente ação." A partir das informações prestadas pela Assembleia Legislativa, o Ministro considerou que a ADI foi prejudicada pela revogação da Lei, perdendo seu objetivo. É possível considerar que, ao entrar com uma ADI, o Governo do estado objetivava criar fatos para alimentar os conflitos, visto que uma Lei Complementar com mais de 13 anos já havia revogado o objeto da ADI, o que levou ao seu arquivamento.

<sup>44</sup> A Revista Valor Econômico registrou essa situação, em matéria publicada em 11/09/2006 (p. A10): "Com o apoio de apenas três deputados estaduais quando eleito, Cassol perdeu o comando da Assembleia Legislativa para o grupo comandado por "Carlão". A reação de Cassol ao poder Legislativo se divide em dois momentos: o primeiro foi o do embate. Logo após perder a eleição para a presidência da Casa, Cassol foi a Brasília, pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a intervenção federal no Estado. A escalada dos conflitos culminou em maio do ano passado, quando o governador evitou o impeachment por meio da ousada manobra que daria origem à operação Dominó: gravou conversas de deputados exigindo-lhe dinheiro e as divulgou no programa "Fantástico", da rede Globo de televisão. Em um segundo momento, Cassol buscou uma composição, ao nomear o presidente da Associação de municípios, Carlos Magno, para a Casa Civil. Com a troca de articulação político, Cassol passa a negociar com a Assembleia a votação do Orçamento, a derrubada dos seus próprios vetos e a nomeação de conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado, como mostram as gravações da PF. Antes de ser recolhido à prisão, Magno havia sido o homem escolhido por Cassol para compor como vice a sua chapa para a reeleição."

<sup>45</sup> Esse fato recebeu ampla cobertura da Folha de São Paulo, edição de 17/05/05.

maio, de 2005, pelo programa ‘Fantástico’, da Rede Globo, e acendeu o estopim de uma crise generalizada entre os Poderes, envolvendo até mesmo o Judiciário e culminando com uma operação da Polícia Federal, batizada de Operação Dominó. A partir daí o cenário era de crise institucional no Estado.

A reação da Assembleia Legislativa envolveu três medidas. Uma delas foi o imediato afastamento dos Deputados envolvidos por trinta dias. A outra foi pedir uma liminar que proibia a Rede Globo de veicular, em todo território nacional, o material gravado pelo Governador Cassol. Solicitada por vinte um Deputados Estaduais e concedida, essa liminar vedou a exibição do vídeo apenas em Rondônia, mas provocou conflitos entre os partidários dos envolvidos, assim como manifestações de entidades da sociedade civil, como a seccional da Ordem dos Advogados de Rondônia, que repudiou a censura à imprensa. Posteriormente, a liminar foi derrubada e o material voltou a ser mostrado em todos os telejornais da emissora, inclusive no estado. A terceira medida, uma espécie de resposta à sociedade, foi a emissão do Ato 064/2005, que instituiu uma comissão parlamentar formada por cinco Deputados<sup>46</sup> para apurar os fatos e que dispunha de sessenta dias para apresentar seu relatório (MOTA,2008). Porém, nenhum dos Deputados envolvidos foi cassado ou teve qualquer punição além dos trinta dias de afastamento.

Concretamente, o maior impacto político sofrido pelos Poderes Constitucionais adveio do desdobramento da Operação Dominó, que consistiu na prisão dos Presidentes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, assim como de alguns Deputados e seus familiares. O próprio Senado,<sup>47</sup> observando o tamanho da crise institucional que se estabeleceu em Rondônia, resolveu criar uma comissão externa para ouvir os Deputados Estaduais envolvidos no escândalo. Entretanto, essa grave crise política favoreceu o debilitado Governador Ivo Cassol em relação às ameaças de impeachment, pois a Assembleia Legislativa converteu-se no alvo prioritário dos protestos populares. Muitos foram às ruas para exigir a cassação dos Deputados Estaduais e, ao mesmo tempo, enaltecer a postura do Governador ao denunciar os parlamentares corruptos.

---

<sup>46</sup> Essa Comissão foi composta pelos seguintes membros: Chico Paraíba [PMDB], Leudo Buriti [PTB], Edézio Martelli [PT], Everton Leoni [PSDB] e Doutor Deusdete [PDT], tendo como suplentes os Renato Veloso [à época, sem partido] e Chico Doido [PSB].

<sup>47</sup> A Comissão Especial Externa foi criada por meio dos Requerimentos 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, do PT de Rondônia. Segundo o documento, a comissão tinha “o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”. Fizeram parte da comissão os Senadores Alexandre Costa, Amir Lando, Demóstenes Torres, Augusto Botelho e Fátima Cleide, sob a presidência de Siba Machado (Diário do Senado, fevereiro de 2006).

Inevitavelmente, a governabilidade foi mais ameaçada do que nos governos anteriores, quando já foram reduzidas. Cassol formou sete gabinetes diferentes ao longo do seu governo, computando-se as alterações sempre que qualquer Secretário tenha sido substituído. O Governador fez, ainda, uma alteração estrutural nas suas Secretarias, restabelecendo, em 2006, a pasta de Administração, que até então estava subsumida à Secretaria de Planejamento.<sup>48</sup> Não obstante, embora ele tenha promovido menos alterações do que seus antecessores, seu governo foi mais instável e as tensões entre Executivo e Legislativo geraram uma crise institucional que arrastou consigo o Judiciário, como já mencionado. Como pode se observado no **Quadro 31**, seu partido, o PSDB, controlou a maioria das Secretarias, sendo as outras dominadas por titulares sem vínculos formais com os partidos e algumas delas distribuídas a algumas legendas que sinalizaram a possibilidade de dar algum apoio ao governo, mas nada que fosse realmente consistente.

---

<sup>48</sup> A reforma administrativa de 2006 envolveu, primeiro, o desmembramento da Seplad, que viria a ser convertida na Secretaria de Administração e que ficaria sob o comando de Valdir Alves da Silva, então coordenador geral de Recursos Humanos.

**QUADRO 32 – Gabinetes Formados Pelo Governo de Ivo Cassol [2003-2006]**

Nomeados	Permanência [Mês/Ano]	Partido	Secretarias	Área
Valdir Alves da Silva	01/2006 – 12/2006		Administração*	Econômica e Administrativa
Luiz Pereira	01/2003 – 03/2006	PSDB	Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social	
Marco Antônio Petisco	03/2006 – 12/2006	PPS		
Hamilton Casara	01/2003 – 05/2003	PSDB	Desenvolvimento Ambiental	
Augustinho Pastore	05/2003 – 12/2006	PSDB		
José Genaro de Andrade	01/2003 – 12/2006	Sem Filiação	Fazenda e Finanças	
Edmundo Lopes de Souza	01/2003 – 07/2005	Sem Filiação	Planejamento e Coordenação Geral	Política
João Carlos Ribeiro	07/2005 – 12/2006	PDT		
João Parecido Cahulla	01/2003 – 04/2005	PPS	Casa Civil	
Carlos Magno Ramos	04/2005 – 06/2006	PFL**		
Joarez Jorge Jardim	06/2006 – 12/2006	PPS		
César Licório	01/2003 – 03/2006	PSDB	Educação	Social
Edinaldo Lustoza	03/2006 – 12/2006	PRP		
Miguel Sena Filho	01/2003 – 03/2004	PPB	Saúde	
Milton Luiz Moreira	03/2004 – 12/2006	Sem Filiação		
Paulo Roberto de Moraes	01/2003 – 12/2005	PL	Segurança Pública	
Renato Eduardo de Souza	12/2005 – 12/2006	Sem Filiação		
Luiz Carlos Venceslau	01/2003 – 12/2006	Sem Filiação	Esportes, Cultura, Lazer e Assistência Social	

Fonte: Secretarias de Estado de Rondônia, base de dados do TSE sobre filiação partidária e Freitas (2015). Base de dados de Vitor de Sandes Freitas, elaborada com recursos da FAPESP, por meio de pesquisa organizada pelo CEPES/FGV-SP.

Nota Explicativa: \*A Secretaria de Administração foi criada no início de 2006. \*\*Carlos Magno Ramos migrou para o PPS durante o mandato, enquanto ainda estava na Secretaria.

No entanto, a animosidade da Assembleia Legislativa e a reduzida governabilidade não foram fatores preponderantes para desgastar a relação do Governador com a população do estado. Sua estratégia de fazer do Parlamento estadual o alvo de acusações de corrupção, difundiram uma imagem positiva diante do eleitorado, que acreditou que Cassol era um duro combatente contra a corrupção e de que seu governo sofria reverses no Legislativo por causa da chantagem dos Deputados cujo interesse essa extorquir o governo para a obtenção de recursos escusos. Assim, apesar da grave crise institucional vivida pelo estado, dos escândalos de corrupção e das dificuldades de aprovação da agenda do governo, Ivo Cassol conseguiu se reeleger em 2006, logo no primeiro turno, com 54, 14% dos votos. Fátima Cleide, sua crítica opositora do PT, ficou em segundo lugar.<sup>49</sup>

De maneira geral, o quadro político desenhado pelas eleições de 2002 em Rondônia levaram a uma configuração do sistema partidário que sobrepôs duas estruturas de competição. Por um lado, a polaridade na disputa pelo governo do estado continuou dando a tônica da disputa, com uma alteração dos atores que representavam os polos da disputa. Pode-se dizer que as tradicionais forças políticas da Arena e do MDB persistiam, mas representadas agora pelos partidos que foram criados com as dissidências dos seus herdeiros diretos – ao invés de PMDB e PDS/PP/PPB, foram predominantes o PSDB e o PFL. Por outro lado, como as eleições anteriores já mostravam, em paralelo com essa polaridade, o sistema partidário tornava-se cada vez mais fragmentado no outro nível de disputa, qual seja, para o Legislativo estadual. Essa competitividade era impulsionada por dois movimentos articulados: (1) a entrada de novos partidos de esquerda e de direita no mercado eleitoral, como o PT, o PDT, o PMN, e o PTB, e (2) o surgimento de partidos dissidentes das legendas tradicionais, nomeadamente o PFL, oriundo do PDS/Arena, e o PSDB, uma dissidência do PMDB/MDB. A formação desse multipartidarismo competitivo, com efeito, ameaçou o domínio do PDS e do PMDB, que perdiam espaço. O PMDB acabou se recuperando, mas o PDS não, e por isso teve uma trajetória de sucessivas mudanças de sigla e fusões com outras legendas, até finalmente adotar, em 2003, a atual nomenclatura de Partido Progressista [PP]. Assim, a evolução desse quadro de fragmentação partidária continuava seguindo de perto o padrão que se desenhava no sistema partidário a nível nacional, como se pode depreender da **Tabela 8**, abaixo. Em Rondônia, especificamente, formou-se um ambiente partidário habitado por uma diversidade de legendas, sendo as principais oriundas do ambiente anterior, como ilustrado no

---

<sup>49</sup> Em 2013, Cassol viria a ser condenado pelo STF, por fraude em licitações realizadas no período em que era Prefeito em Rolim de Moura. Em 2018, a Ministra Cármen Lúcia determinou a perda do seu mandato de Senador e o início do cumprimento de sua pena de quatro anos e oito meses, convertida em prestação de serviços à comunidade. Cassol segue sendo uma das maiores lideranças políticas do Estado de Rondônia.

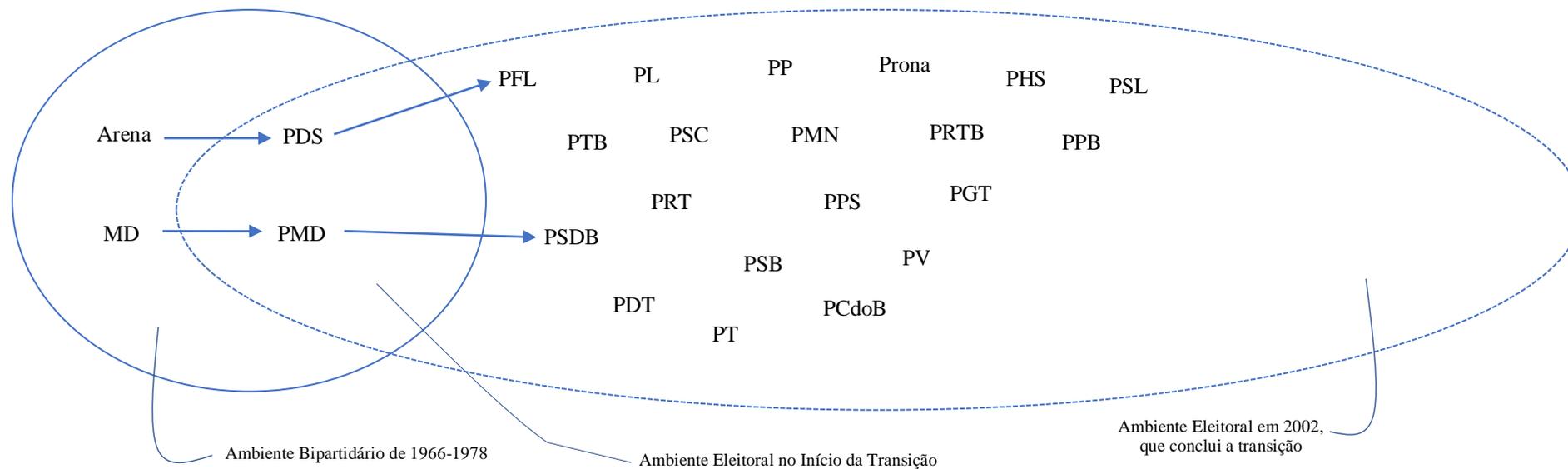
**Fluxograma 6**, na sequência, que abarca todos os partidos que lançaram candidaturas para pelo menos alguns dos cargos em disputa.

**TABELA 8 – Cargos Conquistados pelos Partidos nas Eleições de 2002 em todo o País, em Números Absolutos**

<b>Partido</b>	<b>Governador</b>	<b>Senador*</b>	<b>Deputado Federal</b>
PMDB	5	10	75
PFL	4	13	84
PTB		1	26
PSDB	7	8	70
PL		3	26
PSC			1
PDT	1	4	21
PT	3	10	91
PCdoB			12
PSB	4	3	22
PV			5
PPB			49
PPS	2	1	15
PSD		1	4
Prona			6
PSL	1		1
PST			3
PMN			1
PSDC			1

Fonte: Superior Tribunal Eleitoral

**Fluxograma 6 – Ambientes Formativos dos Partidos na Transição Democrática [1966-2002]**



Fonte: Elaborado pelo autor, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011).

Concomitantemente, tornava-se ainda mais visível um fenômeno que se avolumou crescentemente ao longo das seis primeiras legislaturas de Rondônia, qual seja, notório fortalecimento dos grupos políticos baseados nos municípios do interior do Estado. De fato, desde a primeira eleição direta para todos os cargos no estado, já se pôde observar o gradativo predomínio das famílias políticas locais, tendo como fundamento o discurso da relevância do “filho da terra”, cuja intenção maior era a construção de um capital simbólico para se opor aos políticos tradicionais da região de Porto Velho. Isso quer dizer que a estruturação das famílias políticas que pouco a pouco vieram a dominar o cenário político do estado está estreitamente associada à interiorização das lideranças partidárias, cuja posição de domínio somente poderia se consolidar à medida que elas se desgarrassem dos velhos grupos controlados pelo Coronel Teixeira e por Jerônimo Santana.

Dessa forma, Rondônia reproduzia um fenômeno que também se manifestava em outros locais do país, dando seguimento à tradição de transmissão de poder de pai pra filho, marido pra esposa, entre outros arranjos. Essa prática, muitas vezes, consiste na estratégia de aderir às demandas por renovação na política, mantendo-se seu controle no âmbito da mesma família ou do mesmo grupo. Trata-se, em realidade, de uma estratégia de renovação conservadora bastante característica do mandonismo local. Em situações dessa natureza, os vínculos programáticos e os posicionamentos ideológicos são mais precários, pois o que prevalece são os interesses personalistas dessas elites e suas relações paroquialistas com suas bases eleitorais. (MAINWARING, 1993; 1999).

#### 4. A Configuração do Sistema Partidário de Rondônia

O que mostra a série histórica das eleições em Rondônia no que tange à evolução do seu sistema partidário durante o período da transição democrática? A síntese desses dados descritivos mostra que aquilo que foi sendo desenhado a cada ciclo eleitoral, de fato, resultou na formação de um quadro de elevada fragmentação partidária, que combina a persistência do capital eleitoral acumulado no bipartidarismo do período autoritário, com a proliferação de novas legendas desvinculadas daquela estrutura anterior. Essas novas legendas ocuparam, principalmente, os espaços da esquerda e da direita. De fato, consolidou-se no processo de transição democrática um quadro de predomínio de alguns partidos herdeiros diretos e indiretos da Arena e do MDB [PMDB, PDS/PPR/PPB, PFL e PSDB], que dominaram o mercado eleitoral de centro e de direita, e de alguns partidos realmente novos que ocuparam os nichos de direita [PTB] e de esquerda [PDT e PT].

Ainda, as elites políticas locais, inicialmente polarizadas em dois grupos capitaneados pelo Coronel Teixeira, em torno do PDS, e por Gerônimo Santana, na órbita do PMDB, renovaram-se, expandiram-se e se interiorizaram. Diversas famílias políticas emergiram e passaram a dominar as principais regiões geográficas do estado, tendo sob seu controle não apenas os partidos herdeiros diretos e indiretos da Arena e do MDB, como também as variadas siglas que surgiram até se completar a transição do regime. Por sua vez, a existência de diversas famílias políticas criou uma situação de conflitos endógenos e exógenos aos grupos. Assim, sempre houve dissidências em relação aos acordos cooperativos que haviam sido celebrados entre os atores tanto de um mesmo grupo como de grupos diferentes.

Em alguma medida, o surgimento frequente de legendas nacionalmente pequenas, mas que ganharam expressão no estado, está associado ao empreendimento político de lideranças que deixavam seus partidos em razão de conflitos de interesse e, como solução, migravam para essas novas organizações – isso quando não atuaram, eles mesmos, para fundá-las. Inegavelmente, nesse período, a migração de políticos entre os partidos foi bastante acentuada, até para os parâmetros nacionais, já elevados (MELO, 2004).

A conjunção desses fatores impactou diretamente a relação entre os partidos e os eleitores e, por extensão, o formato e a dinâmica do sistema partidário. O frequente surgimento de novos partidos, assim como a saída de outros, aliado à migração dos políticos entre as legendas e, ainda, à elevada oferta de partidos eram, portanto, indicadores de um sistema partidário instável que gerou incentivos à volatilidade do voto. O eleitor mostrou-se volátil em resposta à instabilidade do ambiente partidário que se formou no estado, pois, a

cada nova disputa, havia novos partidos que representavam mais aproximadamente seus interesses; ou então o partido que ele havia escolhido anteriormente deixou de existir, obrigando-o a procurar uma nova legenda; ainda, o político de sua preferência simplesmente mudou de partido, de modo que, para ser fiel ao seu voto anterior, esse eleitor teve de votar em outro partido, e assim ser estável na escolha do candidato que, de algum modo, representa seus interesses (PERES, RICCI e RENNO, 2011). Esse movimento, sem dúvida, teve efeitos relevantes na oscilação dos votos entre os partidos, pois não podemos desconsiderar que quando uma liderança política mudava de legenda, ele arrastava consigo grande parte, senão a totalidade, de seu grupo político e, com isso, levava junto de si uma parcela substancial de seus fiéis eleitores.

A evolução do quadro de fragmentação e a configuração do perfil do sistema partidário subnacional de Rondônia pode ser vislumbrada, panoramicamente, na **Tabela 9**, onde aparecem os dados sobre o número de cadeiras conquistadas pelos partidos nas sucessivas eleições para a Assembleia Legislativa. Note-se que a primeira eleição do período foi completamente dominada pelos herdeiros diretos da Arena e do MDB, com uma vantagem expressiva do PDS. Na disputa subsequente, houve uma redução bastante ligeira dessa concentração dos votos, mas ainda assim persistiu o bipartidarismo efetivo, apesar do multipartidarismo formal já ter sido formalmente implantado desde o início da abertura democrática. PDT e PT, partidos de esquerda, alcançaram o Parlamento, com três representações, assim como um pequeno partido de direita, o PDC, que elegeu um Deputado Estadual. O PDS sofreu uma drástica redução em sua bancada, passando de dezesseis para um parlamentar; contudo, nessa eleição de 1986, o partido sofreu os efeitos da cisão que levou à criação do PFL, que conquistou seis vagas. Esse revés, além disso, deveu-se à incontestável popularidade angariada pelo PMDB naquele período – não por acaso, os peemedebistas conquistaram treze cadeiras e, assim, constituíram a maior bancada.

**TABELA 9 – Evolução das Bancadas Partidárias Eleitas para a Assembleia Legislativa de Rondônia, em Número Absoluto de Cadeiras [1982-2002]**

Partidos	1982	1986	1990	1994	1998	2002
PMDB	9	13	3	4	4	3
PDS	15	1	2	--	--	--
PFL	--	6	2	2	3	2
PSDB	--	--	1	2	3	3
PDT	--	1	--	3	4	3
PT	--	2	2	2	2	4
PDC	--	1	--	--	--	--
PTB	--	--	5	2	2	2
PL	--	--	3	2	2	2
PSB	--	--	1	--	--	1
PSC	--	--	2	2	2	--
PRN	--	--	3	1	--	--
PMN	--	--	--	4	--	--
PPB	--	--	--	--	2	2
PPS	--	--	--	--	--	1
PSL	--	--	--	--	--	1
Partidos com Representação*	2	6	10	10	9	11
Amplitude das Bancadas**	7	12	4	3	3	3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

**Nota Explicativa:** \*Partidos com representação indica a quantidade de partidos que conquistaram pelo menos uma cadeira.

\*\*Amplitude é a diferença entre a maior e a menor bancada partidária.

Acoplado à dinâmica do que ocorria no plano nacional, o sistema partidário de Rondônia somente se converteria num quadro multipartidário efetivo na eleição de 1990. Podemos dizer que foi a partir dali que começou a se processar a mudança na estrutura de competição, até então fechada e restrita à lógica bipartidária que havia deixado raízes profundas na política brasileira. De lá em diante, pelo menos nas disputas reguladas pela fórmula proporcional, emergiria uma estrutura de competição mais aberta, ou seja, favorável a um mercado eleitoral do tipo *laissez-faire*. Um mercado de votos desse tipo, com grande liberdade para a criação, cisão e fusão de partidos, para uma ampla mobilidade dos políticos entre as diversas legendas, com recursos estatais para financiar as atividades organizacionais e de campanha, assim como para captar recursos financeiros junto à sociedade e às empresas, é um estímulo tanto à proliferação de partidos como à pulverização dos votos.

Por consequência, a fragmentação partidária da Assembleia Legislativa tornou-se patente, uma característica que persistiria dali por diante. Perceba-se que, ainda de acordo com os dados, a partir da eleição de 1990, ocorreu um salto no número de partidos que obtiveram pelo menos uma vaga de Deputado Estadual. Em paralelo com a amplitude das bancadas, ou seja, com a diferença entre a menor quantidade e a maior quantidade de cadeiras obtidas pelos partidos, temos uma evolução de crescente fragmentação do Parlamento estadual, habitado por diversas legendas pequenas. Pequeno, aqui, deve ser entendido como uma medida aferida a partir do tamanho das bancadas. Formar coalizões majoritárias com esse tipo de fragmentação pulverizada em pequenas bancadas é um desafio difícil de ser superado e, como ocorreu no caso de Rondônia, resultou em recorrentes crises de governabilidade e até em crise institucional.

Evolução semelhante, mas em menor escala, caracterizou o sistema partidário de Rondônia na disputa para o cargo de Deputado Federal. Como já discutido anteriormente, a magnitude do distrito é uma das variáveis explicativas desse padrão de fragmentação menos atomizado. Enquanto a magnitude do distrito eleitoral para Deputado Estadual é  $M = 24$ , na competição para a Câmara dos Deputados essa magnitude é  $M = 8$ . Logo, era de se esperar uma menor quantidade de partidos que alcançassem representação, como realmente ocorreu, conforme mostra a **Tabela 10**.

**TABELA 10 – Evolução das Bancadas Partidárias Eleitas em Rondônia para a Câmara dos Deputados, em Número Absoluto de Cadeiras [1982-2002]**

Partidos	1982	1986	1990	1994	1998	2002
PMDB	3	5		1	1	2
PDS	5	--	--	--	--	--
PFL	--	3	--	--	2	1
PSDB	--	--	--	3	2	1
PDT	--	--	1	1	2	--
PT	--	--	--	--	--	2
PPS	--	--	--	--	--	1
PTB	--	--	7	--	1	1
PL	--	--	--	1	--	--
PP				2		
Partidos com Representação*	2	2	2	5	5	6
Amplitude das Bancadas**	2	2	6	2	1	1

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

**Nota Explicativa:** \*Partidos com representação indica a quantidade de partidos que conquistaram pelo menos uma cadeira.

\*\*Amplitude é a diferença entre a maior e a menor bancada partidária.

Outro aspecto a ser destacado é que a multipartidarismo efetivo emergiu um pouco mais tarde na estrutura de competição para Deputado Federal em Rondônia – somente na eleição de 1994 mais do que dois partidos conquistaram alguma cadeira no Parlamento Nacional. Nas duas primeiras eleições do período, as legendas herdeiras – diretas e indiretas – mantiveram o duopólio partidário da estrutura de competição fechada do período autoritário. Depois, em 1990, o bipartidarismo persistiu, mas com uma alteração das legendas dominantes; PDT e PTB foram os únicos que conquistaram representação, mas numa situação em que, de fato, configurou-se um monopólio partidário conjuntural, dado que o PTB elegeu uma bancada de sete Deputados Federais. Não por menos, a amplitude das bancadas naquela eleição chegou a 6, a mais elevada de toda a série histórica. Mas, de 1994 em diante, a estrutura de competição se tornou mais aberta e o multipartidarismo se instalou também nesse nível de disputa, embora de forma mais moderada. Em conjunto, os partidos herdeiros ainda eram predominantes, mas outras legendas também encontraram seu espaço político em nichos eleitorais específicos, como o PT, o PDT e o PTB. Assim, nas três primeiras eleições, a razão entre vagas e partidos que conquistaram alguma cadeira foi 4; nas duas disputas seguintes, foi 1,6; e, finalmente, em 2002, foi 1,3. Essa evolução indica a crescente fragmentação partidária na competição para a Câmara dos Deputados.

Quanto às disputas majoritárias, interessa mais de perto conferir a evolução das forças partidárias predominantes, uma vez que não faz sentido avaliar o grau de fragmentação partidária nesses casos. Temos dois níveis de disputa para dois cargos diferentes a analisar: as eleições para Senador e para Governador. Como mostra a **Tabela 11**, a disputa das vagas para o Senado foi restrita a poucos partidos competitivos, tendo sido monopolizada pelos herdeiros diretos da Arena e do MDB até 1990. Em 1994, o PDT conseguiu superar a barreira do capital eleitoral anterior do PMDB e do PDS, pois foi favorecido pelos conflitos internos aos grupos políticos tradicionais e pelas mudanças de legendas protagonizadas pelas lideranças locais. O PMDB voltou a conquistar vagas nas eleições de 1998 e de 2002, e o PT, pela primeira vez, obteve uma representação senatorial.

Entretanto, como as eleições para o Senado ocorrem a cada quatro anos e os mandatos têm duração de oito, as renovações são alternadas de 1/3 e 2/3 da Casa Legislativa a cada ciclo eleitoral. Isso significa que a perda da disputa numa dada eleição não significa necessariamente o completo afastamento de um dado partido do Senado. Para ponderar esses

efeitos, a última linha da tabela mostra a evolução das bancadas estaduais, indicando as cadeiras controladas pelos partidos em cada período. Observe-se que, em 1986, a bancada de Rondônia foi formada por um Senador do PDS e dois do PMDB; em 1996, foram dois Senadores do PMDB e um do PDS; Em 1994, dois do PDT e um do PDS; em 1998, foram dois do PDT e um do PMDB; e, por último, em 2002, foram dois do PMDB e um do PT. Ou seja, o PDS esteve presente no Senado, por meio de seu parlamentar, até a eleição de 1994, embora a sigla tenha deixado de existir em 1993, quando a legenda se fundiu com o Partido Democrata Cristão [PDC] para fundar o Partido Progressista Reformador [PPR] – mais adiante, em 1995, mudaria para Partido Progressista Brasileiro [PPB] e, em 2003, adotaria a denominação de Partido Progressista [PP]. O PMDB só ficaria ausente do Senado no primeiro período e de 1994 a 1998. Representantes da esquerda, o PDT e o PT só conseguiram chegar ao Senado a partir de 1994.

**TABELA 11 – Evolução das Bancadas Partidárias Eleitas em Rondônia para o Senado [1982-2002]**

Partidos	1982	1986	1990	1994	1998	2002
PMDB	--	2	--	--	1	1
PDS	3	--	1	--	--	--
PDT	--	--	--	2	--	--
PT	--	--	--	--	--	1
Bancadas Estaduais	3 PDS	1 PDS 2 PMDB	1 PDS 2 PMDB	1 PDS 2 PDT	1 PMDB 2 PDT	2 PMDB 1 PT

Fonte: Elaborada a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Na competição para o governo do estado, o PMDB também apareceu como a principal força, tendo vencido duas eleições, 1986 e 1994. Aliás, nesse nível de disputa fica ainda mais nítida a continuidade do bipartidarismo do regime autoritário por intermédio de seus partidos herdeiros no sistema multipartidário implementado pela transição do regime. De cinco eleições analisadas, quatro foram vencidas por esses partidos – PMDB, PFL e PSDB. Dos partidos realmente novos que surgiram com a abertura democrática, e que vieram a se tornar relevantes, apenas duas legendas de esquerda se mostraram competitivas nessa esfera – o PDT e o PT. As demais forças partidárias apareceram ocasionalmente e não se mostraram relevantes nas disputas dos outros cargos. O **Quadro 33** traz essas informações.

**QUADRO 33 – As Três Principais Forças Partidárias na Disputa do Cargo de Governador de Rondônia, no Primeiro Turno [1986-2002]**

Posição	1986	1990	1994	1998	2002
1ª	PMDB	PTB	PMDB	PFL	PSDB
2ª	PDT	PRN	PDT	PMDB	PFL
3ª	PFL	PTR	PT	PSC	PDT

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados das eleições.

Enfim, vale repetir, o sistema partidário de Rondônia teve uma evolução similar à nacional. Essa articulação entre os níveis nacional e subnacional se deu por meio da conjunção de duas dinâmicas. A disputa para o governo do estado, embora contemple alguma fragmentação nominal, na prática, concentrou a competição em três forças partidárias, seguindo a fórmula  $M = 1$ , proposta por Cox (1997). Dado que a quantidade potencial de cadeiras em disputa no primeiro turno é igual a 2, espera-se que existam três candidatos competitivos. Acontece que, como já discutido, a maior coordenação eleitoral nas disputas para os cargos Executivos força a redução no número de competidores e, portanto, a oferta de candidaturas para a escolha do eleitor. Por sua vez, o eleitorado é levado a buscar as candidaturas mais próximas de seus interesses, tendo isso como resultado a coordenação dos votos.

Já a competição para os cargos legislativos é regulada pela fórmula proporcional, que estimula a baixa coordenação de candidaturas e de votos, incentivando os partidos a lançar candidatos que ajudem a aumentar o seu quociente eleitoral. Desse modo, há um incentivo à fragmentação partidária, advinda da dispersão dos votos. Esses incentivos serão tanto maiores quanto mais elevada for a magnitude do distrito, ou seja, o número de vagas em disputa. Assim, como Rondônia tem direito a apenas oito cadeiras na Câmara dos Deputados e, ao mesmo, tempo, dispõe de vinte e quatro vagas em sua Assembleia Legislativa, é mais provável que exista maior fragmentação nas eleições para Deputado Estadual do que para Deputado Federal. Foi isso o que ocorreu, como mostram os dados.

Assim, de modo geral, as eleições para Deputado induziram o sistema partidário de Rondônia a uma configuração mais fragmentada, uma vez que impôs uma estrutura de competição aberta; no entanto, a fragmentação partidária foi mais demarcada na eleição para a Assembleia Legislativa. De fato, além da fórmula proporcional, o que pareceu ser central para a configuração desse padrão foi a magnitude do distrito. Do mesmo modo, a quantidade

restrita de vagas nas eleições para Senador e Governador favoreceram a ocorrência de uma fragmentação bastante mais moderada.

Para detalhar melhor essa classificação, o **Quadro 34** traz a evolução do formato dos subsistemas partidários de Rondônia, compreendendo-se que a competição para cada cargo, como já observado, pode induzir a perfis diferentes no que se refere à fragmentação partidária, a instabilidade eleitoral e à estrutura de competição. Como se pode observar, a competição para Governador, sempre com dois cargos em disputa no primeiro turno, favoreceu, desde o início, um grau moderado de abertura da estrutura de competição, pois abriu espaço para a emergência de três forças partidárias competidoras. Poucos partidos, porém, foram competitivos o suficiente para fazer parte da lista dos que conquistaram ou que tiveram chances de conquistar o cargo.

**QUADRO 34 - Classificação do Formato dos Subsistemas Partidários de Rondônia de Acordo com a Fragmentação Eleitoral**

Eleições	Subsistemas Partidários de Cada Tipo de Disputa			
	Governador	Senador	Deputado Federal	Deputado Estadual
1982	Multipartidária Moderada	Monopartidária	Bipartidária	Bipartidária
1986	Multipartidária Moderada	Bipartidária	Bipartidária	Bipartidária
1990	Multipartidária Moderada	Bipartidária	Monopartidária	Multipartidária Moderadamente Fragmentada
1994	Multipartidária Moderada	Bipartidária	Multipartidária Moderadamente Fragmentada	Multipartidária Altamente Fragmentada
1998	Multipartidária Moderada	Bipartidária	Multipartidária Moderadamente Fragmentada	Multipartidária Altamente Fragmentada
2002	Multipartidária Moderada	Bipartidária	Multipartidária Moderadamente Fragmentada	Multipartidária Altamente Fragmentada

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados das eleições

Quanto às vagas no Senado, a alternância no número de cadeiras disponíveis, manteve esse subsistema com uma estrutura de competição fechada. Na primeira eleição, inclusive, o PDS conquistou todas as três representações, numa situação em que não houve competição

real, caracterizando um monopartidarismo. Depois disso, entretanto, estabeleceu-se um padrão bipartidário de competição e conquista das vagas – sempre as três representações ficaram com apenas dois partidos. No caso das eleições para a Câmara dos Deputados, a mudança da estrutura de competição fechada para um mercado concorrencial emergiu somente em 1994, quando mais do que seis partidos ganharam votações equilibradas. Antes disso, o grau de fechamento do mercado de votos chegou ao extremo de configurar, em 1990, uma situação de monopartidarismo. A estrutura de competição aberta se estabeleceu mais cedo na disputa das vagas de Deputado Estadual, nas mesmas eleições de 1990 – já ali, emergiria como um padrão duradouro o formato multipartidário fragmentado.

Podemos dizer, portanto, que a evolução do sistema partidário de Rondônia levou à formatação de quatro subsistemas. As eleições para governador resultaram num formato multipartidário moderado; as eleições para Senador produziram um formato bipartidário; as eleições para Deputado Federal, um perfil multipartidário moderadamente fragmentado; e, finalmente, as eleições para Deputado estadual conformaram um multipartidarismo altamente fragmentado. Como as relações entre os Governadores a Assembleia Legislativa, no sistema de divisão de Poderes estabelecido pelo desenho constitucional, depende da fragmentação partidária oriunda das eleições para Deputado Estadual, regidas pela representação proporcional e com uma magnitude de vinte e quatro vagas, o Executivo sempre enfrenta um Parlamento com muitos partidos com bancadas pequenas e que, assim, ganham relevância enquanto atores com capacidade de veto à sua agenda. Esse quadro partidário, somado à consolidação das famílias políticas passaram a controlar os partidos e as regiões do estado, criou um ambiente político complexo no qual tornou-se consideravelmente difícil a obtenção de governabilidade, pois a formação e a gestão de coalizões legislativas majoritárias e coesas mostrou ser uma atividade difícil e de custos elevados.

## Conclusão

Este estudo procurou trazer uma contribuição empírica à agenda de investigações sobre o sistema partidário brasileiro ao chamar a atenção para a necessidade de examinarmos contextos específicos da política subnacional. A inexistência de uma tradição de pesquisas voltada à política local impede tanto abordagens comparadas como análises explicativas. Hipóteses específicas para cada caso que possam ser testadas dependem de um conhecimento mínimo sobre cada estado brasileiro. A carência de informações suscita muito mais a busca de respostas para questões básicas sobre como é e como funciona esse objeto do que suposições sobre relações de associação ou causais entre variáveis já conhecidas. Por isso a necessidade de estudos descritivos que tragam respostas a perguntas formuladas enquanto problemas de investigação que sejam capazes de traçar os contornos gerais da política institucional nesse nível da federação.

No entanto, a política local permanece negligenciada porque despertou dois tipos de reação negativa nos especialistas. Em primeiro lugar, todos eles costumam ressaltar sua manifestação como apenas uma parte do processo político mais geral; o que significa que o mais relevante é estudar o geral, e não o particular. Em segundo lugar, parcela substantiva da literatura percebe a política local como um obstáculo à política nacional, vista como aquela que deve prevalecer em todas as comunidades. A política local geralmente é associada ao tradicionalismo político e, portanto, ao clientelismo, ao personalismo, ao paroquialismo, à patronagem, ao fisiologismo e à violência. A política nacional, ao contrário, é percebida como um fenômeno da modernidade, característica das democracias representativas partidárias, voltadas às políticas universalistas. Como resultado, temos dois caminhos que foram seguidos pelos pesquisadores – um deles levou a uma postura crítica em relação à persistência de quaisquer traços de localismo na política, e o outro levou à desconsideração desse fenômeno enquanto um objeto de estudo relevante.

Porém, esse viés deixa escapar dois pontos relevantes. Em primeiro lugar, nem todas as demandas locais são questões menores ou são menos legítimas; na verdade, a política tem de lidar com temas tanto nacionais como regionais e locais, pois há graus variados de universalismo das políticas públicas. Dito de outro modo, não apenas há política nas localidades como ela pode impactar as políticas nacionais, muitas vezes legitimamente, em especial em países federativos, nos quais o plano subnacional é valorizado e reconhecido no desenho constitucional. Ademais, a própria política nacional também pode ser diversa e

conter defeitos. Em segundo lugar, mesmo quando se defende a prevalência de políticas nacionais, isso não invalida o fato de que o fenômeno da política local é persistente e real, o que significa que não há como evitar que pelo menos parte substancial do processo político seja local e que, portanto, devemos estudá-lo.

No caso brasileiro, essa mudança de perspectiva também se faz necessária. Se considerarmos simplesmente que a política local não é digna de ser analisada e que se trata apenas de um traço da política tradicional a ser superado, continuaremos com um conhecimento bastante limitado e restrito acerca da evolução da política institucional do país. Os instrumentos metodológicos e enquadramentos teóricos que foram utilizados no exame da política nacional podem ser mobilizados para a construção de uma agenda de pesquisas que nos permita explorar, empiricamente, os efeitos que o desenho constitucional exerce em contextos sociais e políticos específicos. Esse foi o propósito maior desta tese, com o foco voltado para o sistema partidário e o processo de governo em Rondônia.

Os resultados encontrados mostraram que, logo depois da terceira eleição democrática para os cargos proporcionais, configurou-se um sistema partidário bastante fragmentado, com um crescente número de legendas e uma alta dispersão dos votos e das cadeiras representativas. Mesmo nas eleições majoritárias, ocorreu uma fragmentação moderada. Nesse contexto, o nível de disputa que resultou na maior fragmentação foi a eleição para Deputado Estadual, instância na qual partidos grandes no nível nacional apareceram como legendas pequenas, tomando-se como parâmetro o tamanho de suas bancadas na Assembleia Legislativa. Aliado à acentuada fragmentação partidária no Parlamento, outro fator contribuiu para o aumento da dificuldade para a formação e a gestão de coalizões, impactando negativamente a relação entre Executivo e Legislativo – formaram-se famílias políticas no interior do estado que passaram a dominar as legendas e o processo eleitoral em várias regiões, aumentando os conflitos dentro dos partidos, com constantes dissidências.

De um modo geral, todos os Governadores enfrentaram muitos vetos às suas agendas. A governabilidade sempre foi difícil e, em inúmeros momentos, surgiram crises de governo que geraram impasses, alguns deles tão graves que resultaram em crises institucionais que incentivaram até mesmo tentativas de mediações por parte do Senado. A elevada fragmentação partidária na Assembleia Legislativa, os conflitos entre as lideranças que lutavam pelo controle das regiões e das legendas partidárias, via de regra, dificultaram a formação de coalizões majoritárias estáveis e disciplinas o suficiente para sustentar o governo durante todo o seu mandato. Todos os Governadores, diante disso, fizeram inúmeras reformas em suas Secretarias, algumas delas estruturais, alterando a quantidade de pastas e suas áreas

de atuação, tudo isso visando a compatibilizar os apoios partidários no Parlamento com as necessidades administrativas do estado.

Pode-se dizer, portanto, que se configurou um ambiente de crises de governabilidade intermitentes, dificuldades administrativas, migrações de políticos entre os diversos partidos, surgimento e desaparecimento de legendas. Ou seja, um quadro de elevada instabilidade política, com impactos na aprovação popular dos Governadores e nos processos eleitorais. Quanto ao sistema partidário, formaram-se dois subsistemas – nas disputas proporcionais, emergiu uma elevada fragmentação; nas disputas majoritárias, emergiu um subsistema de fragmentação moderada. Nesse contexto, consolidaram-se com elevado capital eleitoral as legendas herdeiras do bipartidarismo do período autoritário – PMDB e PDS/PPR/PPB, PFL e PSDB –, juntamente com partidos realmente novos que foram conquistando cada vez mais espaço no mercado eleitoral da direta, como o PTB, e da esquerda, como o PT, o PDT e o PSB.

Essa fragmentação acentuada, as frequentes trocas de legendas pelas lideranças, as constantes crises de governo e a emergência de novas legendas que apresentavam crescimento, tiveram como efeito a maior volatilidade eleitoral registrada no país durante o período de transição. Isso não significa que não exista qualquer racionalidade na política do estado e nem que não exista um sistema partidário operacional. Isso significa que o ambiente político de Rondônia favoreceu a emergência de um sistema partidário cujo funcionamento deve ser compreendido enquanto uma evolução adaptativa dos partidos, dos eleitores e das lideranças políticas à sobreposição de um desenho constitucional nacional a um contexto específico, com sua história e suas características próprias. Apesar disso, o padrão da política institucional de Rondônia não é muito discrepante daquele que emergiu no plano nacional.

## Referências Bibliográficas

ABRANCHES, S. H. H. A democracia brasileira vai bem, mas requer cuidados. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Como vão a democracia e o desenvolvimento no Brasil?** Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

\_\_\_\_\_. **Presidencialismo de Coalização: dilema institucional. brasileiro.** 1988. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod\\_resource/content/1/](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/)>. Acesso em: out 2018.

\_\_\_\_\_. **Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

ABRUCIO, F. L. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira.** São Paulo: Hucitec.1998.

ALBUQUERQUE, L. **Da caixa Francesa à Internet: 100 anos de imprensa em Rondônia.** Lucio Albuquerque. Porto Velho. 2009.

\_\_\_\_\_. **EM 1981 O ESTADO CONSTRUÍDO A MUITAS MÃOS (I)** (Uma história que deveria ser, mas não é honrada). 2018. Disponível em: <[www.gentedeopinio.com.br](http://www.gentedeopinio.com.br)>. Acesso em: Jan 2019.

\_\_\_\_\_. **EM 1981 O ESTADO CONSTRUÍDO A MUITAS MÃOS (III)** (Alguns personagens da (anti) História de Rondônia. 5019. Disponível em: <[www.gentedeopinio.com.br](http://www.gentedeopinio.com.br)>. Acesso em: Fev 2019.

ALMOND, G. **A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science.** London: Sage.1990.

ALONSO, G. Governador responsabiliza PT por conflito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 out. 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/25/brasil/35.html>>. Acesso em: Ago 2017.

AMES, B. **The Deadlock of Democracy in Brazil.** Ann Arbor: University of Michigan Press. 2001.

\_\_\_\_\_. **“Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation”**, American Journal of Political Science, Vol. 39, pp. 406-433. 1995.

\_\_\_\_\_. Political Survival: Politicians and Public Policy. in: **Latin America.** Berkeley: University of California Press. 1997.

AMORIM NETO, O.; COX, G. Electoral Institutions, Cleavage Structures, and the Number of Parties. **American Journal of Political Science.** 41/01, pp. 149-174. 1997.

ANASTASIA, F. Federalismo e relações intergovernamentais. In: AVELAR, L. CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. São Paulo: Fundação Unesp Ed. 2007.

ANASTASIA, F.; CORREA, I.; NUNES, F. Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: **O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública** / organizadora, Rachel Meneguello. Brasília: Senado Federal, Secretaria

Especial de Comunicação Social, 2012.

ARANTES, R. Judiciário: Entre a Justiça e a Política; In: AVELAR, L.; CINTRA, A. (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**, 3. ed. São Paulo: Unesp/KAS. 2004.

ARRETCHE, M. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.14, n.40. 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

AYRES, P. **A TRAJETÓRIA PARA CHEGAR AO PODER**: Memórias da primeira campanha do MDB ao Governo de Rondônia, <http://www.oupretoonline.com>. Acesso em: jul 2018.

BARON, D. **Majoritarian Incentives, Pork Barrel Programs, and Procedural Control**. American Journal of Political Science, Vol. 35, pp. 57-90. 1991.

BARTOLINI, S.; MAIR, P. **Identity, Competition, and Electoral Availability**: The Stabilization of European Electorates [1885-1985]. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar.1982.

BECKER, B. K.; MACHADO, L. **A Fronteira Amazônica**: questão sobre gestão do território. Rio de Janeiro: UFRJ. 1990.

BECKER, B. K.; Egler, C. **Brasil**: Uma nova potência regional na economia Mundial. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil. 1998.

BENEVIDES, M. V. **A UDN e o Udenismo**. São Paulo: Paz e Terra. 1981.

\_\_\_\_\_. **O PTB e o Trabalhismo**. São Paulo: Brasiliense. 1990.

BERTHOLINI, F.; PEREIRA, C. Pagando o Preço de Governar: Custos de Gerência de Coalizão no Presidencialismo Brasileiro. **Revista de Administração Pública**, 51/04, pp. 528-550. 2017.

BOHN, S.; PAIVA, D. A Volatilidade Eleitoral nos Estados: Sistema Partidário e Democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. 17/33, pp. 187-208. 2009.

BORGES, A. **Rethinking State Politics**: the Withering of State Dominant Machines in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, v.1, n.2. 2007.

BORGES, M. C. R. **Rondônia**: O funcionamento do Discurso da Emancipação Política. Campinas: Unicamp. Dissertação. 2000.

BORZACOV, Y. P. **Rondônia**: Espaço, tempo e gente. Porto Velho: Primor. 2007.

BR – 364, A rodovia da integração. **Jornal O Globo** - suplemento especial, setembro de 1984, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1984.

BRAGA, M. S. **O Processo Partidário - Eleitoral Brasileiro**: Padrões de Competição Política [1982-2002]. São Paulo: Humanitas, 2006.

\_\_\_\_\_. Eleições e Democracia no Brasil: A Caminho de Partidos e Sistema Partidário Institucionalizados, **Revista Brasileira de Ciência Política**, Nº 4, pp. 43-73. 2010.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**; Jurisprudência, Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: abril 2015.

CARAMANI, D. The Nationalization of Politics: The Formation of National Electorates and Party Systems. in: **Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

CARREIRÃO, Y. O Sistema Partidário Brasileiro: Um Debate com a Literatura Recente”, **Revista Brasileira de Ciência Política**, Nº 14, pp. 255-295. 2014.

CARVALHO, E. Em Busca da Judicialização da Política no Brasil: Apontamentos para uma nova Abordagem. **Revista de Sociologia e Política**, 23, pp. 115-126. 2004.

CHEIBUB, J. **Presidentialism, Parliamentarism, and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

CHIOVETTI, S. P. **Mudanças políticas na Amazônia**: o PT e as administrações municipais. 1997.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Rev. Sociologia. Política**. Curitiba , n. 25, p. 83-106, Nov. 2005.

\_\_\_\_\_. **Political Transition and Democratic Consolidation: Studies on Contemporary Brazil**. New York: Nova Science. 2006.

COLFERAI, S. A. **Jornalismo e identidade na Amazônia**: as práticas culturais legitimadas no jornal Diário da Amazônia como representações identitárias de Rondônia. Dissertação (mestrado). Porto Alegre: PUC 2009.

\_\_\_\_\_. A (re)invenção da Rondônia: dos sertões de Roquette Pinto à Amazônia de Getúlio Vargas. **Novos Cadernos Naea**. Belém-PA, v. 16, n. 2, p. 207-224, dez. 2013.

COMBLIN, J. **A ideologia da segurança nacional**: o poder militar na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORRÊA, C.; PERES, P. Governabilidade e Comissões: Três Gerações de Estudos Legislativos no Brasil. In: DANTAS, H. (Org.). **Governabilidade: Para Entender a Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenaur Stiftung, 2018.

COX, G. M. V. **Count. Cambridge**: Cambridge University Press. 1997.

COY, M. **Rondônia**: frente pioneira e programa polo noroeste. Mimeo. 1998.

DANTAS, H. **Coligações em Eleições Majoritárias Municipais**: A Lógica do Alinhamento dos Partidos Políticos Brasileiros nas Disputas de 2000 e 2004. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, USP, 2007.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. Pequenos Partidos no Brasil: Uma Análise do Posicionamento Ideológico com Base nas Coligações Municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. P. **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenaur Stiftung e Editora Unesp, 2010.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1970.

EVANS, D. Pork Barrel Politics. In: EDWARDS, G.; LEE, F.; SCHICKLER, E. (Eds.), **The Oxford Handbook of the American Congress**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FEREJOHN, J. **Pork Barrel Politics**. Stanford: Stanford University Press, 1974.

FERREIRA, M. Sociabilidade e poder: famílias tradicionais e práticas políticas no Sertão Médio São Francisco. **Raízes** –Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, p. 68-85, 2013.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, C. R.; SAEZ, M. A. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. Poder de agenda e políticas substantivas. In: INÁCIO, M.; RENNÓ, L. (Org.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. UnB, 1981.

FIORINA, M. Universalism, Reciprocity, and Redistributive Policymaking in Majority Rule Institutions, **Research in Public Policy Analysis and Management**, Vol. 1, pp. 197-222. 1981.

FORONI, P. C. **Jorge Teixeira, Primeiro Governador do Estado de Rondônia**: Imprensa e Cordialidade (1979-1982). Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em História e Estudos Culturais, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2014. Disponível em: <<http://www.ppghisec.unir.br/uploads/83939544/DISCENTES/>>. Acesso em: Set 2018.

FLEISCHER, D. V (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Volumes I e II. Brasília: UNB, 1981.

FOLHA de São Paulo. Chiquilito conta com abstenção no interior para "reverter o quadro" São Paulo. 1994.

FREITAS, A. **Presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung. 2016.

FREITAS, V. S. **Alianças partidárias nos estados brasileiros das coligações as coalizões de governo**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

\_\_\_\_\_. **Base de dados, sobre os governos de Rondônia** elaborada com recursos da FAPESP, por meio de pesquisa organizada pelo CEPES/FGV-SP.

GRIFFITH, E. C. **The Rise and Development of the Gerrymander**. Chicago: Scott, Foresman and Co, 1907.

GRILL, I. G. **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2003.

GUARNIERI, F.; PERES, P.; RICCI, P. Os Partidos no Estado Federativo: Uma Abordagem Organizacional"; In: TOMIO, F. e RICCI, P. (Org.). **Governadores e Assembleias Legislativas: Instituições e Política nos Estados Brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2018.

- HAGOPIAN, F. **Traditional Politics and Regime Change in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HALL, A. J. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- HARDAN, F. F. **Trem Fantasma: A modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- HÉBETTE, J.; ACEVEDO, R. **Colonização espontânea, política agrária e grupos, sociais**. Belém: Naea/UFGA.1997.
- HIPPOLITO, L. **PSD: De Raposas e Reformistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- HIROI, T. **Governability and Accountability in Brazil: Dilemma of Coalitional Presidentialism**. *The Journal of Social Sciences*, 75, pp. 39-59. 2013.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- JORNAL ALTO MADEIRA. Porto Velho-Rondonia, 1980 à 1986.
- KRAUSE, S.; SCHMITT, R. **Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung e Editora Unesp, 2005.
- KRAUSE, S; DANTAS, H. e MIGUEL, L. P. **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung e Editora Unesp, 2010.
- KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung e Editora Unesp, 2017.
- KITAMURA, P. C. **Desenvolvimento sustentável: uma abordagem para as questões ambientais da Amazônia**. Campinas: Unicamp. IE, 1998.
- KHREBIEL, K. **Information and legislative organization**. Ann Arbor The University of Chicago Press, 1991.
- LABUNSKI, R. **James Madison and the Struggle for the Bill of Rights**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- LIMA, E.C. A. **Ensaio de antropologia da política**. Campina Grande: Eduebp. 2011.
- LIMA JR. **Partidos e Políticos brasileiros (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Sistema Eleitoral Brasileiro: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O Sistema Partidário Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.
- LIMONGI, F. A democracia no Brasil: Presidencialismo, Coalizão Partidária e Processo Decisório. **Novos Estudos CEBRAP**, N. 76, p. 17-41. 2006.
- LIMOMGI, F.; FIGUEIREDO, A. As bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. São Paulo: **Lua Nova**. n. 44. 1988.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments: An Introduction. In S. M. Lipset & S. Rokkan (Org.), **Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives**. New York: Free Press, 1967.

LOPES, J. B. **Rolim de Moura seus pioneiros e desbravadores**. Goiânia: Gráfica e editora única. 1989.

\_\_\_\_\_. **Rondônia, Raízes e Memórias**. Rolim de Moura: Paulu's gráfica, 2000.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico na Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA. 1978.

MARRENCO, A. Topografia do Brasil Profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**. Campinas: vol. 19, nº1, 2013.

MARRENCO, A. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (Org.). **Democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MARTIS, K. The Original Gerrymander. **Political Geography**, 27/04, pp. 833-839. 2008.

MAINWARING, S. Presidentialism, Multipartism, and Democracy: The Difficult Combination. **Comparative Political Studies**, 26/02, pp. 198-228. 1993.

\_\_\_\_\_. **Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

MAIWARING, S.; SCULLY, T. Building Democratic Institutions: Party Systems in: **Latin America**. Stanford: Stanford University Press. 1995.

MAIR, P. **Party System Change: Approaches and Interpretations**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MATIAS, F. **Pioneiros: Ocupação humana e trajetória política de Rondônia**. Porto Velho: Gráfica e editora, 1998.

\_\_\_\_\_. O legado de Jerônimo Santana. **Gente de Opinião**. 2014. Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=129766>>. Acesso em: out 2018.

MAXEY, C. C. **A Little History of Pork**, **National Municipal Review**, December. pp. 691-705, 1919.

MAYHEW, D. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MELO, M. A.; PEREIRA, C. Making Brazil Work: Checking the President. in: **A Multiparty System**. New York: Palgrave, 2013.

MELO, C. **Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1984-2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMB, 2004.

\_\_\_\_\_. Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto à Terra: Elementos para uma Análise do Sistema Partidário Brasileiro; In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (Org.), **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século XXI**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. Eleições Presidenciais, Jogos Aninhados e Sistema Partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Nº 4, pp. 13-41. 2010.

MENEZES, N.; HOLANDA F. **Jorge Teixeira: Uma contribuição documental**. Porto Velho, edufro, 2006.

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. De Partido de Esquerda a Partido do Governo: O PT e sua Coligações para Prefeito (2000-2008). In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. P. **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung e Editora Unesp, 2010.

MIRANDA, M. H. Projeto de Colonização e reforma agrária. In: BECKER, B. K. MACHADO, L. **A Fronteira Amazônica: questão sobre gestão do território**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

MONTEIRO, J. M.. **A política como negócio de família: Os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015)**. Campina Grande: UFCG. Tese (doutorado). Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

MONTTE, M. **Senador Olavo Pires: A pergunta que não quer calar**, São Paulo: Saraiva, 2017.

MORAN, E. F. **Developing the Amazon**. Bloomington: Indiana University Press, 1981.

MOTTA, M. P. Reflexões sobre a democracia contemporânea e a questão da legitimidade do sistema representativo: o caso Rondônia. In: VIANA, J. P. S. L.; NASCIMENTO, G. S. **O Sistema Político Brasileiro: Continuidade ou Reforma?**. Porto Velho: Edufro, 2008.

MOURA, C. A. A. **Flecha – Ariquemes, colonização e rapto na selva**. Porto Velho: Edufro, 2002.

MUELLER, C. C. O Estado e a Expansão da Fronteira Agropecuária na Amazônia Brasileira. In: **Estudos Econômicos**, vol. 13, p. 3, pp. 1983.

\_\_\_\_\_. Dinâmica, condicionantes e impactos socio-ambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. Brasília: Instituto Sociedade, **População e Natureza**, 1992, 657-679.1992.

NASCIMENTO, E. O. Os Modelos da Organização Legislativa: Distributivo, Informacional e Partidário. **Revista Política Hoje**, Vol. 19, n.2, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/viewFile/3826/3130>>. Acesso em: dez 2018.

NEVES, J. G. Práticas político-partidárias em Rondônia: procurando um sentido nas peças do tabuleiro. **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 5, n. 58, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58neves.htm>>. Acesso em: dez. 2014.

NICOLAU, J. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

NUNES, F. **Governos de coalizão e resultados de soma positiva em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, 1999-2006**. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

\_\_\_\_\_. Coalizões legislativas estaduais: uma análise comparativa dos governos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul entre 1998-2006. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n.

2011.

PALERMO, V. Como se Governa o Brasil? O Debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo, **Dados**, 2000.

PARANHOS, R. **Manda quem pode, obedece quem é Deputado: Caso de Pernambuco – 1999-2006**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

PERDIGÃO, F.; BASSEGIO L. **Migrantes Amazônicos: Rondônia a trajetória da Ilusão**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PEDERSEN, M. The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility, **European Journal of Political Research**, 7/1, pp. 1-26, 1979.

PERES, P. Sistema Partidário e Instabilidade Eleitoral no Brasil. In: PINTO, C.; MARENCO, A. (Orgs.), **Partidos no Cone-Sul: Novos Ângulos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira**. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo. 2005.

\_\_\_\_\_. O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico, **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 60/02, pp. 87-117. 2005.

\_\_\_\_\_. Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, 68/02, pp. 17–58. 2009.

PERES, P.; CARVALHO, E. Religando as Arenas Institucionais: Uma Proposta de Abordagem Multidimensional nos Estudos Legislativos, **Revista de Sociologia e Política**, 20/43, pp. 81-106. 2012.

PERES, P.; RICCI, P.; RENNÓ. A Variação da Volatilidade Eleitoral no Brasil: Um Teste com as Explicações Políticas, Econômicas e Sociais, **Latin American Research Review**, 46/03, pp. 46-68. 2011.

PERES, P.; SILVA, D. Instabilidade Eleitoral e Mercado Político: Diferenciando Volatilidade de Oferta e de Demanda no Contexto Brasileiro. Texto apresentado no SAT27, Coligações, Volatilidade e Voto Econômico, do **10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte. 2016.

PERES, P.; LENINE, E. Uma Abordagem Ecológica das Coligações Eleitorais, In: KRAUSE, S.; MACHADO, C.; MIGUEL, L. F. **Coligações e Disputas Eleitorais na Nova República**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung e Editora Unesp, 2017.

PEREIRA, A. R. V. V. **Por Baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo**. Vitória: EDUFES. 2014.

PINTO, C.; MARENCO, A. (Org.). **Partidos no Cone-Sul: Novos Ângulos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung, 2002.

PORTAL Uol. Estudantes de RO farão ato contra corrupção. 11 de agosto de 2006. Acesso em: Dez 2018.

RIBEIRO, F. **Institucionalismo da escolha racional e institucionalismo histórico: divergências metodológicas no campo da Ciência Política.** Pensamento Plural | Pelotas [10]: 89 - 100 janeiro/junho. 2012.

ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. (Orgs.) **Eleições, Partidos e Representação Política nos Municípios Brasileiros.** Juíz de Fora: Editora UFJF, 2014b.

ROCHA, M. M.; COSTA, A. **Percepções dos Deputados Estaduais sobre o Sistema de Comissões das Assembleias Estaduais Brasileiras 2,** Opinião Pública, Vol. 18, pp. 278-308. 2012.

RONDÔNIA, Governo do Estado de. **Jorge Teixeira de Oliveira. Governo Jorge Teixeira: 5 anos de realização para todos.** Porto Velho, Casa Civil, Divisão de Comunicação Social. 1984.

RONDÔNIA. Decreto nº 9.053, de 10 de abril de 2000. Dispõe sobre a estrutura básica e estabelece as competências da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. Porto Velho, abr. 2000.

RONDÔNIA. **A Marca da Nossa História: 20 anos da Assembleia Legislativa,** 2003.

ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. (Orgs.). **Eleições, Partidos e Representação Política nos Municípios Brasileiros.** Juíz de Fora: Editora UFJF, 2014.

ROCHA, M. M.; COSTA, A. **Percepções dos Deputados Estaduais sobre o Sistema de Comissões das Assembleias Estaduais Brasileiras 2,** Opinião Pública, Vol. 18, pp. 278-308, 2012.

ROCHA, M. M. **Representação, informação e deliberação no processo legislativo estadual.** Belo HORIZONTE: UFMG, 2010.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados.** São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, D. Ambition, Federalism, and Legislative Politics. In: **Brazil.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, W. G. **Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise.** São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, F. (Org.) **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência.** Rio de Janeiro: FGV Editora. 2001a.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001b.

\_\_\_\_\_. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SANTOS, M. **As Teorias Positivas sobre a Organização do Legislativo e as Explicações sobre o Congresso Nacional.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SANTOS, M. e ANASTASIA, F. (Orgs.). **Política e Desenvolvimento Institucional no Legislativo de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora da PUC-MG, 2016.

- SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro/Brasília, Zahar/UnB, 1982
- SILVA, A. G. **No Rastro dos Pioneiros**: Um pouco da história rondoniana. Porto Velho, 1984.
- SILVEIRA, J. N. Dirigente estadual do PT/ RO. Depoimento oral. In: CHIOVETTI, S. P. **Mudanças políticas na Amazônia**: o PT e as administrações municipais. 1996. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v2\\_artigo\\_chiovetti.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_chiovetti.pdf)>. Acesso em 10/01/2019>. Acesso em: ago 2018.
- SHEPSLE, K.; WEINGAST, B. Political Preferences for the Pork Barrel, **American Journal of Political Science**, Vol. 25, pp. 96-111. 1984.
- SOARES, G. **Sociedade e Política no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1973.
- SOUZA, M. C. C. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SOUZA, V.A. **Rondônia, uma memória em disputa**. Assis, 2011.
- SPERANÇA, C. O. S. Repórter a líder de Collor. **Diário da Amazônia**. 22 de Março de 2013. Disponível em: <[www.gentedeopinião.com.br](http://www.gentedeopinião.com.br)>. Acesso em :Set 2015.
- TEIXEIRA, M. D.; FONSECA, D. R. **História Regional**: Rondônia. Porto Velho: Rondoniana, 2001.
- TAROUCO, G. Institucionalização Partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Nº 4, pp. 169-186. 2010.
- TOMIO, F.; RICCI, P. A Produção Legislativa nas Assembleias Legislativas Estaduais. In: TOMIO, F.; RICCI, P. (Orgs.) **Governadores e Assembleias Legislativas**: Instituições e Política nos Estados Brasileiros. São Paulo: Alameda, 2018a.
- TOMIO, F.; RICCI, P. (Orgs.) **Governadores e Assembleias Legislativas**: Instituições e Política nos Estados Brasileiros. São Paulo: Alameda, 2018b.
- TURCHI, L. **A colonização dirigida no processo de expansão e ocupação da fronteira agrícola**: Rondônia. São Paulo: Abep. 1982.
- VIANA, J. P. Legislativo, Executivo e o Retorno da Instabilidade Política em Rondônia, **Legis-Ativo**, Blog de Política do Estadão, 21 de Março, 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/legislativo-executivo-e-o-retorno-da-instabilidade-politica-em-rondonia>>. Acesso em: ago 2018.
- WOLINETZ, S. **The Presidentialization of Politics**: A Comparative Study of Modern Democracies. Published to Oxford Scholarship Online, 2005.